



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO



Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará

LEGISLAÇÃO MILITAR  
**ESTADUAL**

# ASCENSÃO PROFISSIONAL

Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará

**EDIÇÕES**  
**INESP**



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
LEGISLAÇÃO MILITAR  
**ESTADUAL**

**ASCENSÃO  
PROFISSIONAL**

**LEI DE PROMOÇÕES DOS MILITARES DO ESTADO  
DO CEARÁ**

**LEI Nº 15.797, DE 25 DE MAIO DE 2015**



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

Marco Aurélio de Melo ... CEL PM  
Organizador

**LEI DE PROMOÇÕES DOS MILITARES DO ESTADO  
DO CEARÁ**

**LEI Nº 15.797, 25 DE MAIO DE 2015**

**ATUALIZADO E CONSOLIDADO ATÉ 2021**

**COM MODIFICAÇÕES**

**LEI Nº 16.010, DE 05 DE MAIO DE 2016**

**LEI Nº 16.023, DE 25 DE MAIO DE 2016**

**LEI Nº 17.183, DE 23 DE MARÇO DE 2020**

**LEI Nº17.478, 17 DE MAIO DE 2021**

**TRAZ AINDA  
DECRETO Nº 31.804, DE 31 DE OUTUBRO DE 2015**



Fortaleza - Ceará  
2021

Copyright © 2021 by INESP

Coordenação Editorial

**João Milton Cunha de Miranda**

Assistente Editorial

**Rachel Garcia, Valquiria Moreira**

Diagramação

**Mario Giffoni**

Capa

**José Gotardo Filho**

Revisão

**ST PM Juscelino Ribeiro Lima**

Coordenação de impressão

**Ernandes do Carmo**

Impressão e Acabamento

**Inesp**

**Edição Institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**

**VENDA E PROMOÇÃO PESSOAL PROIBIDAS**

Catalogado na Fonte por: Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

C3871 Ceará.

[Lei n. 15.797, de 25 de maio de 2015]

Lei de promoções dos militares do Estado do Ceará [livro eletrônico]: atualizado e consolidado até 2021 / organizador, Marco Aurélio de Melo. – Fortaleza: INESP, 2021.

940 Kb ; PDF. – (Legislação Militar Estadual)

Título da capa: Ascensão profissional.

Conteúdo: com modificações: Lei n. 16.010, de 05 de maio de 2016 – Lei n. 16.023, de 25 de maio de 2016 – Lei n. 17.183, de 23 de março de 2020 – Lei n. 17.478, de 17 de maio de 2021 – Traz ainda: Decreto n. 31.804, de 31 de outubro de 2015.

ISBN: 978-65-88252-48-2

1. Polícia – legislação – Ceará. I. Melo, Marco Aurélio de. II. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado. III. Título. IV. Série.

CDD 341.37

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro, desde que citados autores e fontes.

**Inesp**

Av. Desembargador Moreira, 2807

Ed. Senador César Cals de Oliveira, 1º andar

Dionísio Torres

CEP 60170-900 – Fortaleza - CE - Brasil

Tel: (85)3277.3701 – Fax (85)3277.3707

[al.ce.gov.br/inesp](http://al.ce.gov.br/inesp)

[inesp@al.ce.gov.br](mailto:inesp@al.ce.gov.br)

## APRESENTAÇÃO

A Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará, voltada à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Ceará, foi revisada e atualizada, incluindo, aqui, textos que vão além do exposto na Lei. A obra, que integra a Coleção organizada pelo Cel PM Marcos Aurélio Macedo de Melo, contém interpretações que estimulam o aperfeiçoamento funcional, objetivando garantir o curso adequado às carreiras.

Ao possibilitar avanços concretos e beneficiar diretamente o servidor e a instituição, a elevação de cargos e competências reflete sobre a qualidade do serviço oferecido. Serve também a todo o Estado, favorecendo esta Casa Legislativa e a sociedade como um todo, pois impulsiona melhorias nos âmbitos social e econômico.

Com seus direitos e benefícios mantidos, os profissionais melhoram seu nível de colaboração e, conseqüentemente, aumentam a segurança da população beneficiada, uma vez que se estabelece um vínculo com mais reciprocidade. Os parlamentares são diretamente beneficiados com a Coleção Legislação Militar Estadual, pois podem aprofundar questões e propor debates, originando novos projetos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), orgulhosamente, distribui esta publicação, por demais importante para o Ceará, objetivando atender às necessidades dos cidadãos.

**Deputado Evandro Leitão**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



## PREFÁCIO

O livro, que aborda as promoções dos militares, está em sua segunda edição e faz parte da Coleção Legislação Militar Estadual. Traz capítulos que abordam temas como: diretrizes e definições; promoções e disposições gerais e transitórias.

O autor da obra e da coleção, Cel. Marcos Aurélio Macedo de Melo, ingressou na Polícia Militar do Ceará, em 1986, e ao posto de Coronel, em dezembro de 2016, por claro merecimento. Ele enfatiza que, como as energias, anteriormente gastas com a ascensão profissional, ficam livres, podem ser dispensadas para os processos de qualificação, de tecnologia e de relações sociais, que desencadearão em benefícios diretos ao cidadão cearense.

É com muita honra que a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp -, beneficia a sociedade cearense com a publicação deste livro.

**Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda**

Diretor Executivo do Instituto de Estudos e Pesquisas  
sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará





## SUMÁRIO

LEI Nº15.797, 25 DE MAIO DE 2015 .....	13
CAPÍTULO I - DAS DIRETRIZES E DEFINIÇÕES .....	13
CAPÍTULO II - DAS PROMOÇÕES .....	13
SEÇÃO I - Das Modalidades .....	13
SEÇÃO II - Do Quadro de Acesso Geral .....	18
SEÇÃO III - Do Procedimento da Promoção .....	34
SEÇÃO IV - Da Promoção por Antiquidade e por Merecimento .	36
SEÇÃO V - Da Quota Compulsória .....	51
SEÇÃO VI - Da Promoção a Coronel Comandante-Geral .....	53
SEÇÃO VII - Da Promoção em Ressarcimento de Preterição .....	54
SEÇÃO VIII - Da Promoção Requerida .....	55
CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS .....	58
ANEXO I - A QUE SE REFERE O ART. 25 DA LEI Nº 15.797, 25 DE MAIO DE 2015 - QUANTIFICAÇÃO DO EFETIVO DE MILITARES DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ.....	78
ANEXO I - QUANTIFICAÇÃO DO EFETIVO - A QUE SE REFERE O ART. 25 DA LEI Nº 15.797, 25 DE MAIO DE 2015 COM MODIFICAÇÕES TRAZIDAS PELA O ART.4º DA LEI Nº16.010, DE 05 DE MAIO DE 2016 E PELA LEI Nº 16.023, DE 25.05.2016 - QUANTIFICAÇÃO DO EFETIVO DE MILITARES DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ	81
ANEXO I - QUANTIFICAÇÃO DO EFETIVO - ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ART. 3º DA LEI Nº17.478, DE 17 DE MAIO DE 2021 "ANEXO I, A QUE SE REFERE O ART. 25 DA LEI Nº15.797, DE 25 DE MAIO DE 2015 - QUANTIFICAÇÃO DO EFETIVO DE MILITARES DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ.....	84
ANEXO II – REMUNERAÇÃO DO CEL CMT-GERAL - A QUE SE REFEREM OS ART. 38 E 39 DA LEI Nº 15.797, 25 DE MAIO DE 2015 - REMUNERAÇÃO DO CORONEL COMANDANTE- GERAL.....	87
APÊNDICE I – DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE PROMOÇÕES - DECRETO Nº 31.804, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.....	88

<b>ANEXO I A QUE SE REFERE O ART.4º DO DECRETO Nº31.804 .. 102 - FICHA DE INFORMAÇÃO.....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO II - A QUE SE REFERE O ART.5º, §5º DO DECRETO Nº 31.804 - FICHA DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL DE OFICIAIS MILITARES ESTADUAIS.....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO III - A QUE SE REFERE O ART.8º, I DO DECRETO Nº 31.804 - FOLHA DE ALTERAÇÃO .....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE II - DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 085 FORTALEZA, 09 DE MAIO DE 2016 - LEI N.º 16.010, DE 05 DE MAIO DE 2016 .....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXO ÚNICO, A QUE SE REFERE O ART.4º DA LEI Nº16.010, DE 05 DE MAIO DE 2016 - "ANEXO I, A QUE SE REFERE O ART.25 DA LEI Nº15.797, DE 25 DE MAIO DE 2015 - QUANTIFICAÇÃO DO EFETIVO DE MILITARES DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ.....</b>	<b>122</b>
<b>I – POLÍCIA MILITAR: .....</b>	<b>122</b>
<b>II – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR:.....</b>	<b>123</b>
<b>APÊNDICE III - LEI N.º 16.023, DE 25 DE MAIO DE 2016 - (D.O. 27.05.2016) .....</b>	<b>125</b>
<b>APÊNDICE IV - EXTRATO DE LEI - LEI Nº17.183, 23 DE MARÇO DE 2020 .....</b>	<b>127</b>
<b>SOBRE O ORGANIZADOR .....</b>	<b>129</b>

## PRÓLOGO

Esta é a Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros), a qual foi carinhosamente denominada pela tropa militar de "Lei Camilo Santana", referenciando-se ao governador do nosso Estado.

A lei se encontra revisada, atualizada e com notas alusivas ao Decreto nº 31.804/2015 que a regulamenta. Foi inserido ainda um índice com todos os assuntos tratados, conforme títulos, capítulos, seções e subseções.

Além desse índice, tem-se o índice marginal em todos os artigos e parágrafos do texto da lei, tratando-se, neste caso de uma visão do autor acerca do conteúdo, por isso mesmo pode ser modificada pelo leitor, conforme sua visão. O que não se altera é o texto da lei. O índice marginal facilita a leitura por oferecer uma síntese do artigo ou do parágrafo, levando o leitor a uma visão ampla do que será lido no artigo/parágrafo.

As críticas e sugestões podem ser enviadas para o seguinte e-mail:

[bomaurelio1@yahoo.com.br](mailto:bomaurelio1@yahoo.com.br)

**Marcos Aurélio Macedo de Melo – Cel PM**



Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado nº095, de, 27 de maio de 2015 e republicada no DOE nº 096, de 28 de maio de 2015

## LEI Nº15.797, 25 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre as promoções dos militares estaduais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES E DEFINIÇÕES

#### CONCEITO DE PROMOÇÃO

Art.1º A promoção, direito do militar estadual, consiste na elevação na carreira, tendo por objetivo o estímulo ao constante aprimoramento funcional com resultado no alcance dos graus hierárquicos superiores nas corporações militares.

#### PLANEJAMENTO E OBJETIVO DAS PROMOÇÕES

Art.2º Serão planejadas as promoções observando as peculiaridades de cada posto e cada graduação e objetivando assegurar um fluxo regular e equilibrado nas carreiras de oficial e de praça.

### CAPÍTULO II DAS PROMOÇÕES

#### SEÇÃO I Das Modalidades

#### MODALIDADES

Art.3º As promoções ocorrerão nas seguintes modalidades<sup>1</sup>:

---

1 As promoções nas modalidades post mortem, bravura e requerida são consideradas promoções extraordinárias, conforme inteligência do art. 13 do Decreto nº 31.804/2015: "Art.13. As promoções extraordinárias serão concedidas na forma dos §§3º a 5º, art.3º, e art.23, da Lei nº15.797/2015."

- I - antiguidade;
- II - merecimento;
- III - post mortem;
- IV- bravura;
- V- requerida.

#### **PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE**

§1º A promoção por antiguidade baseia-se na precedência hierárquica do militar estadual sobre os demais de igual posto ou graduação, observados os demais requisitos estabelecidos nesta Lei.

#### **PROMOÇÃO POR MERECIMENTO**

§2º A promoção por merecimento tem por fundamento os valores funcionais agregados pelo militar no decorrer da carreira e que o destaquem na atuação funcional, preferencialmente no posto ou graduação ocupado por ocasião da disputa pela promoção, sendo essa aferição promovida por comissão específica de promoção, nos termos desta Lei.

#### **PROMOÇÃO POR POST MORTEM – CASOS DE INCIDÊNCIA**

§3º A promoção post mortem ocorrerá nas seguintes situações:

I – quando o militar estadual falecer em razão do desempenho da atividade militar estadual, ou em acidente em serviço ou em consequência de doença, moléstia ou enfermidade que nele tenha sua causa imediata, conforme aferição de comissão de meritocracia designada pelo Comandante-Geral;

#### **Decreto nº 31.804/2015**

**Art.14.** A promoção post mortem, prevista no inciso I, §3º, art.3º, da Lei nº15.797/2015, não observará a data a que se refere o art.12, da referida Lei.

§1º Para fins da promoção prevista neste artigo, deverá o respectivo Coronel Comandante-Geral instaurar o procedimento administrativo, designando Comissão composta por 03 (três) Oficiais, presidida por militar estadual superior ao falecido, com o intuito de constatar a relação causa/efeito da morte com o exercício funcional.

§2º A Comissão referida no parágrafo antecedente terá o prazo de 40 (quarenta) dias para apresentar relatório, com o seu parecer.

§3º Finalizado o procedimento de que trata o §1º, deverá ser ele submetido à apreciação da Comissão de Promoção, à qual incumbe manifestar-se sobre o caso, com decisão final do Coronel Comandante-Geral.

II – quando o militar fazia jus à promoção em vida, não sendo esta efetivada a tempo, em razão do seu óbito.

### **PROMOÇÃO POR BRAVURA – CASOS DE INCIDÊNCIA**

§4º A promoção por bravura, a ser aferida por comissão de meritoriedade designada pelo Comandante-Geral, resulta de ato, ou atos, não comuns de coragem e audácia, que, ultrapassando os limites normais do cumprimento do dever, representem feitos de notório mérito, em operação ou ação inerente à missão institucional da corporação militar em serviço ou de folga.

#### **Decreto nº 31.804/2015**

**Art.15.** A promoção por bravura, na forma do §4º, art.3º, da Lei nº15.797/ 2015, não observará a data a que se refere o art.12, da referida Lei.

§1º. Para fins da promoção prevista neste artigo, deverá o respectivo Coronel Comandante-Geral instaurar o procedimento administrativo, designando Comissão composta por 03 (três) Oficiais, presidida por militar estadual superior ao interessado, com o intuito de constatar o devido mérito.

§2º A Comissão referida no parágrafo antecedente terá o prazo de 40 (quarenta) dias para apresentar relatório, com o seu parecer.

§3º Finalizado o procedimento de que trata o §1º, deverá ser ele submetido à apreciação da Comissão de Promoção, à qual incumbe manifestar-se sobre o caso, com decisão final do Coronel Comandante-Geral.

### **PROMOÇÃO REQUERIDA**

§5º A promoção requerida alcançará o militar estadual que completar 30 (trinta) anos de contribuição, sendo, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos como de contribuição como militar ao SUPSEC, e consistirá na sua elevação, a pedido, ao grau imediatamente superior, observadas as condições estabelecidas nesta Lei.

#### **Decreto nº 31.804/2015**

**Art.16.** A promoção requerida se dará via requerimento dirigido ao respectivo Coronel Comandante-Geral, devendo o militar interessado contar com, pelo menos, 30 (trinta) anos de contribuição, dos quais 25 (vinte e cinco) anos ao SUPSEC, observado também disposto nos arts.7º e 23, da Lei nº15.797/2015.

§1º A promoção requerida independe de prazo para sua solicitação e será decidida pela respectiva Comissão de Promoção, no máximo, 60 (sessenta) dias após protocolizada no setor competente, devendo o ato de promoção retroagir à data da decisão.

§2º A Comissão de Promoção, no prazo do §1º, se manifestará sobre a promoção requerida e, sendo favorável ao pedido, tramitará o ato de ascensão.

§3º Publicada a promoção requerida, o setor de pessoal da Corporação, automaticamente, iniciará o processo de reserva remunerada ex officio do militar, ficando este afastado, de imediato, do exercício funcional.

§4º Quando se tratar de promoção requerida aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM, o Tenente-Coronel e os Capitães QOAPM e QOABM, o requerimento da promoção deverá ser apresentado, na forma deste artigo, no período de até 30 (trinta) dias após a divulgação da lista a que se refere o §3º, art. 18, e §3º, art. 14, todos da Lei nº15.797/2015, e §3º, art. 17, deste Decreto.

§5º Finalizado o prazo previsto no §4º, o militar que não ingressou com o requerimento para a promoção requerida deverá aguardar nova divulgação da lista de Tenentes-Coronéis e Capitães QOAPM e QOABM para as promoções aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM.

§6º No caso de não haver sido preenchido o quantitativo previsto no inciso II, §2º, art. 23, da Lei nº15.797/2015, os demais Tenentes-Coronéis e Capitães QOAPM e QOABM interessados, desde que possuidores, respectivamente, dos Cursos Superiores de Polícia ou Bombeiro (CSP ou CSB) ou de Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Administrativo CAO/QOA, ou cursos regulares equivalentes, poderão ingressar com requerimento para completar o referido limite, obedecida, em qualquer caso, a ordem de precedência hierárquica, no prazo de 15 (quinze) dias após a finalização do período mencionado no §4º deste artigo.

§7º Ultrapassados os prazos previstos neste artigo, quanto às promoções requeridas aos postos de Coronel e Major QOAPM e QOABM, os interessados não terão mais direito àquele benefício, o qual se renovará no semestre subsequente.

## COMPETÊNCIA PARA EFETIVAR PROMOÇÃO

Art. 4º A promoção do oficial se dará por ato do Governador do Estado, já a da praça por ato do Comandante-Geral.

## ACESSO DO PRAÇA À CARREIRA DE OFICIAL E REQUISITOS PARA INGRESSO NO CHO

Art. 5º A passagem da praça para o quadro de oficiais acontecerá por acesso, exigindo-se a conclusão, com aproveitamento, de Curso de Habilitação de Oficiais – CHO, cujo ingresso se dará metade por antiguidade e a outra metade por prévia aprovação por seleção interna, supervisionada pela Academia Estadual de Segurança Pública, para os integrantes do QOAPM e QOABM.

## CHO – EXIGÊNCIA DE CURSO SUPERIOR

Parágrafo único. Para fins de concorrer à seleção para ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais, exigir-se-á do candidato diploma em curso de nível superior, devidamente reconhecido, à exceção das praças beneficiadas com a previsão do art. 225 da Lei nº13.729, de 13 de janeiro de 2006.

### Nota:

**Art. 225.** Excluem-se da exigência da letra “g” do inciso I do art. 24 os atuais 1º Sargentos e Sub-Tenentes, na data de publicação desta Lei. (Lei nº13.729, de 13 de janeiro de 2006).



## **Decreto nº 31.804/2015**

**Art.19.** Para a seleção e ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais, deverão ser observados, necessária e cumulativamente, até a data de encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I - ser Subtenente do serviço ativo da respectiva Corporação, e:

- a) possuir o Curso de Formação de Sargentos – CFS, ou o Curso de Habilitação a Sargento - CHS;
- b) possuir o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos – CAS, ou Curso de Habilitação a Subtenente - CHST;
- c) ter, no mínimo, 15 (quinze) anos de efetivo serviço na Corporação Militar do Estado do Ceará, computados até a data de encerramento das inscrições da seleção;
- d) ser considerado apto, para efeito de curso, pela Coordenadoria de Perícia Médica, bem como em exame físico, por Comissão designada pelo Comandante-Geral, após classificado nos termos do art.25, deste Decreto;
- e) estar classificado, no mínimo, no “bom” comportamento;
- f) possuir diploma de curso de nível superior, devidamente reconhecido, observado o disposto no parágrafo único, art.5º, da Lei nº15.797/2015.

II – não estar enquadrado em nenhuma das situações abaixo:

- a) submetido a Conselho de Disciplina ou indiciado em inquérito policial militar, ressalvados nos casos previstos no art.7º, II, da Lei nº15.797/ 2015;
- b) condenado à pena de suspensão do exercício de cargo ou função, durante o prazo que persistir a suspensão;
- c) cumprindo sentença, inclusive o tempo de sursis;
- d) gozando Licença para Tratar de Interesse Particular - LTIP;
- e) no exercício de cargo ou função temporária, estranha à atividade da Segurança Pública, com exceção daqueles previstos no art.2º, da Lei nº14.113/2008 e art.1º, do Decreto nº28.711/2007;
- f) estiver respondendo a processo-crime, ressalvados nos casos previstos no art.7º, II, da Lei nº15.797/2015;
- g) ter sido punido com transgressão disciplinar de natureza grave nos últimos 24 (vinte e quatro) meses. Parágrafo único. Os cursos de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso I deste artigo são aqueles efetivados pela Corporação respectiva, pela Academia Estadual de Segurança Pública, ou ainda com autorização do Comando-Geral, em outra Organização Militar, não sendo admitidas equiparações destes com quaisquer outros cursos diversos dos previstos neste Capítulo, como dispensa de requisito para ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais ou para qualquer outro efeito.

**Art.20.** Para ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais - CHO, atendidos os requisitos do art.19, deste Decreto, será observada a média aritmética entre a nota obtida em prova única escrita, com peso 2 (dois), e o resultado da Ficha de Informação constante no Anexo I deste Decreto, com peso 1 (um).

$$NF = [ (2 \times NPE) + (1 \times NFI) ] \div 2$$

Em que: NF: Nota Final;

NPE: Nota da Prova Escrita;

NFI: Nota da Ficha de Informação

§1º A prova escrita mencionada no caput deste artigo constará de questões objetivas, com avaliação nas áreas de conhecimento em Português, Atualidades, Administração Pública, Legislação Institucional, Noções em Direitos Constitucional, Administrativo, Penal Militar e Processual Penal Militar.

§2º O perfil mínimo considerado para a aprovação na prova escrita será 50% do total geral de questões aplicadas, com nota máxima limitada a 10,00 (dez).

§3º Para fins do disposto na avaliação da Ficha de Informação, será atribuída nota 10,00 (dez) ao Subtenente que perfaça a maior aferição naquela Ficha, sendo atribuída nota aos demais de forma proporcional ao primeiro.

§4º O edital do processo seletivo para ingresso no CHO trará as disposições necessárias para a seleção.

§5º Não será exigido perfil mínimo para a Ficha de Informação, conforme o disposto neste artigo.

§6º Os valores numéricos da prova escrita e da Ficha de Informação serão considerados até a casa centesimal.

§7º A antiguidade será o critério de desempate para a classificação final.

§8º Para efeito de matrícula no CHO, será observada a classificação final dos candidatos dentro do número de vagas previstas no edital do certame.

## **SEÇÃO II**

### **Do Quadro de Acesso Geral <sup>2</sup>**

#### **INGRESSO NO QAG - REQUISITOS**

Art.6º Para fins de promoção por antiguidade e merecimento, deve o militar figurar no Quadro de Acesso Geral, cujo ingresso requer o preenchimento dos seguintes requisitos, cumulativamente:

- I - interstício no posto ou na graduação de referência;
- II - curso obrigatório estabelecido em lei;
- III - serviço arregimentado;
- IV - mérito.

#### **CONCEITO DE INTERSTÍCIO E SEUS LAPSOS TEMPORAIS**

§1º O interstício de que trata o inciso I deste artigo, a ser completado até a data em que efetivada a promoção, é o tempo mínimo de efetivo serviço considerado em cada posto ou graduação, descontado o tempo não computável, da seguinte forma:

I – para oficiais:

- a) para o posto de 1º Tenente – 5 (cinco) anos no posto de 2º Tenente;
- b) para o posto de 1º Tenente QOAPM e QOABM – 3 (três) anos no posto de 2º Tenente QOAPM e QOABM;
- c) para o posto de Capitão – 5 (cinco) anos no posto de 1º Tenente;

---

<sup>2</sup> Decreto nº 31.804/2015

Art.31. O militar estadual que se julgar prejudicado em ato referente ao Quadro de Acesso Geral ou Lista por Merecimento, poderá ingressar com recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da divulgação do respectivo ato.

Parágrafo único. O recurso a que se refere este artigo será dirigido ao Presidente da respectiva Comissão de Promoção, o qual deverá solucioná-lo no prazo de 60 (sessenta) dias, encerrando-se a instância administrativa.

- d) para o posto de Capitão QOAPM e QOABM – 2 (dois) anos no posto de 1º Tenente QOAPM e QOABM;
- e) para o posto de Major – 6 (seis) anos no posto de Capitão;
- f) para o posto de Major QOAPM e QOABM – 2 (dois) anos no posto de Capitão QOAPM e QOABM;
- g) para o posto de Tenente-Coronel – 5 (cinco) anos no posto de Major;
- h) para o posto de Coronel – 3 (três) anos no posto de Tenente-Coronel;

**NOTA: TABELA DE INTERSTÍCIO DE OFICIAIS**

POSTO	INTERSTÍCIO (tempo mínimo no posto)		PARA PROMOÇÃO AO POSTO DE
	QOPM/QOBM	QOAPM/BM	
2º Ten	5	3	1º Ten
1º Ten	5	2	Cap
Cap	6	2	Maj
Maj	5	-	Ten-Cel
Ten-Cel	3	-	Cel

II – para praças:

- a) para a graduação de Cabo – 7 (sete) anos na graduação de Soldado;
- b) para a graduação de 3º Sargento – 5 (cinco) anos na graduação de Cabo;
- c) para a graduação de 2º Sargento – 3 (três) anos na graduação de 3º Sargento;
- d) para a graduação de 1º Sargento – 3 (três) anos na graduação de 2º Sargento;

e) para a graduação de Subtenente – 4 (quatro) anos na graduação de 1º Sargento.

#### **NOTA: TABELA DE INTERSTÍCIO DE PRAÇAS**

<b>GRAD</b>	<b>INTERSTÍCIO (Tempo mínimo na graduação)</b>	<b>PARA PROMOÇÃO A</b>
Sd	7	Cb
Cb	5	3º Sgt
3º Sgt	3	2º Sgt
2º Sgt	3	1º Sgt
1º Sgt	4	Subten

#### **CURSO OBRIGATÓRIO PARA INGRESSO NO QAG**

§2º O curso obrigatório de que trata o inciso II, disposto no caput deste artigo, a ser concluído, com aproveitamento, até a data de encerramento das alterações, é o que possibilita o acesso e a promoção do oficial e da praça aos sucessivos postos e graduações de carreira, nas seguintes condições:

#### **I – PARA OFICIAIS:**

- a) ~~para acesso e para nomeação no posto de 2º Tenente: Curso de Formação de Oficiais – CFO ou Curso de Formação Profissional - CFP, para os integrantes do QOPM, QOSPM, QOCpIPM e QOCPM<sup>3</sup>, na Polícia Militar, e QOBM e QOCBM, no Corpo de Bombeiros Militar, sob coordenação da Corporação Militar Estadual, e Curso de Habilitação de Oficiais - CHO, para os integrantes do QOAPM e QOABM, por meio de seleção interna supervisionada pela Academia Estadual de Segurança Pública;~~
- a) para promoção e acesso ao posto de 2.º Tenente: Curso de Formação de Oficiais – CFO para os integrantes do

<sup>3</sup> O QOCPM (Complementar) foi extinto na PMCE.

QOPM e QOBM, respectivamente na Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar; Curso de Formação de Oficiais Complementares – CFOC para os integrantes do QOCPM e QOCBM, respectivamente na Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar; e Curso de Habilitação de Oficiais – CHO, para os integrantes do QOAPM e QOABM, por meio de seleção interna, todos sob coordenação da Corporação Militar Estadual, e realizados pela Academia Estadual de Segurança Pública; (NR Lei nº 17.478, 17 de maio de 2021).

~~b) para promoção ao posto de Major QOPM e QOBM: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO ou curso regular equivalente realizado em Corporação Militar Estadual, supervisionado pela Academia Estadual de Segurança Pública, quando realizado no Estado;~~

b) para promoção ao posto de Major QOPM, QOBM, QOCPM e QOCBM: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO ou curso regular equivalente realizado em Corporação Militar Estadual, supervisionado pela Academia Estadual de Segurança Pública, quando realizado no Estado; (NR Lei nº 17.478, 17 de maio de 2021)

c) para promoção ao posto de Major QOAPM e QOABM: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Administrativo-CAO/QOA, ou curso regular equivalente realizado em Corporação Militar Estadual, supervisionado pela Academia Estadual de Segurança Pública, quando realizado no Estado;

~~d) para promoção ao posto Coronel QOPM e QOBM: Curso Superior de Polícia – CSP, ou Curso Superior de Bombeiro – CSB, ou curso regular equivalente realizado em Corporação Militar Estadual, supervisionado pela Academia Estadual de Segurança Pública, quando realizado no Estado;~~

d) para promoção ao posto Coronel QOPM, QOBM, QOCPM e QOCBM: Curso Superior de Polícia – CSP, ou Curso Superior de Bombeiro – CSB, ou curso regular equivalente realizado em Corporação Militar Estadual, supervisionado pela Academia Estadual de Segurança Pública, quando realizado no Estado; (NR Lei nº 17.478, 17 de maio de 2021)

#### **NOTA: TABELA DE CURSOS PARA PROMOÇÃO DE OFICIAIS**

<b>POSTO/GRAD</b>	<b>QUADRO</b>	<b>CURSO</b>
2º Ten	QOPM, QOSPM, QOCplPM e QOCPM ou QOBM e QOCBM	CFO, CFP
	QOAPM / QOABM	CHO
Maj	QOPM, QOBM, QOAPM/QOABM	CAO ou CREq
Cel	QOPM/QOBM	CSP, CSB, CREq

#### **II – PARA PRAÇAS:**

~~a) para ingresso no cargo de Soldado: Curso de Formação de Soldados, ou Curso de Formação Profissional, ou curso regular equivalente realizado em Corporação Militar Estadual, supervisionado pela Academia Estadual de Segurança Pública, quando realizado no Estado;~~

a) para promoção ao cargo de Soldado: Curso de Formação de Soldados, sob coordenação da Corporação Militar Estadual, realizado pela Academia Estadual de Segurança Pública. (NR Lei nº 17.478, 17 de maio de 2021)

b) para promoção à graduação de 3º Sargento: Curso de Habilitação de Sargentos, ou curso regular equivalente realizado em Corporação Militar Estadual, supervisionado pela Academia Estadual de Segurança Pública, quando realizado no Estado;

c) para promoção à graduação de Subtenente: Curso de Habilitação a Subtenentes, ou curso regular equivalente realizado em Corporação Militar Estadual, supervisionado pela Academia Estadual de Segurança Pública, quando realizado no Estado.

#### **NOTA: TABELA DE CURSOS PARA PROMOÇÃO DE PRAÇAS**

<b>POSTO/GRAD</b>	<b>QUADRO</b>
Soldado	CFSd, CFP ou CREq
3º Sgt	CFS, CHS ou CREq
Subten	CAS, CHSt ou CREq

#### **OBRIGATORIEDADE DO OFERECIMENTO DE CURSO**

§3º O Estado deverá oferecer o curso obrigatório de que trata o inciso II do caput, em tempo hábil, evitando prejuízo às promoções regulares.

#### **REQUISITOS PARA INGRESSO NO CHS E NO CHST**

§4º Para o ingresso no Curso de Habilitação de Sargentos – CHS, e no Curso de Habilitação a Subtenentes - CHST, ou equivalente, será observado o critério de antiguidade, sendo exigidos do militar exames médicos e laboratoriais, incluindo o toxicológico, custeados pelo Estado.

#### **REQUISITOS PARA INGRESSO NO CAO, CAO/QOA, CSP E CSB**

§5º Para o ingresso no CAO, no CAO/QOA, no CSP e no CSB, ou equivalente, será observado o critério de antiguidade, sendo exigidos do militar exames médicos e laboratoriais, incluindo o toxicológico, custeados pelo Estado.

#### **EXAME TOXICOLÓGICO – RESULTADO POSITIVO**

§6º Caso o laudo médico a que se referem os §§4º e 5º dê resultado positivo para o uso de drogas ilícitas, o militar

será impedido de realizar o curso correspondente, devendo ser encaminhado para tratamento.

#### **DESISTÊNCIA OU NÃO APROVEITAMENTO EM CURSO OBRIGATÓRIO**

§7º A partir da publicação desta Lei, o militar que, por 3 (três) vezes for indicado, e não aceitar, ou aceitando, desistir ou não concluir com aproveitamento os cursos necessários para promoção de carreira, ficará impedido de realizá-los e, conseqüentemente, não mais poderá ingressar em Quadro de Acesso Geral, assim permanecendo, de forma definitiva, no cargo em que se encontrar até completar condições para a inatividade.

#### **EXCEÇÃO A POSSE DOS CURSOS OBRIGATÓRIOS**

§8º O disposto no §2º, inciso I, alíneas "b" e "d", deste artigo, não se aplica aos oficiais integrantes dos Quadros de Saúde e Capelão da Polícia Militar e Complementar do Corpo de Bombeiros.

**NOTA:** O §2º, I, b e d faz referência aos cursos obrigatórios para promoção ao posto de Major QOPM e QOBM (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO ou curso regular equivalente realizado em Corporação Militar Estadual, supervisionado pela Academia Estadual de Segurança Pública, quando realizado no Estado) e para promoção ao posto Coronel QOPM e QOBM (Curso Superior de Polícia- CSP, ou Curso Superior de Bombeiro – CSB, ou curso regular equivalente realizado em Corporação Militar Estadual, supervisionado pela Academia Estadual de Segurança Pública, quando realizado no Estado).

#### **CONCEITO DE SERVIÇO ARREGIMENTADO E LAPSOS TEMPORAIS**

§9º O serviço arregimentado de que trata o inciso III, do caput, corresponde ao tempo mínimo necessário a ser desempenhado pelo militar no exercício efetivo de função de natureza ou de interesse militar estadual, especificamente na atividade-fim da Corporação, caracterizada como de execução programática ou equivalente, nas unidades de Grandes Comandos, Batalhões, Companhias, Pelotões e Destacamentos, definidas em legislação própria, da seguinte forma:



### I – PARA OFICIAIS:

- a) para a promoção ao posto de 1º Tenente: 4 (quatro) anos no posto anterior;
- b) para a promoção ao posto de 1º Tenente QOAPM e QOABM: 2 (dois) anos no posto anterior;
- c) para a promoção ao posto de Capitão: 4 (quatro) anos no posto anterior;
- d) para a promoção ao posto de Capitão QOAPM e QOABM: 1 (um) ano no posto anterior;
- e) para a promoção ao posto de Major: 5 (cinco) anos no posto anterior;
- f) para a promoção ao posto de Major QOAPM e QOABM: 1 (um) ano no posto anterior;
- g) para a promoção ao posto de Tenente–Coronel: 4 (quatro) anos no posto anterior;
- h) para a promoção ao posto de Coronel: 2 (dois) anos no posto anterior;

### NOTA: TABELA DE TEMPO DE SERVIÇO ARREGIMENTADO DE OFICIAIS

POSTO	SERVIÇO ARREGIMENTADO		PARA PROMOÇÃO AO POSTO DE
	QOPM/QOBM	QOAPM/BM	
2º Ten	4	2	1º Ten
1º Ten	4	1	Cap
Cap	5	1	Maj
Maj	4	-	Ten-Cel
Ten-Cel	2	-	Cel

### II – PARA PRAÇAS:

- a) para a promoção à graduação de Cabo: 6 (seis) anos na graduação anterior;

- b) para a promoção à graduação de 3º Sargento: 4 (quatro) anos na graduação anterior;
- c) para a promoção à graduação de 2º Sargento: 2 (dois) anos na graduação anterior;
- d) para a promoção à graduação de 1º Sargento: 2 (dois) anos na graduação anterior;
- e) para a promoção à graduação de Subtenente: 3 (três) anos na graduação anterior.

**NOTA: TABELA DE TEMPO DE SERVIÇO ARREGIMENTADO DE PRAÇAS**

GRAD	SERVIÇO ARREGIMENTADO	PARA PROMOÇÃO A
Sd	6	Cb
Cb	4	3º Sgt
3º Sgt	2	2º Sgt
2º Sgt	2	1º Sgt
1º Sgt	3	Subten

**CASOS DE TEMPO NÃO COMPUTÁVEL COMO SERVIÇO ARREGIMENTADO**

§10. No tempo arregimentado do §9º, não se computará:

I - o período de licença para tratamento de saúde própria do militar, salvo quando se tratar de enfermidade motivada pelo serviço, no pleno desempenho da atividade militar estadual, devidamente justificada em procedimento administrativo, a cargo da Corporação;

II - o período em que o militar estiver trabalhando na situação de apto para serviços leves, salvo quando se tratar de enfermidade motivada pelo serviço, no pleno desempenho da atividade militar estadual, devidamente justificada em procedimento administrativo, a cargo da Corporação;

III - os afastamentos por atestado, salvo quando se tratar de enfermidade motivada pelo serviço, no pleno desempe-

nho da atividade militar estadual, devidamente justificada em procedimento administrativo, a cargo da Corporação;

IV - o período de Licença para Tratamento de Interesse Particular.

**Nota:** Dec-Lei nº 667/69 – Art. 6º, §12 - O período passado pelo policial-militar em cargo ou função de natureza civil temporário somente poderá ser computado como tempo de serviço para promoção por antigüidade e transferência para a inatividade.  
§13 - O período a que se refere o parágrafo anterior não poderá ser computado como tempo de serviço arregimentado.

### **SITUAÇÕES DE EQUIVALÊNCIA À ATIVIDADE-FIM PARA ARREGIMENTAÇÃO**

§11. Enquadra-se como atividade-fim, para o disposto no §9º, o serviço exercido pelo militar estadual junto aos órgãos administrativos da sua própria corporação, à Secretaria de Segurança Pública, à Casa Militar, à Defesa Civil, à Controladoria-Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Estado, ou a outros órgãos aos quais esteja cedido, para o desempenho de atividade de interesse militar estadual, inclusive nas entidades associativas.

**Nota:** O §9º se refere ao tempo de serviço arregimentado

### **TEMPO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO OPERACIONAL**

§12. O militar estadual que for nomeado ao posto de 2º Tenente ou de 1º Tenente ou ao cargo de Soldado, nos quadros QOPM e QOBM, deverá, obrigatoriamente, permanecer todo o período de interstício exigido para promoção ao posto ou à graduação imediata exercendo suas funções em unidade eminentemente operacional, junto a Batalhão, Companhia e Pelotão, na Capital, na Região Metropolitana ou no interior do Estado.

### **CÔMPUTO DA LICENÇA À GESTANTE PARA ARREGIMENTAÇÃO**

§13. No tempo de serviço arregimentado de que trata o §9º deste artigo, será computado o período de licença à gestante.

## **CASOS DE IMPEDIMENTOS E EXCLUSÃO DO QAG**

Art.7º O oficial ou a praça não poderá constar no Quadro de Acesso Geral, ou deste será excluído, quando:

I - for preso provisoriamente, enquanto a prisão não for revogada ou relaxada;

II - for recebida a denúncia em processo-crime, enquanto a sentença final não transitar em julgado, salvo quando o fato ocorrer no exercício de missão de natureza ou interesse militar estadual, ainda que durante a folga do militar, e não envolver suposta prática de improbidade administrativa ou crime hediondo;

III - estiver submetido a Conselho de Justificação, a Conselho de Disciplina ou a Processo Administrativo Disciplinar, mesmo que este esteja sobrestado, até decisão final do Tribunal ou autoridade competente;

IV - for condenado em processo-crime, enquanto durar o cumprimento da pena, inclusive no caso de suspensão condicional da pena e de livramento condicional, não se computando o tempo acrescido à pena original para fins de sua suspensão condicional;

V - encontrar-se submetido à suspensão condicional do processo, até decisão judicial definitiva de extinção do benefício;

VI - for Licenciado para Tratar de Interesse Particular -LTIP;

VII - for condenado à pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função, prevista no Código Penal Militar, durante o prazo de sua suspensão ou de outras disposições legais;

VIII - for considerado desaparecido, extraviado ou desertor;

IX - houver sido punido disciplinarmente, nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a data de fechamento das alterações para a promoção, com, pelo menos, uma custódia, ou 2 (duas) permanências disciplinares, ou 4 (quatro) repreensões; ou ainda 2 (duas) repreensões e 1 (uma) permanência disciplinar;

X - para as praças, ter, no mínimo, comportamento "BOM";

XI - houver ultrapassado, por motivo de gozo de licença para tratamento de saúde de dependente, legalmente reconhecido, prazo superior a 6 (seis) meses ininterruptos;

XII - encontrar-se inabilitado em exames de saúde, segundo a Coordenadoria de Perícias Médicas da Secretaria do Planejamento e Gestão;

**Decreto nº 31.804/2015**

**Art. 8º... Parágrafo único.** Para fins do disposto no art.7º, XII, da Lei nº15.797/ 2015, a Coordenadoria da Perícia Médica/ SEPLAG definirá os exames necessários à aferição da aptidão física do militar, o qual deverá se encarregar de comparecer àquele setor, anualmente, para fins de inspeção, observada a data de fechamento das alterações como limite.

XIII - for nele incluído indevidamente;

XIV - por algum motivo já houver sido promovido;

XV - vier a falecer;

XVI - for afastado do serviço ativo da respectiva Corporação, por estar aguardando reserva remunerada, a pedido, por mais de 90 (noventa) dias;

XVII - encontrar-se, nos 12 (doze) meses anteriores ao fechamento das alterações para a promoção, afastado ou com restrições ao desempenho da atividade-fim da Corporação Militar por período superior a 3 (três) meses contínuos ou não, excetuando-se:

a) enfermidades contraídas em objeto de serviço devidamente comprovadas por Atestado de Origem ou por Inquérito Sanitário de Origem;

b) licença Maternidade ou licença para Tratamento de Saúde relacionada a efeitos da gestação;

c) licenças para Tratamento de Saúde decorrentes de intervenções cirúrgicas diversas ou doenças crônicas em processos de agudização;

**Decreto nº 31.804/2015**

Art.26. Considera-se no exercício da atividade fim, para fins do disposto no Inciso XVII, art.7º, da Lei nº15.797/2015, o militar estadual readaptado, na forma dos artigos 38 e 39, do Decreto nº30.550/2011.

XVIII - obter resultado positivo para o consumo de drogas ilícitas em laudo de exame toxicológico.

**SITUAÇÃO DE PROMOÇÃO EXCLUSIVAMENTE POR ANTIGUIDADE**

§1º O militar que, por ocasião da elaboração do Quadro de Acesso Geral, encontrar-se no exercício de cargo público civil temporário, não eletivo, inclusive da Administração Indireta, ou que estiver à disposição de órgão ou entidade federal, estadual ou municipal, para exercer cargo ou função de natureza estritamente civil, só poderá concorrer por antiguidade.

**PROMOÇÃO DE MILITAR COM RESULTADO POSITIVO EM EXAME TOXICOLÓGICO**

§2º Impedido o militar de participar da promoção por incorrer na hipótese do inciso XVIII deste artigo, poderá voltar a concorrer regularmente nas promoções subsequentes, uma vez concluído tratamento clínico psicossocial com laudo favorável.

**Nota:** O inciso XVIII se refere ao obter resultado positivo para o consumo de drogas ilícitas em laudo de exame toxicológico

**PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA INGRESSO NO QAG**

Art.8º Para figurar o militar no Quadro de Acesso Geral, além das condições previstas nesta Lei, deverá demonstrar mérito mínimo no desempenho da função, alcançando, assim, em avaliação a ser realizada pela Corporação, no mo-

mento da organização do respectivo Quadro, pontuação igual ou superior a 2.500 (dois mil e quinhentos).

## AVALIAÇÃO DE MÉRITO

Parágrafo único. Os critérios para a avaliação prevista no caput serão objetivos, segundo definição em decreto.

### Decreto nº 31.804/2015

Art.4º O militar estadual será pontuado conforme Ficha de Informação constante no Anexo I, deste Decreto, na forma do §1º, art.15, e art.16, da Lei nº15.797/2015.

Art.5º Os valores numéricos positivos devem ser atribuídos, nas respectivas carreiras, na forma a seguir:<sup>4</sup>

I – o tempo de efetivo serviço:

a) em função militar ou considerada de natureza ou interesse militar, desde a data da nomeação ao primeiro posto ou graduação da Corporação, até o encerramento das alterações: 100 (cem) pontos por semestre;

b) no posto ou graduação atual, desde a data da promoção respectiva, até a data de encerramento das alterações: 200 (duzentos) pontos por semestre.

II – titulação de nível superior conferida por instituição de ensino superior, reconhecida por órgão competente: 100 (cem) pontos;

III – titulação de pós-graduação conferida por instituição de ensino, com produção acadêmica voltada para o interesse das corporações militares, assim reconhecida pela respectiva Comissão de Promoção, com decisão devidamente motivada:

a) especialização *latu sensu*: 200 (duzentos) pontos;

b) mestrado: 400 (quatrocentos) pontos;

c) doutorado: 600 (seiscentos) pontos;

d) pós-doutorado: 800 (oitocentos) pontos.

IV – aprovação em cursos relacionados e/ou aplicados às áreas de interesse da Corporação respectiva, designados e/ou autorizados pelo Comando Geral, devidamente comprovados por diploma ou certificado de conclusão:

a) curso com carga horária de 40 a 79 horas/aula: 50 (cinquenta) pontos;

b) curso com carga horária de 80 a 159 horas/aula: 100 (cem) pontos;

c) curso com carga horária a partir de 160 a 249 horas/aula: 200 (duzentos) pontos;

d) curso com carga horária a partir de 250 horas/aula: 300 (trezentos) pontos.

V – medalhas:

a) Medalha Abolição - 300 (trezentos) pontos;

b) Medalha por Bravura (Tiradentes) - 300 (trezentos) pontos;

c) Medalha Herói João Nogueira Jucá: 300 (trezentos) pontos;

d) Medalhas do Mérito Intelectual (MMI): 200 (duzentos) pontos por curso;

e) Medalha de Tempo de Serviço (MTS) 30 (trinta), 20 (vinte) e 10 (dez) anos: 200 (duzentos), 150 (cento e cinquenta) e 100 (cem) pontos, respectivamente, não cumulativas;

f) Medalha do Mérito Funcional – 200 (duzentos) pontos;

g) Barreta de Comando – 100 (cem) pontos.

VI – trabalho relevante, limitada pontuação a um por ano, desde que reconhecido por ato do respectivo Coronel Comandante-Geral, como de interesse da respectiva Corporação: 100 (cem) pontos;

VII – desempenho da função militar em Local de Difícil Provedimento (LDP), conforme relação anual de classificações/lotações fornecidas pelo respectivo Coronel Comandante-Geral – 25 (vinte e cinco) pontos, por cada semestre;

**Nota:** Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

VIII – média final acima de 8,00 (oito) em cursos necessários à ascensão funcional na carreira, na forma do §2º, art.6º, I, “b”, “c” e “d”, e II, “b” e “c”, da Lei nº15.797/2015: 100 (cem) pontos por curso concluído;

IX – exercício de atividade judiciária militar, como Encarregado de Inquérito Policial Militar devidamente concluído, inclusive como Escrivão, limitado a 05 (cinco) procedimentos por ano, bem como participação em conselho permanente ou especial de justiça militar, limitada a uma participação anual: 20 (vinte) pontos em cada procedimento ou participação, respectivamente;

**Nota:** Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

---

4 Art.28. As pontuações previstas no art.5º, incisos VII, IX, X, XI, XII, XIV, XV e XVI, deste Decreto, serão observadas a partir de 1º de janeiro de 2015.

X – exercício em procedimentos e processos administrativos devidamente concluídos, no âmbito das Corporações Militares Estaduais ou da Controladoria Geral de Disciplina, limitado a 05 (cinco) procedimentos/processos por ano: 20 (vinte) pontos em cada procedimento;

**Nota:** Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

XI – exercício funcional como Gestor ou Fiscal de contratos administrativos, de interesse das respectivas corporações, e ainda como pregoeiro ou membro da Central de Licitações/PGE: 40 (quarenta) pontos por semestre completo de desempenho das respectivas atividades;

**Nota:** Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

XII – exercício funcional como Conductor de Viaturas e Embarcações, nas atividades fim e meio das Corporações, ou em atividade de interesse militar estadual, por semestre:

- a) viaturas administrativas que exijam habilitação categoria “A”: 20 (vinte) pontos;
- b) viaturas operacionais que exijam habilitação categoria “A” ou embarcações: 40 (quarenta) pontos;
- c) viaturas administrativas que exijam habilitação categoria “B”: 20 (vinte) pontos;
- d) viaturas operacionais que exijam habilitação categoria “B”: 40 (quarenta) pontos;
- e) viaturas administrativas que exijam habilitação categorias “D” ou “E”: 40 (quarenta) pontos;
- f) viaturas operacionais que exijam habilitação categorias “D” ou “E”: 40 (quarenta) pontos.

**Nota:** Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

XIII – avaliação funcional, exclusiva para Oficiais, em que deverá ser observado o conhecimento técnico e a respectiva capacidade de multiplicação, a dedicação e desenvoltura no efetivo desempenho nas atribuições destinadas, além do respeito aos princípios da hierarquia e disciplina militares, todos devidamente motivados: até 100 (cem) pontos anuais, em intervalos de 05 (cinco) pontos;

XIV – avaliação positiva em Teste de Aptidão Física, anualmente:

- a) E (Excelente) – 150 pontos;
- b) MB (Muito Bom) – 120 pontos;
- c) B (Bom) – 90 pontos;
- d) R (Regular) – 60 pontos.

**Nota:** Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

XV – participação efetiva em atividades funcionais nos períodos referentes às Operações Carnaval, Semana Santa, Natal, Réveillon, e Eventos que demandem grande emprego de efetivo, assim designados pelo Comando Geral: 10 (dez) pontos por escala de serviço cumprida;

**Nota:** Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

XVI – produtividade funcional, aferida anualmente:

- a) apreensão de arma de fogo: 05 (cinco) pontos por arma, limitado a 50 (cinquenta) pontos anuais, caso não configurada a hipótese da alínea subsequente;
- b) guarnição encarregada do Auto de Prisão em Flagrante Delito por Crimes Violentos Letais e Intencionais-CVLI, na forma da Lei nº15.558/2014: 05 (cinco) pontos por procedimento, limitado a 50 (cinquenta) pontos anuais;
- c) vistoria técnica realizada por meio da Coordenadoria de Atividades Técnicas-CAT: 05 (cinco) pontos para cada 20 (vinte) vistorias, limitado a 50 (cinquenta) pontos anuais;
- d) análise de Projeto de Prevenção, Contra Incêndio e Pânico, realizada por meio da Coordenadoria de Atividades Técnicas CAT: 01 (um) ponto para cada projeto, limitado a 50 (cinquenta) pontos anuais.

**Nota:** Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

XVII – lesão decorrente do exercício funcional, devidamente atestada em laudo médico oficial e em procedimento interno próprio, de que resulte afastamento das atividades por mais de 30 (trinta) dias: 200 (duzentos) pontos.

XVIII - desempenho disciplinar sem qualquer sanção administrativa ou penal, a contar da data da eventual aplicação, nos seguintes períodos:

- a) 05 (cinco) anos: 50 (cinquenta) pontos;
- b) 10 (dez) anos: 100 (cem) pontos;
- c) 15 (quinze) anos: 150 (cento e cinquenta) pontos;
- d) 20 (vinte) anos: 200 (duzentos) pontos;
- e) 25 (vinte e cinco) anos: 250 (duzentos e cinquenta) pontos;
- f) 30 (trinta) anos: 300 (trezentos) pontos.

§1º Para cada promoção por merecimento, o militar somente poderá utilizar uma dentre as titulações previstas no inciso III, deste artigo, vedada a utilização do mesmo curso por mais de uma vez.

§2º Para cada promoção por merecimento, o militar somente poderá utilizar 03 (três) dos cursos mencionados no inciso IV, deste artigo, vedada a utilização do mesmo curso por mais de uma vez.



§3º O trabalho relevante a que faz alusão o inciso VI, deste artigo, será aquele com conteúdo voltado ao interesse institucional, assim reconhecido previamente por ato do Coronel Comandante-Geral.

§4º A relação de Locais de Dificil Provimento será publicada em boletim interno, no mês de outubro, a ser considerada para a promoção referente ao ano subsequente, e levará em consideração a dificuldade do Coronel Comandante-Geral em realizar nomeações, designações ou lotações dentro da respectiva Corporação.

§5º A Ficha de Avaliação Funcional de Oficiais Militares Estaduais, constante no Anexo II deste Decreto, e mencionada no inciso XIII deste artigo, será preenchida pela autoridade militar a que este subordinado o respectivo avaliado por maior período do referido semestre, devendo ser dado ciência da pontuação concedida ao interessado, com a devida certificação.

§6º Caso o Oficial avaliado encontre-se à disposição da Secretária da Segurança Pública e Defesa Social ou da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos da Segurança Pública de Segurança Penitenciária e sistema Penitenciário, cabe ao respectivo Titular da Pasta a efetivação da pontuação a que se refere o §5º; caso integre as Companhias de Policiamento de Guarda, a pontuação será conferida pelo Chefe da Casa Militar.

§7º Nos demais casos não contemplados no §6º, a pontuação será realizada pelo Comandante-Geral Adjunto da Corporação.

§8º Discordando da pontuação obtida, poderá o avaliado ingressar com recurso, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da ciência da referida nota, dirigido à Comissão de Promoção de Oficiais, a qual, uma vez provido o recurso, efetivará a pontuação, podendo, para tanto, diligenciar junto ao local, ou locais, de exercício funcional do interessado.

§9º O Coronel Comandante-Geral designará anualmente Comissões formadas por Oficiais e Praças, presididas por militar estadual com precedência hierárquica em relação aos avaliados, desde que habilitados na área de Educação Física e que não estejam concorrendo às promoções, para fins de aferição da pontuação prevista no inciso XIV, do caput deste artigo, que sempre ocorrerá após a avaliação de saúde prevista no art.7º, XII, da Lei nº15.797/2015, sem a qual não poderá o militar se submeter ao Teste de Aptidão Física.

§10. Serão definidos em portaria do Coronel Comandante Geral os critérios para a aferição a que se refere o §9º.

§11. As pontuações a que se referem os incisos I, alínea "a", V, exceto a prevista na alínea "a", e VIII poderão ser aproveitadas em mais de uma promoção durante a carreira do militar estadual. As demais pontuações valerão somente para a promoção obtida.

§12. Será de responsabilidade do interessado a devida comprovação das pontuações previstas nos incisos III, IV, IX, X, XI, XV e XVI, junto à autoridade a que estiver imediatamente subordinado, para elaboração da folha de alteração, no caso de praças, e junto à respectiva Comissão de Promoção, no caso de oficiais, até a data do encerramento das alterações, sob pena de não serem computadas no período correspondente.

Art.6º Os valores numéricos negativos na promoção devem ser atribuídos da seguinte maneira:

I - punições disciplinares, irrecorríveis administrativamente, por sanção:

a) apreensão: 100 (cem) pontos negativos;

b) permanência disciplinar: 200 (duzentos) pontos negativos;

c) custódia disciplinar: 400 (quatrocentos) pontos negativos.

II - desistência imotivada ou desligamento nos cursos necessários à habilitação aos postos e graduações subsequentes: 100 (cem) pontos negativos;

III – penas decorrentes de condenação por crime ou contravenção, por força de sentença transitada em julgado, após o cumprimento total da pena:

a) pena alternativa, caso não decorra de transação penal ou suspensão condicional do processo, contravenção penal ou crimes de menor potencial ofensivo: 500 (quinhentos) pontos negativos;

b) pena privativa de liberdade superior a 02 (dois) anos: 1.000 (mil) pontos negativos;

c) condenação por crime considerado hediondo, ou equiparado: 5.000 (cinco mil) pontos negativos.

§1º Para fins de aplicação da pontuação prevista no inciso I, deste artigo, respeitadas as normas estabelecidas no Código Disciplinar das Corporações, deverão ser consideradas, cumulativamente, para promoção ao posto imediato, todas as punições disciplinares aplicadas ao militar estadual ao longo da carreira, desde que não tenham sido canceladas ou anuladas, até a data de encerramento das alterações.

§2º A pontuação negativa a que se refere o inciso II, deste artigo, será considerada apenas para a promoção que tem por requisito o respectivo curso.

§3º Para os fins do disposto no inciso III, deste artigo, não será atribuída pontuação negativa se provar o militar que foi favorecido com decisão judicial de reabilitação criminal ou se provar que a condenação penal foi revista, culminando com sua absolvição.

Art.7º A pontuação a constar do Relatório Individual de Promoção (RIP) será obtida pela soma dos pontos positivos (PP) e negativos (PN), registrados na Ficha de Informação, e, no caso de Oficiais, será a referida soma adicionada à pontuação atribuída em julgamento da Comissão de Promoção de Oficiais – CPO (JCPO), dividindo-se, neste último caso, o total pela metade, conforme a fórmula abaixo:

I - Oficial PM/BM:

RIP = (PP + PN) + JCPO

II - Praça PM/BM:

RIP = (PP + PN)

Parágrafo único. O resultado da operação a que se refere o caput deste artigo, em caso de fracionamento, será arredondado para primeiro número inteiro subsequente.

## SEÇÃO III Do Procedimento da Promoção

### PERCENTUAL DE MILITARES A SEREM PROMOVIDOS

Art.9º Elaborado o Quadro de Acesso Geral, serão promovidos 60% (sessenta por cento) dos militares incluídos na relação de habilitados para graduação ou posto, dos quais metade ascenderá por antiguidade e a outra metade por merecimento.

#### **Decreto nº 31.804/2015**

Art.9º O número estabelecido de promoções, por antiguidade e merecimento, dentro do Quadro de Acesso Geral, será distribuído na proporção da metade para cada critério, nos respectivos postos e graduações.

Parágrafo único. As nomeações ao posto de Segundo-Tenente QOPM, QOBM, QOSPM, QOCBM, QOCplPM, ocorrerão por antiguidade, observando-se o mérito intelectual aferido no concurso. No caso de nomeação ao cargo de Oficiais do QOAPM e QOABM, o mérito intelectual afere-se no Curso de Habilitação de Oficiais.

Art.10. No caso de algum militar estadual ser excluído do Quadro de Acesso Geral, por alguma das situações previstas no art.7º, da Lei nº15.797/2015, será reavaliado o cálculo e a distribuição prevista no art.9º, desta Lei.

Art.25. Após elaborado o Quadro de Acesso Geral, identificando-se os militares beneficiados pelo disposto no art.10, da Lei nº15.797/2015, será calculado o percentual previsto no art.9º, da mesma Lei, com os demais integrantes do referido quadro.

Parágrafo único. Os militares que ascenderem na forma do art.10, da Lei nº15.797/2015, serão promovidos pelo critério de antiguidade.

### ARREDONDAMENTO DO PERCENTUAL PARA PROMOÇÃO

Parágrafo único. Na apuração do quantitativo de promoções, nos termos do caput, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro seguinte, sempre que da incidência do percentual previsto resultar número fracionado.

### PROMOÇÃO POR 3 FIGURAÇÕES EM QAG

Art.10. O militar estadual ingresso em Quadro de Acesso Geral por 2 (duas) vezes, que não conseguir ascender, será automaticamente, na promoção seguinte, promovido ao posto ou à graduação subsequente, bastando que,

nesta próxima promoção, figure em Quadro de Acesso Geral, observado o percentual do §1º do art.11.

Decreto nº 31.804/2015

Art.25. Após elaborado o Quadro de Acesso Geral, identificando-se os militares beneficiados pelo disposto no art.10, da Lei nº15.797/2015, será calculado o percentual previsto no art.9º, da mesma Lei, com os demais integrantes do referido quadro.

Parágrafo único. Os militares que ascenderem na forma do art.10, da Lei nº15.797/2015, serão promovidos pelo critério de antiguidade.

### **INDEPENDÊNCIA DE PROMOÇÃO À EXISTÊNCIA DE VAGAS**

Art.11. As promoções de que trata esta Lei, à exceção dos postos de Coronel e Major QOA, independerão de vagas e ocorrerão com observância ao percentual previsto no caput do art.9º.

**Nota:** Trata-se do percentual de 60% (sessenta por cento)

### **QUANTIDADE MÍNIMA DE SOLDADOS NA CORPORACÃO**

§1º Nas promoções da praça Soldado, deverá ser observado o número mínimo de permanência na citada graduação de 40% (quarenta por cento) do efetivo de Soldado existente na Corporação respectiva.

### **TRANSFERÊNCIA DO POSTO OU GRADUAÇÃO**

§2º Efetuadas as promoções, o posto ou a graduação do militar promovido será transformado para o posto ou a graduação que passar a ocupar.

### **ANUIDADE DAS PROMOÇÕES E DATA DAS ALTERAÇÕES**

Art.12. As promoções serão anuais, para as quais se levarão em consideração as alterações ocorridas na vida funcional do oficial ou praça, e acontecerão nas datas e segundo processamento estabelecidos em decreto.

#### **Decreto nº 31.804/2015**

Art.2º A promoção anual, a que se refere o art.12, da Lei nº15.797/ 2015, será na data de 24 de dezembro, com fechamento das alterações para o dia 30 de setembro, considerando, apenas para fins de interstício, o tempo no posto ou na graduação que o militar estadual possuirá na data da promoção anual.

Art.3º Após aprovação pelas Comissões de Promoção de Oficiais e Praças, em sessão conjunta, o Calendário de processamento das promoções anuais será publicado em boletim interno pelo Coronel Comandante-Geral, até 1º de setembro de cada ano.

Parágrafo único. Deverão constar, obrigatoriamente, no Calendário mencionado no caput, as datas e prazos para organização e divulgação do Quadro de Acesso Geral, Inspeção de Saúde, Exame Toxicológico, e Apuração do Quantitativo de Promoções.

Art.14. A promoção post mortem, prevista no inciso I, §3º, art.3º, da Lei nº15.797/2015, não observará a data a que se refere o art.12, da referida Lei.

Art.15. A promoção por bravura, na forma do §4º, art.3º, da Lei nº15.797/ 2015, não observará a data a que se refere o art.12, da referida Lei.

## **PROCEDIMENTO PARA PROMOÇÃO A CEL E MAJ QOA**

Art.13. O disposto nesta Seção não se aplica à promoção aos postos de Coronel e de Major QOA.

### **Decreto nº 31.804/2015**

Art.29. Excepcionalmente, as promoções de Coronel e Major QOAPM e QOABM do ano de 2015 serão realizadas na data estabelecida no art.2º deste Decreto.

Parágrafo único. A Lista por Merecimento dos postos de Tenente Coronel e Capitão QOAPM e QOABM, para as promoções referentes ao ano de 2015, será formada, no máximo, até 30 (trinta) dias após a publicação deste Decreto.

## **SEÇÃO IV**

### **Da Promoção por Antiguidade e por Merecimento**

## **PROCESSAMENTO DAS PROMOÇÕES POR MERECIMENTO**

Art.14. Elaborado o Quadro de Acesso Geral e estabelecido o quantitativo mínimo de promoções, para cada posto ou graduação, observando o percentual do art.9º, metade dos militares aptos será promovida por antiguidade, afeitando-se dentre os demais a ordem de classificação para promoção por merecimento.

### **Decreto nº 31.804/2015**

Art.17. A promoção aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM ocorrerão com observância aos §§1º a 3º do art.14 e art.18, e demais critérios estabelecidos no Capítulo II, todos da Lei nº15.797/2015, bem como com observância às disposições previstas no Capítulo III, deste Decreto.

## **INAPLICABILIDADE DO PERCENTUAL DE 60% PARA PROMOÇÃO DE MAJ QOA<sup>5</sup>**

§1º A promoção ao posto de Major QOAPM e Major QOABM não observará o percentual do art.9º, sendo efetivada somente pelo critério de merecimento, nos termos desta Lei e segundo disciplina estabelecida em decreto.

<sup>5</sup> Decreto nº 31.804/2015 - Art.17. A promoção aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM ocorrerão com observância aos §§1º a 3º do art.14 e art.18, e demais critérios estabelecidos no Capítulo II, todos da Lei nº15.797/2015, bem como com observância às disposições previstas no Capítulo III, deste Decreto.

**Nota:** Trata-se do percentual de 60% (sessenta por cento)

**Decreto nº 31.804/2015**

Art.29. Excepcionalmente, as promoções de Coronel e Major QOAPM e QOABM do ano de 2015 serão realizadas na data estabelecida no art.2º deste Decreto.

Parágrafo único. A Lista por Merecimento dos postos de Tenente Coronel e Capitão QOAPM e QOABM, para as promoções referentes ao ano de 2015, será formada, no máximo, até 30 (trinta) dias após a publicação deste Decreto.

Art.31. O militar estadual que se julgar prejudicado em ato referente ao Quadro de Acesso Geral ou Lista por Merecimento, poderá ingressar com recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da divulgação do respectivo ato.

Parágrafo único. O recurso a que se refere este artigo será dirigido ao Presidente da respectiva Comissão de Promoção, o qual deverá solucioná-lo no prazo de 60 (sessenta) dias, encerrando-se a instância administrativa.

## CRITÉRIOS PARA FORMAR RELAÇÃO DE CAP QOA HABILITADOS À PROMOÇÃO

§2º A relação dos Capitães QOAPM e QOABM, habilitados para promoção por merecimento de que trata o §1º, será formada por ordem de antiguidade e contará com número equivalente ao triplo de Majores QOAPM e QOABM previsto em lei.

**Decreto nº 31.804/2015**

Art. 17 ...

§5º A promoção para Major QOAPM e Major QOABM se dará exclusivamente em obediência à classificação disposta na LM, na forma dos §§3º e 4º deste artigo.

Art.29. Excepcionalmente, as promoções de Coronel e Major QOAPM e QOABM do ano de 2015 serão realizadas na data estabelecida no art.2º deste Decreto.

Parágrafo único. A Lista por Merecimento dos postos de Tenente Coronel e Capitão QOAPM e QOABM, para as promoções referentes ao ano de 2015, será formada, no máximo, até 30 (trinta) dias após a publicação deste Decreto.

Art.31. O militar estadual que se julgar prejudicado em ato referente ao Quadro de Acesso Geral ou Lista por Merecimento, poderá ingressar com recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da divulgação do respectivo ato.

Parágrafo único. O recurso a que se refere este artigo será dirigido ao Presidente da respectiva Comissão de Promoção, o qual deverá solucioná-lo no prazo de 60 (sessenta) dias, encerrando-se a instância administrativa.

## PERÍODO PARA ELABORAÇÃO DA RELAÇÃO DE CAP QOA HABILITADOS À PROMOÇÃO

§3º A relação a que refere o §2º será elaborada semestralmente, conforme previsto em decreto, observadas as disposições dos arts. 6º e 7º desta Lei.

**Nota:** O artigo 6º se refere aos requisitos cumulativos para ingresso no QAG (interstício no posto ou na graduação de referência; curso obrigatório estabelecido em lei; serviço arremetido; e, mérito).

**Nota:** O artigo 7º se refere aos casos em que o não poderá constar no Quadro de Acesso Geral, ou dele ser excluído.

**Decreto nº 31.804/2015**

Art. 16 ... §4º Quando se tratar de promoção requerida aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM, o Tenente-Coronel e os Capitães QOAPM e QOABM, o requerimento da promoção deverá ser apresentado, na forma deste artigo, no período de até 30 (trinta) dias após a divulgação da lista a que se refere o §3º, art.18, e §3º, art.14, todos da Lei nº15.797/2015, e §3º, art.17, deste Decreto.

Art.29. Excepcionalmente, as promoções de Coronel e Major QOAPM e QOABM do ano de 2015 serão realizadas na data estabelecida no art.2º deste Decreto.

Parágrafo único. A Lista por Merecimento dos postos de Tenente Coronel e Capitão QOAPM e QOABM, para as promoções referentes ao ano de 2015, será formada, no máximo, até 30 (trinta) dias após a publicação deste Decreto.

## **PROCESSAMENTO DO MÉRITO FUNCIONAL**

Art.15. A classificação para promoção por merecimento para oficiais será feita por avaliação da Comissão de Promoções de Oficiais - CPO, considerando a média aritmética do resultado obtido pelo militar no Relatório Individual de Promoção, que será composto pelo somatório da pontuação obtida em ficha de informação preenchida pelo setor de pessoal de cada Corporação com a pontuação do julgamento pela Comissão considerando o desempenho funcional do oficial.

### **Decreto nº 31.804/2015**

Art.12. Quando do Julgamento da Comissão de Promoção de Oficiais, os membros, na avaliação meritória do concorrente, atribuirão valores múltiplos de 100 (cem), limitados a 6.000 (seis mil) pontos.

## **CONTEÚDO DA FICHA DE INFORMAÇÃO**

§1º A ficha de informação, a ser definida em decreto, conterá a pontuação positiva e negativa do militar resultante de sua atuação funcional, incluindo critérios meritórios e conceito do comandante imediato, devidamente justificado.

## **FORMA DE JULGAMENTO DA COMISSÃO DE PROMOÇÃO**

§2º O julgamento pela Comissão de Promoção será motivado e levará em conta o desempenho funcional do militar estadual, com pontuação máxima de 6.000 (seis mil)<sup>6</sup> pontos, no ano de referência, observando-se os seguintes aspectos, se não aferidos pela ficha de informação, além de outros que poderão ser previstos em decreto:

- I - tempo de exercício funcional no posto e na carreira;
- II - desempenho no cargo/função exercida;
- III - elogios e condecorações recebidas;

---

<sup>6</sup> Decreto nº 31.804/2015 - Art.12. Quando do Julgamento da Comissão de Promoção de Oficiais, os membros, na avaliação meritória do concorrente, atribuirão valores múltiplos de 100 (cem), limitados a 6.000 (seis mil) pontos.

- IV - obras realizadas de interesse militar estadual;
- V - ações destacadas;
- VI - exercício em locais de difícil provimento, a serem indicados em decreto;
- VII – exercício como coordenador/professor/instrutor/monitor conteudista na Academia Estadual de Segurança Pública;
- VIII - lesões e moléstias decorrentes do serviço;
- IX - afastamento das funções por motivo de gozo de licença para tratar de interesse particular;
- X - afastamento das funções para gozo de licença para tratamento de saúde própria, não decorrente de missão militar, ou tratamento de saúde de dependente.

**Decreto nº 31.804/2015**

Art.4º O militar estadual será pontuado conforme Ficha de Informação constante no Anexo I, deste Decreto, na forma do §1º, art.15, e art.16, da Lei nº15.797/2015.

Art.5º Os valores numéricos positivos devem ser atribuídos, nas respectivas carreiras, na forma a seguir:

I – o tempo de efetivo serviço:

a) em função militar ou considerada de natureza ou interesse militar, desde a data da nomeação ao primeiro posto ou graduação da Corporação, até o encerramento das alterações: 100 (cem) pontos por semestre;

b) no posto ou graduação atual, desde a data da promoção respectiva, até a data de encerramento das alterações: 200 (duzentos) pontos por semestre.

II – titulação de nível superior conferida por instituição de ensino superior, reconhecida por órgão competente: 100 (cem) pontos;

III - titulação de pós-graduação conferida por instituição de ensino, com produção acadêmica voltada para o interesse das corporações militares, assim reconhecida pela respectiva Comissão de Promoção, com decisão devidamente motivada:

a) especialização *latu sensu*: 200 (duzentos) pontos;

b) mestrado: 400 (quatrocentos) pontos;

c) doutorado: 600 (seiscentos) pontos;

d) pós-doutorado: 800 (oitocentos) pontos.

IV - aprovação em cursos relacionados e/ou aplicados às áreas de interesse da Corporação respectiva, designados e/ou autorizados pelo Comando Geral, devidamente comprovados por diploma ou certificado de conclusão:

a) curso com carga horária de 40 a 79 horas/aula: 50 (cinquenta) pontos;

b) curso com carga horária de 80 a 159 horas/aula: 100 (cem) pontos;

c) curso com carga horária a partir de 160 a 249 horas/aula: 200 (duzentos) pontos;

d) curso com carga horária a partir de 250 horas/aula: 300 (trezentos) pontos.

V - medalhas:

a) Medalha Abolição - 300 (trezentos) pontos;

b) Medalha por Bravura (Tiradentes) - 300 (trezentos) pontos;

c) Medalha Herói João Nogueira Jucá: 300 (trezentos) pontos;

d) Medalhas do Mérito Intelectual (MMI): 200 (duzentos) pontos por curso; e) Medalha de Tempo de Serviço (MTS) 30 (trinta), 20 (vinte) e 10 (dez) anos: 200 (duzentos), 150 (cento e cinquenta) e 100 (cem) pontos, respectivamente, não cumulativas;

f) Medalha do Mérito Funcional – 200 (duzentos) pontos;

g) Barreta de Comando – 100 (cem) pontos.

VI – trabalho relevante, limitada pontuação a um por ano, desde que reconhecido por ato do respectivo Coronel Comandante-Geral, como de interesse da respectiva Corporação: 100 (cem) pontos;

VII – desempenho da função militar em Local de Difícil Provedimento (LDP), conforme relação anual de classificações/lotações fornecidas pelo respectivo Coronel Comandante-Geral – 25 (vinte e cinco) pontos, por cada semestre;

Nota: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

VIII – média final acima de 8,00 (oito) em cursos necessários à ascensão funcional na carreira, na forma do S2º, art.6º, I, “b”, “c” e “d”, e II, “b” e “c”, da Lei nº15.797/2015: 100 (cem) pontos por curso concluído;

IX – exercício de atividade judiciária militar, como Encarregado de Inquérito Policial Militar devidamente concluído, inclusive como Escrivão, limitado a 05 (cinco) procedimentos por ano, bem como participação em conselho permanente ou especial de justiça militar, limitada a uma participação anual: 20 (vinte) pontos em cada procedimento ou participação, respectivamente;

Nota: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

X – exercício em procedimentos e processos administrativos devidamente concluídos, no âmbito das Corporações Militares Estaduais ou da Controladoria Geral de Disciplina, limitado a 05 (cinco) procedimentos/processos por ano: 20 (vinte) pontos em cada procedimento;

Nota: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

XI – exercício funcional como Gestor ou Fiscal de contratos administrativos, de interesse das respectivas corporações, e ainda como pregoeiro ou membro da Central de Licitações/PGE: 40 (quarenta) pontos por semestre completo de desempenho das respectivas atividades;

Nota: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

XII – exercício funcional como Condutor de Viaturas e Embarcações, nas atividades fim e meio das Corporações, ou em atividade de interesse militar estadual, por semestre:

a) viaturas administrativas que exijam habilitação categoria “A”: 20 (vinte) pontos;

b) viaturas operacionais que exijam habilitação categoria “A” ou embarcações: 40 (quarenta) pontos;

c) viaturas administrativas que exijam habilitação categoria “B”: 20 (vinte) pontos;

d) viaturas operacionais que exijam habilitação categoria “B”: 40 (quarenta) pontos;

e) viaturas administrativas que exijam habilitação categorias “D” ou “E”: 40 (quarenta) pontos;

f) viaturas operacionais que exijam habilitação categorias “D” ou “E”: 40 (quarenta) pontos.

Nota: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

XIII – avaliação funcional, exclusiva para Oficiais, em que deverá ser observado o conhecimento técnico e a respectiva capacidade de multiplicação, a dedicação e desenvoltura no efetivo desempenho nas atribuições destinadas, além do respeito aos princípios da hierarquia e disciplina militares, todos devidamente motivados: até 100 (cem) pontos anuais, em intervalos de 05 (cinco) pontos; XIV – avaliação positiva em Teste de Aptidão Física, anualmente:

a) E (Excelente) – 150 pontos;

b) MB (Muito Bom) – 120 pontos;

c) B (Bom) – 90 pontos;

d) R (Regular) – 60 pontos.

Nota: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

XV – participação efetiva em atividades funcionais nos períodos referentes às Operações Carnaval, Semana Santa, Natal, Réveillon, e Eventos que demandem grande emprego de efetivo, assim designados pelo Comando Geral: 10 (dez) pontos por escala de serviço cumprida;

Nota: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

XVI – produtividade funcional, aferida anualmente:

a) apreensão de arma de fogo: 05 (cinco) pontos por arma, limitado a 50 (cinquenta) pontos anuais, caso não configurada a hipótese da alínea subsequente;

b) guarnição encarregada do Auto de Prisão em Flagrante Delito por Crimes Violentos Letais e Intencionais-CVLI, na forma da Lei nº15.558/2014: 05 (cinco) pontos por procedimento, limitado a 50 (cinquenta) pontos anuais;

c) vistoria técnica realizada por meio da Coordenadoria de Atividades Técnicas-CAT: 05 (cinco) pontos para cada 20 (vinte) vistorias, limitado a 50 (cinquenta) pontos anuais;

d) análise de Projeto de Prevenção, Contra Incêndio e Pânico, realizada por meio da Coordenadoria de Atividades Técnicas CAT: 01 (um) ponto para cada projeto, limitado a 50 (cinquenta) pontos anuais.

Nota: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 (art. 28 do Dec. 31.804/2015)

XVII – lesão decorrente do exercício funcional, devidamente atestada em laudo médico oficial e em procedimento interno próprio, de que resulte afastamento das atividades por mais de 30 (trinta) dias: 200 (duzentos) pontos.

XVIII - desempenho disciplinar sem qualquer sanção administrativa ou penal, a contar da data da eventual aplicação, nos seguintes períodos:



- a) 05 (cinco) anos: 50 (cinquenta) pontos;
- b) 10 (dez) anos: 100 (cem) pontos;
- c) 15 (quinze) anos: 150 (cento e cinquenta) pontos;
- d) 20 (vinte) anos: 200 (duzentos) pontos;
- e) 25 (vinte e cinco) anos: 250 (duzentos e cinquenta) pontos;
- f) 30 (trinta) anos: 300 (trezentos) pontos.

§1º Para cada promoção por merecimento, o militar somente poderá utilizar uma dentre as titulações previstas no inciso III, deste artigo, vedada a utilização do mesmo curso por mais de uma vez.

§2º Para cada promoção por merecimento, o militar somente poderá utilizar 03 (três) dos cursos mencionados no inciso IV, deste artigo, vedada a utilização do mesmo curso por mais de uma vez.

§3º O trabalho relevante a que faz alusão o inciso VI, deste artigo, será aquele com conteúdo voltado ao interesse institucional, assim reconhecido previamente por ato do Coronel Comandante-Geral.

§4º A relação de Locais de Dificil Provedimento será publicada em boletim interno, no mês de outubro, a ser considerada para a promoção referente ao ano subsequente, e levará em consideração a dificuldade do Coronel Comandante-Geral em realizar nomeações, designações ou lotações dentro da respectiva Corporação.

§5º A Ficha de Avaliação Funcional de Oficiais Militares Estaduais, constante no Anexo II deste Decreto, e mencionada no inciso XIII deste artigo, será preenchida pela autoridade militar a que esteve subordinado o respectivo avaliado por maior período do referido semestre, devendo ser dado ciência da pontuação concedida ao interessado, com a devida certificação.

§6º Caso o Oficial avaliado encontre-se à disposição da Secretária da Segurança Pública e Defesa Social ou da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos da Segurança Pública de Segurança Penitenciária e sistema Penitenciário, cabe ao respectivo Titular da Pasta a efetivação da pontuação a que se refere o §5º; caso integre as Companhias de Policiamento de Guarda, a pontuação será conferida pelo Chefe da Casa Militar.

§7º Nos demais casos não contemplados no §6º, a pontuação será realizada pelo Comandante-Geral Adjunto da Corporação.

§8º Discordando da pontuação obtida, poderá o avaliado ingressar com recurso, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da ciência da referida nota, dirigido à Comissão de Promoção de Oficiais, a qual, uma vez provido o recurso, efetuará a pontuação, podendo, para tanto, diligenciar junto ao local, ou locais, de exercício funcional do interessado.

§9º O Coronel Comandante-Geral designará anualmente Comissões formadas por Oficiais e Praças, presididas por militar estadual com precedência hierárquica em relação aos avaliados, desde que habilitados na área de Educação Física e que não estejam concorrendo às promoções, para fins de aferição da pontuação prevista no inciso XIV, do caput deste artigo, que sempre ocorrerá após a avaliação de saúde prevista no art.7º, XII, da Lei nº15.797/2015, sem a qual não poderá o militar se submeter ao Teste de Aptidão Física.

§10. Serão definidos em portaria do Coronel Comandante Geral os critérios para a aferição a que se refere o §9º.

§11. As pontuações a que se referem os incisos I, alínea "a", V, exceto a prevista na alínea "a", e VIII poderão ser aproveitadas em mais de uma promoção durante a carreira do militar estadual. As demais pontuações valerão somente para a promoção obtida.

§12. Será de responsabilidade do interessado a devida comprovação das pontuações previstas nos incisos III, IV, IX, X, XI, XV e XVI, junto à autoridade a que estiver imediatamente subordinado, para elaboração da folha de alteração, no caso de praças, e junto à respectiva Comissão de Promoção, no caso de oficiais, até a data do encerramento das alterações, sob pena de não serem computadas no período correspondente.

Art.6º Os valores numéricos negativos na promoção devem ser atribuídos da seguinte maneira:

I - punições disciplinares, irrecorríveis administrativamente, por sanção:

- a) repreensão: 100 (cem) pontos negativos;
- b) permanência disciplinar: 200 (duzentos) pontos negativos;
- c) custódia disciplinar: 400 (quatrocentos) pontos negativos.

II - desistência imotivada ou desligamento nos cursos necessários à habilitação aos postos e graduações subsequentes: 100 (cem) pontos negativos;

III – penas decorrentes de condenação por crime ou contravenção, por força de sentença transitada em julgado, após o cumprimento total da pena:

- a) pena alternativa, caso não decorra de transação penal ou suspensão condicional do processo, contravenção penal ou crimes de menor potencial ofensivo: 500 (quinhentos) pontos negativos;
- b) pena privativa de liberdade superior a 02 (dois) anos: 1.000 (mil) pontos negativos;
- c) condenação por crime considerado hediondo, ou equiparado: 5.000 (cinco mil) pontos negativos.

§1º Para fins de aplicação da pontuação prevista no inciso I, deste artigo, respeitadas as normas estabelecidas no Código Disciplinar das Corporações, deverão ser consideradas, cumulativamente, para promoção ao posto imediato, todas as punições disciplinares aplicadas ao militar estadual ao longo da carreira, desde que não tenham sido canceladas ou anuladas, até a data de encerramento das alterações.

§2º A pontuação negativa a que se refere o inciso II, deste artigo, será considerada apenas para a promoção que tem por requisito o respectivo curso.

§3º Para os fins do disposto no inciso III, deste artigo, não será atribuída pontuação negativa se provar o militar que foi favorecido com decisão judicial de reabilitação criminal ou se provar que a condenação penal foi revista, culminando com sua absolvição.

Art.7º A pontuação a constar do Relatório Individual de Promoção (RIP) será obtida pela soma dos pontos positivos (PP) e negativos (PN), registrados na Ficha de Informação, e, no caso de Oficiais, será a referida soma adicionada à pontuação atribuída em julgamento da Comissão de Promoção de Oficiais – CPO (JCPO), dividindo-se, neste último caso, o total pela metade, conforme a fórmula abaixo:

I - Oficial PM/BM:

$$\text{RIP} = \frac{(\text{PP} + \text{PN}) + \text{JCPO}}{2}$$

II - Praça PM/BM:  
 $\text{RIP} = (\text{PP} + \text{PN})$

Parágrafo único. O resultado da operação a que se refere o caput deste artigo, em caso de fracionamento, será arredondado para primeiro número inteiro subsequente.

Art.11. É facultada aos Oficiais que concorrem na promoção a presença no ato de Julgamento da Comissão de Promoção de Oficiais, prevista no art.7º deste Decreto, permitida manifestação, por questão de ordem, autorizada pelo Presidente da Comissão.

Parágrafo único. No ato a que se refere o caput, serão avaliadas somente as disposições mencionadas no §2º, art.15, da Lei nº15.797/2015, além de outras previstas neste Decreto, não se prestando o momento a discussões sobre Pontos Positivos e Negativos atribuídos ao respectivo militar estadual.

## CASO DE EMPATE E FORMA DE DESEMPATE

§3º Em caso de empate na formação do quadro de acesso por merecimento, o desempate observará o disposto no §6º, do art.18 desta Lei.

**Nota:** Art. 18 ... §6º Em caso de empate na pontuação final para a promoção do militar estadual ao posto de Coronel, o desempate se dará observando os seguintes critérios, em ordem de precedência:

I – resultado no relatório individual de promoção;

II – antiguidade no posto;

III – tempo de serviço na respectiva corporação;

IV – idade.

## PROCESSAMENTO DA PROMOÇÃO DE PRAÇAS POR MERECEMENTO

Art.16. A classificação para fins de promoção por merecimento para praças deverá ser feita mediante análise do Relatório Individual de Promoção, composto pela ficha de informação preenchida pelo setor de pessoal da Corporação, e avaliação da Comissão de Promoções de Praças, observando, em caso de empate, o disposto no §6º, do art.18 desta Lei.

Parágrafo único. Ao militar que possuir em sua carreira profissional a promoção que trata o § 4.º do art. 3.º, quando concorrer diretamente com o efetivo promovido nas

demais modalidades, excepcionalmente, não se aplicará como parâmetro para sua classificação qualquer pontuação ou vantagem relativa ao tempo de serviço na carreira militar destes em relação àquele, exceto o tempo no posto ou na graduação". (NR Acrescentado pela Lei nº 17.183, de 23.03.2020)

**Nota:**

Art.3º As promoções ocorrerão nas seguintes modalidades:

- I - antiguidade;
- II - merecimento;
- III - post mortem;
- IV - bravura;
- V - requerida.

§4º A promoção por bravura, a ser aferida por comissão de meritocracia designada pelo Comandante-Geral, resulta de ato, ou atos, não comuns de coragem e audácia, que, ultrapassando os limites normais do cumprimento do dever, representem feitos de notório mérito, em operação ou ação inerente à missão institucional da corporação militar em serviço ou de folga.

[...]

Art. 18 ... §6º Em caso de empate na pontuação final para a promoção do militar estadual ao posto de Coronel, o desempate se dará observando os seguintes critérios, em ordem de precedência:

- I – resultado no relatório individual de promoção;
- II – antiguidade no posto;
- III – tempo de serviço na respectiva corporação;
- IV – idade.

## COMPOSIÇÃO DA CPO E DA CPP

Art.17. As Comissões para Promoções de Oficiais e Praças serão constituídas anualmente por ato do respectivo Comandante-Geral e terão a duração no ano de referência, observando o seguinte:

### CPO DA PMCE

I - Comissão de Promoção de Oficiais da Polícia Militar:

- a) Presidente: Comandante-Geral;
- b) Membros Natos: Comandante-Geral Adjunto e Secretário Executivo;
- c) Membros Efetivos: 4 (quatro) Coronéis do serviço militar estadual ativo;

#### **CPP DA PMCE**

II - Comissão de Promoção de Praças da Polícia Militar:

- a) Presidente: Comandante-Geral Adjunto;
- b) Membros Natos: Secretário Executivo e Coordenador de Gestão de Pessoas;
- c) Membros Efetivos: 4 (quatro) Oficiais Superiores do serviço militar estadual ativo;

#### **CPO DO CORPO DE BOMBEIROS**

III - Comissão de Promoção de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar:

- a) Presidente: Comandante-Geral;
- b) Membros Natos: Comandante-Geral Adjunto e Secretário Executivo;
- c) Membros Efetivos: 2 (dois) Coronéis do serviço militar estadual ativo;

#### **CPP DO CORPO DE BOMBEIROS**

IV - Comissão de Promoção de Praças do Corpo de Bombeiros Militar:

- a) Presidente: Comandante-Geral Adjunto;
- b) Membros Natos: Secretário Executivo e Supervisor de Gestão de Pessoas;
- c) Membros Efetivos: 2 (dois) Oficiais Superiores do serviço militar estadual ativo.

## NOTA: TABELA – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PM/BM

AUTORIDADE	C.P.O.		C.P.P.	
	PM	BM	PM	BM
Cel Cmt-G	Presidente	Presidente	-	-
Cmt-G Adj	Membro nato	Membro nato	Presidente	Presidente
Secretário Executivo	Membro nato	Membro nato	Membro nato	Membro nato
Coronel	Membro Efetivo (04)	Membro Efetivo (02)	-	-
Of Superior	-	-	Membro Efetivo (04)	Membro Efetivo (02)

**Nota:** Cmt-G Adj mudou a nomenclatura para Subcmt Geral. Secretário Executivo mudou a nomenclatura para Diretor Executivo de Planejamento e Gestão Interna (DPGI).

### DESIGNAÇÃO E COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE PROMOÇÃO

§1º Cada Comissão de Promoção contará com um secretário, que deverá ser designado dentre oficiais do serviço ativo da Corporação por ato do respectivo presidente, incumbindo-lhe a gestão administrativa da documentação atinente ao processamento das promoções.

### COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES DE PROMOÇÃO

§2º Às Comissões de Promoção competem, dentre outras atribuições previstas em regimento interno:

- I - ter pleno conhecimento da legislação atinente às promoções;
- II - organizar e submeter à aprovação do Comandante-General o Quadro de Acesso e as propostas para as promoções por antiguidade e merecimento;
- III - propor a agregação de militar estadual que deva ser transferido ex officio para a reserva, segundo o disposto nesta Lei;

IV - emitir parecer sobre recurso referente a processamento de promoção;

V - organizar a relação de militares estaduais impedidos de ingresso em Quadro de Acesso;

VI - propor ao Comandante-Geral a elaboração de Quadro de Acesso extraordinário;

VII - fixar prazos para remessa de documentos;

VIII - processar os requerimentos interpostos, e solucioná-los, quando não for o caso de encaminhamento à Procuradoria-Geral do Estado;

IX - constar as respectivas deliberações em atas, sob pena de nulidade.

#### **FORMA DE DELIBERAÇÃO DAS COMISSÕES**

§3º As deliberações das Comissões de Promoção serão publicadas em boletim interno e suas decisões serão tomadas, por maioria simples de votos, ficando o presidente dispensado de votar, exceto nos casos de empate, quando proferirá voto de qualidade.

#### **NÚMERO MÍNIMO DE MEMBROS PARA FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES**

§4º Caso não exista número suficiente de oficiais para compor as comissões, por qualquer causa legal, elas poderão funcionar com até 3 (três) membros, observado o disposto no §3º.

#### **CRITÉRIO PARA PROMOÇÃO A CORONEL**

Art.18. A promoção ao posto de Coronel ocorrerá pelo critério de merecimento, observados os demais preceitos estabelecidos nesta Lei.

**Decreto nº 31.804/2015**

Art.17. A promoção aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM ocorrerão com observância aos §§1º a 3º do art.14 e art.18, e demais critérios estabelecidos no Capítulo II, todos da Lei nº15.797/2015, bem como com observância às disposições previstas no Capítulo III, deste Decreto.

Art.29. Excepcionalmente, as promoções de Coronel e Major QOAPM e QOABM do ano de 2015 serão realizadas na data estabelecida no art.2º deste Decreto.

Parágrafo único. A Lista por Merecimento dos postos de Tenente Coronel e Capitão QOAPM e QOABM, para as promoções referentes ao ano de 2015, será formada, no máximo, até 30 (trinta) dias após a publicação deste Decreto.

## **DA LISTA DE TENENTES-CORONÉIS PARA ESCOLHA DO GOVERNADOR**

§1º A promoção prevista no caput se efetivará por escolha do Governador do Estado dentre os Tenentes-Coronéis constantes de lista elaborada pela Corporação respectiva.

### **Decreto nº 31.804/2015**

Art. 17 ...

§2º A Comissão de Promoção de Oficiais, nos meses de janeiro e julho, efetuará a pontuação dos Tenentes Coronéis e Capitães QOAPM e QOABM para fins de organização das Listas por Merecimento (LM), referentes ao primeiro e ao segundo semestres do respectivo ano.

§3º As Listas por Merecimento servirão para as promoções que, porventura, venha a ocorrer no respectivo semestre.

§4º A pontuação de que trata o §2º deste artigo terá por base o exercício funcional do militar no semestre imediatamente anterior.

§5º A promoção para Major QOAPM e Major QOABM se dará exclusivamente em obediência à classificação disposta na LM, na forma dos §§3º e 4º deste artigo.

Art.29. Excepcionalmente, as promoções de Coronel e Major QOAPM e QOABM do ano de 2015 serão realizadas na data estabelecida no art.2º deste Decreto.

Parágrafo único. A Lista por Merecimento dos postos de Tenente Coronel e Capitão QOAPM e QOABM, para as promoções referentes ao ano de 2015, será formada, no máximo, até 30 (trinta) dias após a publicação deste Decreto.

## **CONTEÚDO DA LISTA DE TENENTES-CORONÉIS**

§2º A lista a que se refere este artigo, para promoção por merecimento, conterà relação com nomes equivalentes ao dobro do número de vagas abertas para o posto de Coronel, devendo, no mínimo, contar com 5 (cinco) nomes.

## **PERÍODO E QUANTIDADE DE TENENTES-CORONÉIS PARA COMPOR A LISTA**

§3º A lista de Tenentes-Coronéis, habilitados para promoção por merecimento, realizada semestralmente, terá por base a ordem de antiguidade, tendo por limite quantitativo o dobro de Coronéis previsto em lei específica, conforme estabelecido em decreto, e observados os arts. 6º e 7º desta Lei.

**Nota:** O artigo 6º se refere aos requisitos cumulativos para ingresso no QAG (interstício no posto ou na graduação de referência; curso obrigatório estabelecido em lei; serviço arregimentado; e, mérito).

**Nota:** O artigo 7º se refere aos casos em que o militar não poderá constar no Quadro de Acesso Geral, ou dele ser excluído.

#### **Decreto nº 31.804/2015**

Art. 16 ...

§4º Quando se tratar de promoção requerida aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM, o Tenente-Coronel e os Capitães QOAPM e QOABM, o requerimento da promoção deverá ser apresentado, na forma deste artigo, no período de até 30 (trinta) dias após a divulgação da lista a que se refere o §3º, art. 18, e §3º, art. 14, todos da Lei nº15.797/2015, e §3º, art. 17, deste Decreto.

### **PROCEDIMENTO NO CASO DE VACÂNCIA NO POSTO DE CORONEL**

§4º Verificada a existência de vaga no posto de Coronel, o Comandante-Geral de cada Corporação encaminhará ao Secretário da Segurança Pública e Defesa Social a relação dos Tenentes-Coronéis devidamente habilitados, por ordem de merecimento, com posterior remessa ao Governador para escolha e promoção na forma estabelecida em decreto.

#### **Decreto nº 31.804/2015**

Art.18. Considerada aberta vaga ao posto de Coronel, o respectivo Coronel Comandante-Geral encaminhará a Lista por Merecimento ao Secretário de Segurança Pública e Defesa Social, para os fins dispostos nos §§2º a 4º, do art.18, da Lei nº15.797/2015. Parágrafo único. Realizada a escolha, dela será comunicada a Corporação Militar Estadual de origem para fins de confecção do ato de promoção e posterior tramitação.

### **EXCEÇÃO À ANUIDADE DAS PROMOÇÕES**

§5º A promoção de que trata o caput não observará a data a que faz referência o art.12 desta Lei.

**Nota:** Art.12. As promoções serão anuais, para as quais se levarão em consideração as alterações ocorridas na vida funcional do oficial ou praça, e acontecerão nas datas e segundo processamento estabelecidos em decreto.

#### **Decreto nº 31.804/2015**

Art.17.

§1º Independentemente da data prevista no art.3º, deste Decreto, a efetivação da promoção a que se refere o caput deste artigo observará a data da vacância dos respectivos postos.

Art.29. Excepcionalmente, as promoções de Coronel e Major QOAPM e QOABM do ano de 2015 serão realizadas na data estabelecida no art.2º deste Decreto.

Parágrafo único. A Lista por Merecimento dos postos de Tenente Coronel e Capitão QOAPM e QOABM, para as promoções referentes ao ano de 2015, será formada, no máximo, até 30 (trinta) dias após a publicação deste Decreto.

### **EMPATE E DESEMPATE NA PROMOÇÃO À CORONEL**

§6º Em caso de empate na pontuação final para a promoção do militar estadual ao posto de Coronel, o desempate se dará observando os seguintes critérios, em ordem de precedência:



- I – resultado no relatório individual de promoção;
- II – antiguidade no posto;
- III – tempo de serviço na respectiva corporação;
- IV – idade.

#### **PROCEDIMENTO EM CASO DE INEXISTÊNCIA DE TENENTES-CORONÉIS COM INTERSTÍCIO**

§7º Inexistindo Tenentes-Coronéis, com interstício para compor a lista, o quantitativo previsto poderá ser preenchido com Tenentes-Coronéis que possuam, no mínimo, um ano no posto, observando-se a ordem de antiguidade e o disposto nos arts. 6º e 7º desta Lei.

**Nota:** O artigo 6º se refere aos requisitos cumulativos para ingresso no QAG (interstício no posto ou na graduação de referência; curso obrigatório estabelecido em lei; serviço arregimentado; e, mérito).

**Nota:** O artigo 7º se refere aos casos em que o militar não poderá constar no Quadro de Acesso Geral, ou dele ser excluído.

#### **FORMA DE VACÂNCIA DAS VAGAS DE CORONEL PM E MAJOR QOA**

Art.19. As vagas a serem preenchidas para a promoção aos postos de Coronel QOPM e QOBM e de Major QOAPM e Major QOABM serão provenientes de:

- I - agregação, em conformidade com o previsto na Lei nº 13.729, de 13 de janeiro de 2006;
- II - passagem à situação de inatividade;
- III - demissão;
- IV - falecimento;
- V - aumento de efetivo, conforme dispuser a Lei.

**Nota sobre agregação:** Lei nº 13.729/06 - **Art.172.** A agregação é a situação na qual o militar estadual em serviço ativo deixa de ocupar vaga na escala hierárquica do seu Quadro, nela permanecendo sem número.

§1º O militar estadual deve ser agregado quando:

##### **I - REVOGADO**

II - estiver aguardando transferência para a inatividade, decisão acerca de demissão ou exclusão, por ter sido enquadrado em qualquer dos requisitos que as motivam, após transcorridos mais de 90 (noventa) dias de tramitação administrativa regular do processo, ficando afastado de toda e qualquer atividade a partir da agregação;

III - for afastado temporariamente do serviço ativo por motivo de:

a) ter sido julgado incapaz temporariamente, após um ano contínuo de tratamento de saúde;

- b) ter sido julgado, por junta médica da Corporação, definitivamente incapaz para o serviço ativo militar, enquanto tramita o processo de reforma, ficando, a partir da agregação, recolhendo para o SUPSEC como se estivesse aposentado;
- c) ter ultrapassado um ano contínuo de licença para tratamento de saúde própria;
- d) ter ultrapassado 6 (seis) meses contínuos de licença para tratar de interesse particular ou de saúde de dependente;
- e) ter sido considerado oficialmente extraviado;
- f) houver transcorrido o prazo de graça e caracterizado o crime de deserção;
- g) deserção, quando Oficial ou Praça com estabilidade assegurada, mesmo tendo se apresentado voluntariamente, até sentença transitada em julgado do crime de deserção;
- h) ter sido condenado a pena restritiva de liberdade superior a 6 (seis) meses e enquanto durar a execução, excluído o período de suspensão condicional da pena;
- i) tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva inclusive da administração indireta;
- j) ter sido condenado à pena de suspensão do exercício do cargo ou função.

## **DATA DA ABERTURA DAS VAGAS À CORONEL**

Parágrafo único. As vagas serão consideradas abertas:

I – na data do ato de agregação, salvo se, no próprio ato, for estabelecida outra data;

II – na data do início do processo de reserva ex officio, por um dos motivos especificados na Lei nº13.729, de 13 de janeiro de 2006;

III – na data oficial do falecimento;

IV – conforme disposição na Lei de aumento de efetivo.

### **Decreto nº 31.804/2015**

Art.17. A promoção aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM [...]

§1º Independentemente da data prevista no art.3º, deste Decreto, a efetivação da promoção a que se refere o caput deste artigo observará a data da vacância dos respectivos postos.

Art.18. Considerada aberta vaga ao posto de Coronel, o respectivo Coronel Comandante-Geral encaminhará a Lista por Merecimento ao Secretário de Segurança Pública e Defesa Social, para os fins dispostos nos §§2º a 4º, do art.18, da Lei nº15.797/2015.

Parágrafo único. Realizada a escolha, dela será comunicada a Corporação Militar Estadual de origem para fins de confecção do ato de promoção e posterior tramitação.

### **NOTA SOBRE RESERVA EX OFFICIO**

Lei nº13.729, de 13 de janeiro de 2006

Art.182. A transferência ex officio para a reserva remunerada verificar-se-á sempre que o militar estadual incidir em um dos seguintes casos:

I – atingir a idade limite de 60 (sessenta) anos; (redação dada pelo art. 26 da Lei nº 15.797, de 25.05.2015)

II - Attingir ou vier ultrapassar:

a) 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, com no mínimo 25 (vinte e cinco) anos de contribuição militar estadual ao Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e Membros de Poder do Estado do Ceará – SUSPEC;

III - ultrapassar 2 (dois) anos de afastamento, contínuo ou não, agregado em virtude de ter sido empossado em cargo, emprego ou função pública civil temporária não eletiva;

IV - se eleito, for diplomado em cargo eletivo, ou se, na condição de suplente, vier a ser empossado.

V - for oficial abrangido pela quota compulsória.

VI – o Coronel Comandante-Geral que for substituído na chefia da Corporação por Coronel promovido pelo Governador do Estado; (redação dada pelo art. 26 da Lei nº 15.797, de 25.05.2015)

VII – o Coronel que possuir 30 (trinta) anos de efetiva contribuição e 5 (cinco) anos no posto respectivo, excetuando-se aquele que ocupar o cargo de Comandante-Geral, os cargos de provimento em comissão de Subcomandante-Geral da Polícia Militar, de Comandante-Geral Adjunto do Corpo de Bombeiros Militar, de Diretores de Planejamento e Gestão Interna das Corporações Militares, de Chefe da Casa Militar e de Assessor Executivo da Casa Militar. (NR dada pela Lei nº 16.863, 15 de abril de 2019 – DOE de 16.04.2019)

VIII - o Major QOA que possuir 30 (trinta) anos de efetiva contribuição e 3 (três) anos no posto respectivo. (inciso incluído por força do art. 26 da Lei nº 15.797, de 25.05.2015).

## **SEÇÃO V** **Da Quota Compulsória**

### **QUANTIDADE MÍNIMA DE VAGAS À CORONEL E MAJOR QOA**

Art.20. Haverá, anualmente, número mínimo de vagas à promoção ao posto de Coronel QOPM e QOBM e ao posto de Major QOAPM e QOABM, para manter a renovação, o equilíbrio e a regularidade de acesso ao referido posto, em quantitativo a ser estabelecido em decreto.

#### **Decreto nº 31.804/2015**

Art.21. Na forma do art.20 da Lei nº15.797/2015, anualmente, nas Corporações Militares, haverá um número mínimo de cargos vagas a serem preenchidos, aos postos de Coronéis QOPM e QOBM, e Majores QOAPM e QOABM.

§1º O número mínimo de vagas de que cuida o caput observará o seguinte:

I - Coronel QOPM - 4 (quatro) vagas por ano;

II - Coronel QOBM – 2 (duas) vagas por ano;

III - Major QOAPM – 3 (três) vagas por ano;

IV - Major QOABM – 2 (duas) vagas por ano.

#### **Decreto nº 31.804/2015**

Art. 22.

§1º A depender do número de promoções a serem efetivadas, necessárias ao preenchimento do quantitativo previsto no §1º, art.20, da Lei nº15.797/2015, o setor de recursos humanos da Corporação remeterá à CPD, na data da reunião mencionada no caput, a lista com os nomes dos oficiais que deverão ser transferidos ex officio à reserva remunerada.

### **DATA DA DIVULGAÇÃO DAS VAGAS**

§2º As vagas para promoção obrigatória, em cada ano-base, serão divulgadas por ato do Comandante-Geral, em data fixada por decreto, sendo efetivadas na próxima data de promoção.

### **Decreto nº 31.804/2015**

Art.22. Não constatado até o dia 31 do mês de dezembro de cada ano o quantitativo de vagas mínimas necessárias, previstas no §1º, art.20, da Lei nº15.797/2015, o Presidente da Comissão de Promoção de Oficiais marcará reunião, em até 30 (trinta) dias, para fins de aplicação da Quota Compulsória.

§3º Após a reunião, o setor de recursos humanos da Corporação iniciará, de imediato, os atos de transferência para a reserva remunerada ex officio daqueles alcançados pela Quota Compulsória, sendo desde logo consideradas abertas as respectivas vagas, conforme §2º, art.20, da Lei nº15.797/2015.

§4º A vaga aberta pela Quota Compulsória, por se referir ao ano anterior ao seu processamento, não será considerada para aplicação da Quota Compulsória no ano subsequente.

§5º A Lista por Merecimento, para fins de promoção aos postos de que se trata este artigo, será a elaborada para o primeiro semestre do ano corrente, observado o disposto no §4º.

## **QUOTA COMPULSÓRIA**

§3º Para assegurar o número fixado de vagas à promoção obrigatória, na forma estabelecida neste artigo, quando este número não tenha sido alcançado com as vagas ocorridas durante o ano-base considerado, uma quota dos Coronéis QOPM e QOBM e de Majores QOAPM e QOABM será compulsoriamente transferida para a inatividade, de maneira a possibilitar as promoções.

### **Decreto nº 31.804/2015**

Art. 22..

§4º A vaga aberta pela Quota Compulsória, por se referir ao ano anterior ao seu processamento, não será considerada para aplicação da Quota Compulsória no ano subsequente.

## **CRITÉRIOS E EXCEÇÕES PARA INCLUSÃO NA QUOTA COMPULSÓRIA**

§4º Somente se submeterá à quota compulsória o oficial Coronel QOPM e QOBM e o Major QOAPM e QOABM que possuir 30 (trinta) anos de tempo de contribuição e 25 (vinte e cinco) de tempo de contribuição militar, excluindo-se o ocupante dos cargos de Comandante-Geral Adjunto, Secretário Executivo das Corporações Militares Estaduais e Chefe, Subchefe e Secretário Executivo da Casa Militar.

### **Decreto nº 31.804/2015**

Art. 22..

§2º Para efeitos de aferição da Quota, a contagem de tempo de serviço e/ou contribuição do militar, na forma do §4º, art.20, da Lei nº15.797/ 2015, terá como termo final a data da reunião a que se refere o caput.

#### **A ANTIGUIDADE NO POSTO COMO REQUISITO PARA INCLUSÃO NA QUOTA COMPULSÓRIA**

§5º Na formação da quota compulsória, a indicação recairá sobre o oficial mais antigo no posto.

#### **CASO DE DESNECESSIDADE DE APLICAÇÃO DA QUOTA COMPULSÓRIA**

§6º As quotas compulsórias só serão aplicadas quando houver Tenentes-Coronéis QOPM e QOBM e Capitães QOAPM e QOABM que satisfaçam as condições de promoção.

#### **QUOTA COMPULSÓRIA E PROMOÇÃO REQUERIDA**

§7º Não serão consideradas, para efeito da quota compulsória, as promoções decorrentes do previsto no art.23 desta Lei.

### **SEÇÃO VI** **Da Promoção a Coronel Comandante-Geral**

#### **FORMA E REQUISITOS PARA PROMOÇÃO AO POSTO DE CORONEL COMANDANTE-GERAL**

Art.21. A promoção a Coronel Comandante-Geral das Corporações militares se dará exclusivamente por escolha do Governador do Estado, a incidir entre os coronéis com mais de 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição militar, com relevantes serviços prestados à atividade.

#### **FUNÇÃO E ENCARGO DO CORONEL COMANDANTE-GERAL**

§1º Promovido a Coronel Comandante-Geral, o oficial se encarregará da chefia da Corporação respectiva, desempenhando as atribuições segundo previsão em legislação específica.

#### **TEMPO DE PERMANÊNCIA NA CHEFIA DA CORPORAÇÃO**

§2º O militar promovido, na hipótese deste artigo, permanecerá na chefia a depender do Governador do Estado, que poderá escolher, observados os requisitos do caput, outro Coronel para ser promovido a Coronel Comandante-Geral.

#### **CONSEQUÊNCIA DA PERDA DA CHEFIA DA CORPORAÇÃO**

§3º Na situação do §2º, o anterior Coronel Comandante-Geral será transferido ex officio para a reserva.

#### **DESISTÊNCIA DE PERMANÊNCIA NA CHEFIA DA CORPORAÇÃO**

§4º Será também transferido para a reserva ex officio o Coronel Comandante-Geral que demonstrar interesse de não mais permanecer na chefia da Corporação, mediante provocação dirigida ao Governador do Estado, devendo continuar na ativa até ulterior promoção do novo ocupante do referido posto.

### **SEÇÃO VII**

#### **Da Promoção em Ressarcimento de Preterição**

#### **HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA DA PROMOÇÃO EM RESSARCIMENTO DE PRETERIÇÃO**

Art.22. A promoção em ressarcimento de preterição somente será admitida nas seguintes hipóteses excepcionais:

I - obtenção de decisão favorável em recurso interposto ou comprovação, ex officio, de erro administrativo, após análise da respectiva comissão processante ou, se for o caso, da Procuradoria-Geral do Estado;

II - cessação da situação de desaparecido ou extraviado;

III - absolvição, impronúncia ou absolvição sumária, na forma da legislação processual penal vigente;

IV - ocorrência de prescrição da pretensão punitiva relativa a delito que lhe é imputado, devidamente reconhecida pela autoridade judiciária competente;

V - reconhecimento da procedência da justificação em Conselhos de Justificação e Disciplina e Processo Administrativo Disciplinar.

## **SEÇÃO VIII** **Da Promoção Requerida <sup>7</sup>**

### **EFETIVAÇÃO DA PROMOÇÃO REQUERIDA**

Art.23. A promoção requerida será efetivada a pedido do militar interessado que atenda às condições do art.3º, §5º, e do art.7º desta Lei.

#### **Decreto nº 31.804/2015**

Art.13. As promoções extraordinárias serão concedidas na forma dos §§3º a 5º, art.3º, e art.23, da Lei nº15.797/2015.

Art.16. A promoção requerida se dará via requerimento dirigido ao respectivo Coronel Comandante-Geral, devendo o militar interessado contar com, pelo menos, 30 (trinta) anos de contribuição, dos quais 25 (vinte e cinco) anos ao SUPSEC, observado também disposto nos arts.7º e 23, da Lei nº15.797/2015.

§1º A promoção requerida independe de prazo para sua solicitação e será decidida pela respectiva Comissão de Promoção, no máximo, 60 (sessenta) dias após protocolizada no setor competente, devendo o ato de promoção retroagir à data da decisão.

§2º A Comissão de Promoção, no prazo do §1º, se manifestará sobre a promoção requerida e, sendo favorável ao pedido, tramitará o ato de ascensão.

§3º Publicada a promoção requerida, o setor de pessoal da Corporação, automaticamente, iniciará o processo de reserva remunerada ex officio do militar, ficando este afastado, de imediato, do exercício funcional.

§4º Quando se tratar de promoção requerida aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM, o Tenente-Coronel e os Capitães QOAPM e QOABM, o requerimento da promoção deverá ser apresentado, na forma deste artigo, no período de até 30 (trinta) dias após a divulgação da lista a que se refere o §3º, art.18, e §3º, art.14, todos da Lei nº15.797/2015, e §3º, art.17, deste Decreto.

§5º Finalizado o prazo previsto no §4º, o militar que não ingressou com o requerimento para a promoção requerida deverá aguardar nova divulgação da lista de Tenentes-Coronéis e Capitães QOAPM e QOABM para as promoções aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM.

§6º No caso de não haver sido preenchido o quantitativo previsto no inciso II, §2º, art.23, da Lei nº15.797/2015, os demais Tenentes-Coronéis e Capitães QOAPM e QOABM interessados, desde que possuidores, respectivamente, dos Cursos Superiores de Polícia ou Bombeiro (CSP ou CSB) ou de Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Administrativo CAO/QOA, ou cursos regulares equivalentes, poderão ingressar com requerimento para completar o referido limite, obedecida, em qualquer caso, a ordem de precedência hierárquica, no prazo de 15 (quinze) dias após a finalização do período mencionado no §4º deste artigo.

§7º Ultrapassados os prazos previstos neste artigo, quanto às promoções requeridas aos postos de Coronel e Major QOAPM e QOABM, os interessados não terão mais direito àquele benefício, o qual se renovará no semestre subsequente.

---

<sup>7</sup> Art.30. O disposto no art.61, da Lei nº11.167/1986, não se aplicará aos promovidos na forma do art.23, da Lei nº15.797/2015.

## CONSEQUÊNCIAS DA PROMOÇÃO REQUERIDA

§1º O militar estadual promovido nos termos do caput será transferido para a reserva remunerada ex officio, devendo contribuir, mensalmente e por 5 (cinco) anos, após a inativação, para o Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará - SUPSEC, com um acréscimo de contribuição previdenciária, além da que normalmente lhe é devido recolher na inatividade, equivalente ao montante resultado da aplicação do índice legalmente previsto para esta contribuição incidente sobre a diferença entre o valor de seus proventos considerando o posto ou a graduação anterior à promoção requerida e o valor dos proventos considerando aquele posto ou a graduação com base na qual concedida a reserva.

### **Decreto nº 31.804/2015**

Art.16... §1º... §2º... §3º Publicada a promoção requerida, o setor de pessoal da Corporação, automaticamente, iniciará o processo de reserva remunerada ex officio do militar, ficando este afastado, de imediato, do exercício funcional.

## REQUISITOS ADICIONAIS PARA A PROMOÇÃO REQUERIDA

§2º A promoção de que trata o caput, além das condições já previstas nesta Lei, deverá observar o seguinte:

### REQUISITO PARA REQUERIDA AO POSTO DE CORONEL

I - para a promoção requerida ao posto de Coronel, deve o militar interessado ter constado na lista de Tenentes-Coronéis, habilitados para promoção por merecimento, realizada semestralmente;

### **Decreto nº 31.804/2015**

Art. 16 ... §4º Quando se tratar de promoção requerida aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM, o Tenente-Coronel e os Capitães QOAPM e QOABM, o requerimento da promoção deverá ser apresentado, na forma deste artigo, no período de até 30 (trinta) dias após a divulgação da lista a que se refere o §3º, art.18, e §3º, art.14, todos da Lei nº15.797/2015, e §3º, art.17, deste Decreto.

§5º Finalizado o prazo previsto no §4º, o militar que não ingressou com o requerimento para a promoção requerida deverá aguardar nova divulgação da lista de Tenentes-Coronéis e Capitães QOAPM e QOABM para as promoções aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM.

§7º Ultrapassados os prazos previstos neste artigo, quanto às promoções requeridas aos postos de Coronel e Major QOAPM e QOABM, os interessados não terão mais direito àquele benefício, o qual se renovará no semestre subsequente.



## LIMITE QUANTITATIVO DE REQUERIDAS AO POSTO DE CORONEL

II - o número de promoções requeridas por semestre fica limitado a 1/3 (um terço) do efetivo previsto na lista de Tenentes-Coronéis, habilitados para promoção por merecimento.

### **Decreto nº 31.804/2015**

Art. 16 ... §6º No caso de não haver sido preenchido o quantitativo previsto no inciso II, §2º, art.23, da Lei nº15.797/2015, os demais Tenentes-Coronéis e Capitães QOAPM e QOABM interessados, desde que possuidores, respectivamente, dos Cursos Superiores de Polícia ou Bombeiro (CSP ou CSB) ou de Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Administrativo CAO/QOA, ou cursos regulares equivalentes, poderão ingressar com requerimento para completar o referido limite, obedecida, em qualquer caso, a ordem de precedência hierárquica, no prazo de 15 (quinze) dias após a finalização do período mencionado no §4º deste artigo.

## PERÍODO PARA REQUERER PROMOÇÃO AO POSTO DE CORONEL

§3º Decreto será editado prevendo o período, por semestre, em que deverá o Tenente-Coronel protocolizar requerimento para promoção de que trata este artigo, bem dispondo sobre o período necessário para que a Comissão de Promoção de Oficiais avalie os requerimentos.

## PROCESSAMENTO DA PROMOÇÃO REQUERIDA

§4º As promoções requeridas serão efetivadas, após avaliação dos requerimentos, obedecendo à ordem de classificação da lista de Tenentes-Coronéis habilitados para promoção por merecimento.

## REQUISITOS PARA PROMOÇÃO REQUERIDA AO POSTO DE MAJOR QOA

§5º Para promoção requerida ao posto de Major QOA, será necessário que o militar tenha constado na lista de Capitães QOA, habilitados para promoção por merecimento, observadas as demais regras prevista nesta Lei para a promoção requerida ao posto de Coronel.

### **Decreto nº 31.804/2015**

Art. 16 ... §4º Quando se tratar de promoção requerida aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM, o Tenente-Coronel e os Capitães QOAPM e QOABM, o requerimento da promoção deverá ser apresentado, na forma deste artigo, no período de até 30 (trinta) dias após a divulgação da lista a que se refere o §3º, art.18, e §3º, art.14, todos da Lei nº15.797/2015, e §3º, art.17, deste Decreto.

§5º Finalizado o prazo previsto no §4º, o militar que não ingressou com o requerimento para a promoção requerida deverá aguardar nova divulgação da lista de Tenentes-Coronéis e Capitães QOAPM e QOABM para as promoções aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM.

§7º Ultrapassados os prazos previstos neste artigo, quanto às promoções requeridas aos postos de Coronel e Major QOAPM e QOABM, os interessados não terão mais direito àquele benefício, o qual se renovará no semestre subsequente.

#### **REQUISITOS PARA PROMOÇÃO REQUERIDA AO POSTO DE 2º TENENTE QOA**

§6º O acesso do Subtenente ao posto de 2º Tenente QOA, pela promoção requerida, requer do militar o seguinte:

I – ter, pelo menos, 1 (um) ano na graduação de Subtenente;

II - estar no comportamento “BOM.”

#### **NÃO EXIGÊNCIA DO CHO PARA PROMOÇÃO REQUERIDA**

§7º O acesso do Subtenente ao posto de 2º Tenente QOA, pela promoção requerida, independe da realização do Curso de Habilitação de Oficiais.

#### **POSTOS NÃO SUBMISSOS À REQUERIDA**

§8º Não fazem jus à promoção requerida o Coronel Comandante-Geral, os Coronéis e os Majores QOA.

#### **EXCEÇÕES A NÃO EXIGÊNCIA DE CURSO**

§9º A promoção requerida independe do curso a que se refere o art.6º, inciso II desta Lei, à exceção da promoção para Coronel e Major QOA.

#### **EXCEÇÃO AOS REQUISITOS DA REQUERIDA**

§10. Inexistindo requerimentos deferidos, em número suficiente para preencher o limite estabelecido no inciso II do §2º deste artigo, as vagas remanescentes poderão ser requeridas pelos demais Tenentes-Coronéis e Capitães QOA, as quais serão efetivadas após a avaliação dos re-

querimentos, obedecendo, neste caso, a ordem de antiguidade.

**Nota:** Art. 23...

§2º...

II - o número de promoções requeridas por semestre fica limitado a 1/3 (um terço) do efetivo previsto na lista de Tenentes-Coronéis, habilitados para promoção por merecimento.

## **CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

### **PROMOÇÃO E PASSAGEM À INATIVIDADE**

Art.24. Não haverá promoção do militar por ocasião da passagem à inatividade.

### **FIXAÇÃO DO EFETIVO**

Art.25. O efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará observará o quantitativo disposto no anexo I desta Lei.

Parágrafo único. O quantitativo de vagas para Cadete do 1.º Ano, Aluno-a-Oficial e Aluno-Soldado das Corporações Militares equivalerá ao número de cargos vagos de 2º Tenente e de Soldado, conforme o caso, observado o disposto no § 3.º do art. 11 da Lei n.º 13.729, de 11 de janeiro de 2006. **(Incluído pela Lei nº 17.478, 17 de maio de 2021)**

### **ALTERAÇÕES NO ESTATUTO**

Art.26. A Lei nº13.729, de 13 de janeiro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.3º ...

I - ...

b) os Cadetes e Alunos-Soldados de órgãos de formação de militares estaduais;

Art.15 ...

§2º Após o Curso de Formação de Oficiais, ou Curso de Formação Profissional, se considerado aprovado, o candidato será nomeado 2º Tenente, por ato do Governador do Estado.

Art.17....

§2º Após o Curso de Formação de Oficiais, ou Curso de Formação Profissional, se considerado aprovado, o candidato será nomeado 2º Tenente, por ato do Governador do Estado.

Art.19. Os Quadros de Oficiais de Administração – QOA, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar serão constituídos de Segundos-Tenentes, Primeiros-Tenentes, Capitães e Majores.

Art.22. Fica autorizada a designação de oficial integrante do QOA para as funções de Comando e Comando Adjunto de subunidades.

Art.24....

§2º O candidato aprovado e classificado no processo seletivo e que, em consequência, tenha sido matriculado e haja concluído o Curso de Habilitação de Oficiais com aproveitamento, obterá o acesso ao posto de 2º Tenente do QOA.

Art.26..

Parágrafo único. O preenchimento das vagas ao posto de Segundo-Tenente obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final obtida no Curso de Habilitação de Oficiais.

Art.28....

§1º O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar solicitará ao Governador do Estado, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, e ouvida a Secretaria de Planejamento e Gestão, a abertura de concurso público para o preenchimento de posto de 2º Tenente de Oficiais do Quadro Complementar, com profissionais de nível superior.

Art.31....

§2º Nos casos de promoção a Segundo-Tenente ou admissão de Cadetes ou Alunos-Soldados prevalecerá, para efeito de antiguidade, a ordem de classificação obtida nos respectivos cursos ou concursos.

Art.33. . . .

§1º Os Almanques, um para Oficiais e outro para Subtenentes e Sargentos, conterão configurações curriculares, complementadas com fotos do tamanho 3 x 4, de frente e com farda, de todos os militares em atividade, distribuídos por seus Quadros e Qualificações, de acordo com seus postos, graduações e antiguidades, observando-se a precedência funcional, e serão editadas no formato digital.

Art.34. Concluído o Curso de Formação de Oficiais, ou Curso de Formação Profissional, para o QOPM, QOBM, QOSPM, QOCBM e QOCplPM, e o Curso de Habilitação de Oficiais, para o QOAPM e QOABM, e obtida aprovação, serão os concludentes nomeados ou obterão acesso, por ordem de classificação no respectivo curso, ao posto de Segundo-Tenente, através de ato governamental.

Art.44. Os Subtenentes e Sargentos auxiliam e complementam as atividades dos oficiais na capacitação de pessoal e no emprego dos meios, na instrução, na administração e no comando de frações de tropa, mesmo agindo isoladamente nas diversas atividades inerentes a cada Corporação.

Parágrafo único. No exercício das atividades mencionadas neste artigo e no comando de elementos subordinados, os Subtenentes e os Sargentos deverão impor-se pela lealdade, pelo exemplo e pela capacidade profissional e técnica, incumbindo-lhes assegurar a observância minuciosa e ininterrupta das ordens, das regras do serviço e das normas operativas pelas praças que lhes estiverem diretamente subordinadas, e à manutenção da coesão e do moral das mesmas praças em todas as circunstâncias.

Art.182....

I – atingir a idade limite de 60 (sessenta) anos;

...

VI – o Coronel Comandante-Geral que for substituído na chefia da Corporação por Coronel promovido pelo Governador do Estado;

VII – o Coronel que possuir 30 (trinta) anos de efetiva contribuição e 3 (três) anos no posto respectivo, excetuando-se aquele que ocupar os cargos de provimento em comissão de Comandante-Geral Adjunto e Secretário Executivo das Corporações Militares Estaduais e Chefe, Subchefe e Secretário Executivo da Casa Militar;

VII – o Coronel que possuir 30 (trinta) anos de efetiva contribuição e 5 (cinco) anos no posto respectivo, excetuando-se aquele que ocupar o cargo de Comandante-Geral, os cargos de provimento em comissão de Subcomandante-Geral da Polícia Militar, de Comandante-Geral Adjunto do Corpo de Bombeiros Militar, de Diretores de Planejamento e Gestão Interna das Corporações Militares, de Chefe da Casa Militar e de Assessor Executivo da Casa Militar. (NR dada pela Lei nº 16.863, 15 de abril de 2019 – DOE de 16.04.2019)

VIII - o Major QOA que possuir 30 (trinta) anos de efetiva contribuição e 3 (três) anos no posto respectivo.

Art.188...

I – atingir a idade limite de 65 (sessenta e cinco) anos;” (NR)

Art.27. Os Esquemas do art.30 da Lei nº13.729, de 13 de janeiro de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações:

### Esquema I

<b>CÍRCULOS</b>	<b>ESCALA HIERÁRQUICA</b>
<b>OFICIAIS</b>	<b>POSTOS</b>
SUPERIORES	Coronel Comandante-Geral
	Coronel
	Tenente-Coronel
	Major
INTERMEDIÁRIOS	Capitão
SUBALTERNOS	Primeiro Tenente
	Segundo Tenente

### Esquema II

<b>CÍRCULOS</b>	<b>ESCALA HIERÁRQUICA</b>
<b>PRAÇAS</b>	<b>GRADUAÇÕES</b>
Subtenentes e Primeiro, Segundo e Terceiros Sargentos	Subtenente
	Primeiro
	Segundo e Terceiro Sargento
Cabos e Soldados	Cabo
	Soldado

#### **DATA DA NOMEAÇÃO DOS ATUAIS SUBTENENTES AO QOA**

Art.28. Os atuais Subtenentes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro, que tenham concluído, com aproveitamento, o Curso de Habilitação de Oficiais, realizado na Academia Estadual de Segurança Pública, serão nomeados ao posto de 1º Tenente QOAPM e 1º Tenente QOABM, a contar da

data da publicação desta Lei, cuja data da solenidade será estipulada pelo respectivo Comandante-Geral.

#### **NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS A OFICIAL DE CONCURSOS ANTERIORES**

Art.29. Os candidatos aprovados nos concursos para Oficial PM e BM, regidos pelos Editais n<sup>os</sup> 01 SSPDS/AESP – 1<sup>o</sup> Tenente BMCE e 01 SSPDS/AESP – 1<sup>o</sup> Tenente PMCE, de 18 de novembro de 2013, serão nomeados ao posto de 1<sup>o</sup> Tenente QOPM e 1<sup>o</sup> Tenente QOBM, após conclusão, com aproveitamento, do Curso de Formação Profissional.

#### **INTERSTÍCIO E SERVIÇO ARREGIMENTADO DIFERENCIADO**

~~Parágrafo único. O interstício para promoção ao posto de Capitão QOPM e Capitão QOBM, para os militares de que trata este artigo, será de 8 (oito) anos, e o tempo arregimentado, de 7 (sete) anos. (REVOGADO pelo art. 7<sup>o</sup> da Lei n<sup>o</sup> 17.478, 17 de maio de 2021)~~

NOTA: Lei n<sup>o</sup> 17.478, 17 de maio de 2021 - Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, salvo quanto à redação por ela atribuída ao art. 29-A da Lei n.º 15.797, de 25 de maio de 2015, e quanto à revogação do parágrafo único do art. 29 da referida Lei, dispositivos que terão vigência a partir de 1.º de janeiro de 2022.

Art. 29-A. Os militares estaduais ingressos no serviço ativo por meio dos concursos de que trata o art. 29 desta Lei, apenas poderão figurar no Quadro de Acesso às promoções do posto de Major QOPM e QOBM ao de Tenente-Coronel QOPM e QOBM quando contarem com, pelo menos, 21 (vinte e um) anos na carreira de Oficial QOPM e QOBM, sem prejuízo do atendimento às condições previstas na Seção II, Capítulo I desta Lei". (NR Incluído pela Lei n<sup>o</sup> 17.478, 17 de maio de 2021)

NOTA: Lei n<sup>o</sup> 17.478, 17 de maio de 2021 - Art. 6.º Excepcionalmente, os militares estaduais abrangidos pela regra do art. 29-A da Lei n.º 15.797, de 25 de maio de 2015, na redação conferida por esta Lei, concorrerão à promoção ao posto superior, referente ao exercício de 2021, na data de 10 de janeiro de 2022, observada a legislação aplicável, especialmente os arts. 9.º e 14 da referida Lei.

Parágrafo único. Para os militares porventura promovidos na forma do caput deste artigo, será considerado, para fins de promoções ulteriores, implementado o interstício de 1 (um) ano no novo posto, na data de 24 de dezembro de 2022.

NOTA: Lei nº 17.478, 17 de maio de 2021 - Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, salvo quanto à redação por ela atribuída ao art. 29-A da Lei n.º 15.797, de 25 de maio de 2015, e quanto à revogação do parágrafo único do art. 29 da referida Lei, dispositivos que terão vigência a partir de 1.º de janeiro de 2022.

### **CRITÉRIOS PARA PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO (CARÁTER EXCEPCIONAL)**

Art.30. Excepcionalmente, para a promoção que ocorrerá em 2015, será garantida aos atuais oficiais a promoção segundo os critérios abaixo, independentemente dos limites estabelecidos no art.9º desta Lei:

I - ao posto de Tenente-Coronel QOPM/QOBM, o Major que tenha cumprido, no mínimo, 20 (vinte) anos na carreira;

II - ao posto de Major QOPM/QOBM, o Capitão que tenha cumprido, no mínimo, 15 (quinze) anos na carreira;

III - ao posto de Capitão QOPM/QOBM, o 1º Tenente que tenha cumprido, no mínimo, 10 (dez) anos na carreira.

Decreto nº 31.804/2015

Art.24. Para as promoções previstas nos arts.30 e 31, da Lei nº15.797/ 2015, não serão observadas as disposições do Capítulo II deste Decreto, dando-se a ascensão em conformidade com os critérios dispostos nos referidos artigos.

### **DISPENSA DO SERVIÇO ARREGIMENTADO**

§1º Para a promoção disposta neste artigo, não será exigido tempo de serviço arregimentado e será observado o art.7º desta Lei.

**Nota:** O artigo 7º se refere aos casos em que o não poderá constar no Quadro de Acesso Geral, ou dele ser excluído.

### **CÔMPUTO DE TEMPO NA CARREIRA**

§2º Considera-se no cômputo de tempo na carreira, para os fins do disposto neste artigo, o período referente ao Curso de Formação de Oficiais e Aspirante a Oficial.

### **OBRIGATORIEDADE DE CURSOS**

§3º A promoção de que trata o caput requer a conclusão, pelo militar, dos cursos de que trata o art.6º, §2º, inciso I

desta Lei, cumprindo ao Estado promovê-lo até a data das promoções a serem realizadas no ano de 2015.

Nota: Art.6º ... §2º ... 1 – para oficiais:

- a) para acesso e para nomeação no posto de 2º Tenente: Curso de Formação de Oficiais – CFO ou Curso de Formação Profissional - CFP, para os integrantes do QOPM, QOSPM, QOCplPM e QOCPM, na Polícia Militar, e QOBM e QOCBM, no Corpo de Bombeiros Militar, sob coordenação da Corporação Militar Estadual, e Curso de Habilitação de Oficiais - CHO, para os integrantes do QOAPM e QOABM, por meio de seleção interna supervisionada pela Academia Estadual de Segurança Pública;
- b) para promoção ao posto de Major QOPM e QOBM: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO ou curso regular equivalente realizado em Corporação Militar Estadual, supervisionado pela Academia Estadual de Segurança Pública, quando realizado no Estado;
- c) para promoção ao posto de Major QOAPM e QOABM: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Administrativo-CAO/QOA, ou curso regular equivalente realizado em Corporação Militar Estadual, supervisionado pela Academia Estadual de Segurança Pública, quando realizado no Estado;
- d) para promoção ao posto Coronel QOPM e QOBM: Curso Superior de Polícia- CSP, ou Curso Superior de Bombeiro – CSB, ou curso regular equivalente realizado em Corporação Militar Estadual, supervisionado pela Academia Estadual de Segurança Pública, quando realizado no Estado;

#### **DATA LIMITE PARA AFERIÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO DO OFICIAL**

§4º A aferição do tempo exigido do militar para a promoção de que trata o caput se dará por ocasião da data da abertura das promoções que ocorrerão em 2015.

#### **LAPSOS TEMPORAIS PARA PROMOÇÃO DE PRAÇAS**

Art.31. Excepcionalmente, para a promoção que ocorrerá em 2015, será garantida à praça a promoção segundo os critérios abaixo:

I - à graduação de Subtenente, o 1º Sargento que tenha cumprido, no mínimo, 22 (vinte e dois) anos na carreira;

II - à graduação de 1º Sargento, a praça que tenha cumprido, pelo menos, 18 (dezoito) anos na carreira;

III - à graduação de 2º Sargento, a praça que tenha cumprido de 15 (quinze) anos até 18 (dezoito) anos incompletos na carreira;

IV - à graduação de 3º Sargento, a praça que tenha cumprido de 12 (doze) anos até 15 (quinze) anos incompletos na carreira;



V - à graduação de Cabo, os militares que tenham cumprido de 7 (sete) anos até 12 (doze) anos incompletos na carreira.

**Decreto nº 31.804/2015**

Art.24. Para as promoções previstas nos arts.30 e 31, da Lei nº15.797/ 2015, não serão observadas as disposições do Capítulo II deste Decreto, dando-se a ascensão em conformidade com os critérios dispostos nos referidos artigos.

**CRITÉRIO DA PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO**

§1º A promoção mencionada no caput ocorrerá exclusivamente pelo critério de antiguidade.

**VETO À DUPLA PROMOÇÃO EM 2015**

§2º Para efeitos do disposto neste artigo, nenhum militar estadual será beneficiado com mais de uma promoção no ano de 2015.

**CÔMPUTO DO CFS E CFSDF NO TEMPO DE CARREIRA**

§3º Considera-se no cômputo de tempo de carreira, para os fins do disposto neste artigo, o período referente ao Curso de Formação de Soldados e ao Curso de Formação de Sargentos.

**DISPENSA DO TEMPO ARREGIMENTADO**

§4º Para a promoção deste artigo, não será exigido tempo de serviço arregimentado e será observado o disposto no art.7º desta Lei.

**Nota:** O artigo 7º se refere aos casos em que o não poderá constar no Quadro de Acesso Geral, ou dele ser excluído.

**OBRIGATORIEDADE DO ESTADO PARA PROMOVER CURSOS**

§5º A promoção de que trata o caput requer a conclusão pelo militar dos cursos de que trata o art.6º, §2º, inciso II desta Lei, cabendo ao Estado promovê-lo até a data das promoções a serem realizadas no ano de 2015.

**Nota:** Art. 6º, §2º ... II – para praças:

- a) para a graduação de Cabo – 7 (sete) anos na graduação de Soldado;
- b) para a graduação de 3º Sargento – 5 (cinco) anos na graduação de Cabo;
- c) para a graduação de 2º Sargento – 3 (três) anos na graduação de 3º Sargento;
- d) para a graduação de 1º Sargento – 3 (três) anos na graduação de 2º Sargento;
- e) para a graduação de Subtenente – 4 (quatro) anos na graduação de 1º Sargento.

### **DATA LIMITE PARA AFERIÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO COMO PRAÇA**

§6º A aferição do tempo exigido do militar para a promoção de que trata o caput se dará por ocasião da data da abertura das promoções que ocorrerão em 2015.

### **SITUAÇÃO DOS CABOS QUE HAVIAM SIDO PROMOVIDOS POR BRAVURA**

§7º Os atuais cabos que, antes da publicação desta Lei, tenham sido promovidos por bravura a essa graduação serão promovidos, excepcionalmente, à graduação 1º Sargento. (NR) (Redação dada pela Lei nº 16.010, 05 de maio de 2016).

### **INGRESSO EXCEPCIONAL DE SUBTENENTES NO CHO**

Art. 31 - A. Aos atuais Subtenentes, na data da publicação desta Lei, fica assegurado, após 20 (vinte) anos de efetivo serviço prestado à respectiva Corporação Militar, com, no mínimo, 5 (cinco) anos na graduação, o ingresso, desde que atendidos os demais requisitos legais, em Curso de Habilitação de Oficiais - CHO, independente de seleção interna, com o consequente acesso ao posto de 2º Tenente, uma vez concluído o curso com aproveitamento." (NR – Lei nº 16.023, de 25.05.2016)

### **INGRESSO NO CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS – ESCLARECIMENTOS**

**Nota nº 310/2016 – GPPA/CGP** A Procuradoria Geral do Estado em resposta a consulta formulada pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas acerca do ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais – CHO face a edição da Lei nº15.797/2015 e do Decreto nº 31.804/15 emitiu o Des-

pacho nº 1.467/2016 exarado no processo nº 4398791/16, verbis:

**Despacho: 1467/2016**

**Processo nº 4398791/2016**

Ao Parecer deixamos, com a devida vênia, algumas reservas:

Há, nos autos, questionamentos da PMCE sobre os requisitos de ingresso no Curso de Habilitação a Oficial, conforme disposto no art. 24. da Lei nº 13.729/2006, tudo em razão do advento da Lei nº 15.797/2015. Lei de Promoções dos Militares.

Inicialmente, cumpre esclarecer que, como regra geral, prevista originariamente na Lei de Promoções (2015), apenas existe uma forma de ingresso no CHO e ela se dá da seguinte forma:

Art. 5º A passagem da praça para o quadro de oficiais acontecerá por acesso, exigindo-se a conclusão, com aproveitamento, de Curso de Habilitação de Oficiais - CHO, cujo ingresso se dará metade por antiguidade e a outra metade por prévia aprovação por seleção interna, supervisionada pela Academia Estadual de Segurança Pública, para os integrantes do QOAPM e QOABM.

Parágrafo único. Para fins de concorrer à seleção para ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais, exigir-se-á do candidato diploma em curso de nível superior, devidamente reconhecido, à exceção das praças beneficiadas com a previsão do art 225 da Lei nº 13.729, de 13 de janeiro de 2006.

Ou seja, pelo artigo acima, as vagas destinadas ao CHO deverão ser preenchidas metade pelo critério de antiguidade e a outra por seleção interna entre os militares da corporação graduados como Subtenente, na forma prevista no art 24, da Lei nº 13.729/2006, que, como explicado de modo correto no Parecer, foi revogado apenas parcialmente pela nova Lei de Promoções, especificamente os seus §§ 4º e 5º.

Para a abertura do CHO, é preciso, certamente, que existam, no quadro de oficiais, vagas disponíveis a serem providas pelos aprovados no referido curso, conforme disciplina do art. 25, Lei nº 13.729/2006:

Art 25. O ingresso no Quadro de Oficiais de Administração – QOA, e no Quadro de Oficiais Especialistas – QOE, dar-se-á mediante aprovação e classificação no processo seletivo, e após conclusão com aproveitamento no respectivo curso, obedecido estritamente o número de vagas existente nos respectivos Quadros.

Até a Lei nº 16023/2016, todas as vagas disponíveis no quadro de oficial tinham por único destino a abertura do CHO na forma do art. 59, da Lei de Promoções, isto é, as referidas vagas deveriam ser ofertadas em CHO, sendo que metade dos participantes desse curso, o que equivale à metade das vagas, seria escolhido por antiguidade e a outra metade por seleção interna.

Acontece que, com a Lei nº 16,023/2016, criou-se uma norma especial de ingresso no CHO, a qual veio para se somar às duas anteriores existentes, antiguidade e seleção interna. A mesma Lei acresceu à Lei das Promoções dos Militares o art. 31 – A, dispondo: Art 31 – A. Aos atuais Subtenentes, na data da publicação desta Lei, fica assegurado, após 20 (vinte) anos de efetivo serviço prestado à respectiva Corporação Militar, com, no mínimo, 5 (cinco) anos na graduação, o ingresso, desde que atendidos os demais requisitos legais, em Curso de Habilitação de Oficiais – CHO, independente de seleção interna, com o consequente acesso ao posto de 2º Tenente, uma vez concluído o curso com aproveitamento. (Redação dada pela Lei n.º 16.023,, de 25-05,16) Pelo artigo acima, foi garantido ao militar Subtenente ao tempo da Lei citada (2016) o direito de ao completar 20 vinte anos de efetivo serviço na corporação e, no mínimo, 05 cinco na graduação respectiva, ingressar diretamente no CHO, observados os requisitos legais aplicáveis à espécie, dentre os previstos no art 24, da Lei nº 13729/2006, Essa forma de ingresso no CHO, enquanto direito conferido ao militar que preenche os requisitos legais, se sobrepõe à regra geral de que trata o art. 5º da Lei de Promoções, a qual estabelece a divisão das vagas no CHO (metade por antiguidade e metade por seleção interna).

Por esse motivo, ou seja, por estarmos tratando de regra (art. 31-A) que autoriza o ingresso direto do Subtenente em CHO, cremos que, existindo vagas no quadro de oficiais da corporação e existindo militares que se encontrem habilitados na forma do artigo acima esse número de vagas deverá ser primeiro destinado aos referidos militares (art. 31 – A) com as restantes sendo disponibilizadas para a ampla concorrência de que se cuida o art. 5º da Lei de Promoção, Quanto aos requisitos legais para ingresso no CHO, na forma do art 31 – A, deve-se observar o disposto no 24 da Lei nº 13.729/2006, já que o referido artigo (31 – A) embora dispense a seleção para ingresso no CHO, não dispensa a observância pelo militar dos requisitos exigidos para ingresso no referido curso, conforme redação expressa do dispositivo.

São esses os requisitos:

Art. 24. Para a seleção e ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais, deverão ser observados, necessária e cumulativamente, até a data de encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I – ser Subtenente do serviço ativo da respectiva Corporação, e:

a) possuir o Curso de Formação de Sargentos - CFS, ou o Curso de Habilitação a Sargento - CHS;

b) possuir o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS, ou Curso de Habilitação a Subtenente - CHST; 4

c) ter, no mínimo, 15 (quinze) anos de efetivo serviço na Corporação Militar do Estado do Ceará, computados até a data de encerramento das inscrições do concurso;

d) ser considerado apto, para efeito de curso, pela Junta de Saúde de sua Corporação;

e) ser considerado apto em exame físico;

f) estar classificado, no mínimo, no <sup>^</sup>ótimo/f comportamento;

g) possuir diploma de curso superior de graduação, reconhecido pelo Ministério da Educação.

II – não estar enquadrado em nenhuma das situações abaixo:

a) submetido a Processo Regular (Conselho de Disciplina) ou indiciado em inquérito policial militar;

b) condenado à pena de suspensão do exercício de cargo ou função, durante o prazo que persistir a suspensão;

c) cumprindo sentença, inclusive o tempo de sursis;

d) gozando Licença para Tratar de Interesse Particular - LUP;

e) no exercício de cargo ou função temporária, estranha à atividade policial ou bombeiro militar ou à Segurança Pública;

f) estiver respondendo a processo-crime, salvo quando decorrente do cumprimento de missão policial militar ou bombeiro militar;

g) ter sido punido com transgressão disciplinar de natureza grave nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

Explicado isso, temos a dizer que, ao revés do que se poderia entender, a regra de ingresso em CHO do art 31 -A em nada conflita com a duas outras formas de ingresso no mesmo curso previstas no art 5º da Lei de Promoções, sendo, inclusive, corneto afirma que pela legislação, existem três forma de ingresso no CHO, quais sejam: art. 31–A, seleção interna e antiguidade. Havendo vagas no quadro de oficial que possam ser destinadas a CHO e havendo militares habilitados na forma do art. 31- A, esses militares deverão ser contemplados com o ingresso no citado curso, por força de expressa previsão legal, e, restando vagas, as demais deverão ser destinadas à ampla concorrência do art. 5º, da Lei de Promoções.

Agora quanto aos requisitos para ingresso no CHO, já dissemos que estes são aqueles previstos no art 24, da Lei nº 13729/2006, o que não significa que, em relação a este dispositivo, não se possa proceder a uma releitura em face do disposto na Lei de Promoções, sendo isto o que cremos se tenha procurado fazer no Decreto nº 31.804/2015, o qual regulamenta a última Lei (Promoções). Diz o Decreto:

Art 19. Para a seleção e ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais, deverão ser observados, necessária e cumulativamente, até a data de encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I - ser Subtenente do serviço ativo da respectiva Corporação, e:

a) possuir o Curso de Formação de Sargentos - CFS, ou o Curso de Habilitação a Sargento - CHS;

b) possuir o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS, ou Curso de Habilitação a Subtenente - CHST;

c) ter, no mínimo, 15 (quinze) anos de efetivo serviço na Corporação Militar do Estado do Ceará, computados até a data de encerramento das inscrições da seleção;

d) ser considerado apto, para efeito de curso, pela Coordenadoria de Perícia Médica, bem como em exame físico, por Comissão designada pelo Comandante- Geral, após classificado nos termos do art 25, deste Decreto;

e) estar classificado, no mínimo, no "bom" comportamento;

f) possuir diploma de curso de nível superior, devidamente reconhecido, observado o disposto no parágrafo único, artsº, da Lei nº15.797/2015.

II - não estar enquadrado em nenhuma das situações abaixo:

a) submetido a Conselho de Disciplina ou indiciado em inquérito policial militar, ressalvados nos casos previstos no art. 7º, II, da Lei nº 15797/2015;

b) condenado à pena de suspensão do exercício de cargo ou função, durante o prazo que persistir a suspensão;

c) cumprindo sentença, inclusive o tempo de sursis;

d) gozando Licença para Tratar de Interesse Particular - LTIP;

e) no exercício de cargo ou função temporária, estranha à atividade da Segurança Pública, com exceção daqueles previstos no art 2º, da Lei nº14. 113/2008 e art. 10, do Decreto nº28.711/2007;

f) estiver respondendo a processo-crime, ressalvados nos casos previstos no art.7º, II, da Lei nº15797/2015;

g) ter sido punido com transgressão disciplinar de natureza grave nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo único, Os cursos de que tratam as alíneas u "a" e "b" do inciso I deste artigo são aqueles efetivados pela Corporação respectiva, pela Academia Estadual de Segurança Pública, ou ainda com autorização do Comando-Geral, em outra Organização Militar, não sendo admitidas equiparações destes com quaisquer outros cursos diversos dos previstos neste Capítulo, como dispensa de requisito para ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais ou para qualquer outro efeito.

Analisando comparativamente o art. 24 da Lei nº 13.729/2016, já transcrito neste despacho, e o artigo acima, notamos certas diferenças entre disposições do Decreto e da Lei acima.

Em parte dos dispositivos em que há essa distinção, nao cremos tenha havido violação a preceito legal, mas apenas uma atualização, isto é, uma releitura, como já dito, do art. 24, da Lei dos Militares, em face das novas regras de promoções trazidas na Lei nº 15.797/2015.

É o que acontece com os seguintes incisos:

Lei nº 13.729/2006:

Art. 24. Para a seleção e ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais, deverão ser observados, necessária e cumulativamente, até a data de encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I – ser Subtenente do serviço ativo da respectiva Corporação, e:

c) ter, no mínimo, 15 (quinze) anos de efetivo serviço na Corporação Militar do Estado do Ceará, computados até a data de encerramento das inscrições do concurso;

d) ser considerado apto, para efeito de curso, pela Junta de Saúde de sua Corporação;

g) possuir diploma de curso superior de graduação, reconhecido pelo Ministério da Educação.

II- não estar enquadrado em nenhuma das situações abaixo:

a) submetido a Processo Regular (Conselho de Disciplina) ou indiciado em Inquérito Policial Militar;

e) no exercício de cargo ou função temporária, estranha à atividade policial ou bombeiro militar ou à Segurança Pública;

g) ter sido punido com transgressão disciplinar de natureza grave nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

Decreto nº 31.804/2015

Art. 19. Para a seleção e ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais, deverão ser observados, necessária e cumulativamente, até a data de encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I - ser Subtenente do serviço ativo da respectiva Corporação, e:

...

c) ter, no mínimo, 15 (quinze) anos de efetivo serviço na Corporação Militar do Estado do Ceará, computados até a data de encerramento das inscrições da seleção;

d) ser considerado apto, para efeito de curso, pela Coordenadora de Perícia Médica, bem como em exame físico, por Comissão designada pelo Comandante- Geral, após classificado nos termos do art.25, deste Decreto;

...

f) possuir diploma de curso de nível superior, devidamente reconhecido, observado o disposto no parágrafo único, art.5º, da Lei nº15.797/2015.

II - não estar enquadrado em nenhuma das situações abaixo:

a) submetido a Conselho de Disciplina ou indiciado em inquérito policial militar, ressalvados nos casos previstos no art.70, II, da Lei nº15.797/2015;

...

e) no exercício de cargo ou função temporária, estranha à atividade da Segurança Pública, com exceção daqueles previstos no art2º, da Lei nº14113/2008 e art.10, do Decreto nº28.711/2007;

f) estiver respondendo a processo-crime, ressalvados nos casos previstos no art. 70, II, da Lei nº15.797/2015;

g) ter sido punido com transgressão disciplinar de natureza grave nos últimos 24 (vinte e quatro) meses. Com relação à redação do Decreto, art 19, 1, alínea “c”, houve, em face da Lei, a troca da palavra “concurso” por “seleção”, como marco final para contagem do tempo necessário para ingresso no CHO, tendo tal alteração vindo apenas para fins de adequação do texto à real natureza da certa necessária para participação no CHO, no caso, uma seleção e não propriamente um concurso.

Quanto ao disposto na alínea “d”, I, do art. 19, do Decreto, que trata do exame de aptidão física do militar para ingresso no CHO, houve, na referida norma, a compatibilização da Lei nº 13.729/2006 com o art. 7º, da Lei de Promoções, o qual previu a COPEM como órgão responsável, em geral, pelas perícias médicas de avaliação dos militares para efeito de promoção na carreira. Eis redação:

Art. 7º O oficial ou a praça não poderá constar no Quadro de Acesso Geral, ou deste será excluído, quando: XII – encontrar-se inabilitado em exames de saúde, segundo a Coordenadoria de Perícias Médicas da Secretaria do Planejamento e Gestão;

É preciso registrar que o art. 7º, da Lei de Promoções, ao trazer as condições legais para o acesso do militar a quadro de promoção, prevê normas gerais de habilitação à ascensão na carreira, a serem observadas em qualquer modalidade de ascensão, seja promoção em sentido estrito, seja acesso.

Buscou-se, com o art. 7º, estabelecer uma uniformização para a ascensão dos militares, criando requisitos legais gerais para esse fim, por isso que é a partir desse artigo que julgamos deva ser feita uma releitura do art. 24, da Lei nº13.729/2006, sob pena de incoerência no sistema, com o tratamento diferenciado entre militares em situações semelhantes de direito.

É por conta dessa compatibilização que entendemos legítima a exigência disposta nas alíneas “a” e “f”, do inciso II, do art. 19, do Decreto, na parte em que trazidas as restrições para ingresso no CHO, de acordo com o art. 7º, da Lei de Promoções. Vemos que , na redação dos citados dispositivos, procurou-se compatibilizar o art. 24, da Lei nº 13.729/2006 com o inciso II, do 7º, que dispõe: Art. 7º O oficial ou a praça não poderá constar no Quadro de Acesso Geral, ou deste será excluído, quando:

II – for recebida a denúncia em processocrime, enquanto a sentença final não transitar em julgado, salvo quando o fato ocorrer no exercício de missão de natureza ou interesse militar estadual, ainda que durante a folga do militar, e não envolver suposta prática de improbidade administrativa ou crime hediondo;

E seguindo a ideia acima, qual seja, de derrogação do art. 24, da Lei nº 13.729/2006 pelo art. 7º, da Lei de Promoções, que consideramos também legítima a previsão da alínea “e”, do inciso I, do Decreto, ao exigir comportamento “bom”, para fins de seleção e

ingresso no CHO e não mais comportamento “ótimo”, como previsto na redação originária do art. 24, já citado, isto considerando que, no art. 7º, da Lei de Promoções, exige-se apenas, para ascensão, o primeiro comportamento (bom).

Assim, não visualizamos, no Decreto nº 31.804/2015, nenhuma violação ao texto do art. 24, da Lei nº 13.729/2006, tendose, por meio dele, se adequado o disposto neste último artigo à derrogação promovida pela Lei das Promoções quanto aos requisitos gerais para ascensão militar na carreira.

Por fim, ainda quanto ao Parecer, deixamos a ressalva de que, no tocante ao número de vagas a serem destinadas para o CHO, referentes àquelas existentes no quadro de oficial, não devem ser consideradas, para cômputo final, as destinadas à promoção requerida, levando em conta que, após concedida essa última promoção, o militar é posto na reserva, assim deixando sua vaga livre para a realização do CHO, na forma do art. 23, da Lei das Promoções:

Art. 23 A promoção requerida será efetivada a pedido do militar interessado que atenda às condições do art. 3º, §5º, e do art. 7º desta Lei.

§1º O militar estadual promovido nos termos do caput será transferido para a reserva remunerada ex officio, devendo contribuir, mensalmente e por 5 (cinco) anos, após a inativação, para o Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC, com um acréscimo de contribuição previdenciária, além do montante resultado da aplicação do índice legalmente previsto para esta contribuição incidente sobre a diferença entre o valor de seus proventos considerando o posto ou a graduação anterior à promoção requerida e o valor dos proventos considerando aquele posto ou a graduação com base na qual concedida a reserva. Em relação às questões colocadas nos autos, são essas nossas observações, as quais submetemos à elevada consideração superior.

Fortaleza-CE, 18 de outubro de 2016.

Rafael Machado Moraes

Procurador-Chefe da Consultoria-Geral

De acordo parecer Chefia supra.

Juvêncio Vasconcelos Viana

Procurador Geral do Estado

Fortaleza-CE, 26 de dezembro de 2016.

## RETIFICAÇÃO DE DESPACHO

**Nota 1027/2017** – Gpm/Ccp/Cgp A d. PGE emitiu o seguinte Despacho nº 1.550/2017-PGE no processo nº 4398791/2016,retificando o Despacho nº 1.467/2017-PGE emitido no mesmo processo, que se referia aos subtenentes que triam direito de realizar o Curso de Habilitação de Oficiais (CHO) pelas regras do art. 31-A da Lei nº 15.797/2015, vez que os beneficiários seriam os subtenentes que já estavam nessa graduação até a data da publicação da lei, ou seja, 28.05.2015, e não os subtenentes que estavam na graduação até o ano de 2016. Abaixo, a transcrição do Despacho:

Retorna o processo à nossa apreciação após proferido o despacho de fls. 23/31, versando sobre condições de ingresso no Curso de Habilitação a Oficialil, frente a alterações trazidas pela Lei n.º 15.797/2015.

Reexaminando o referido despacho, a luz da aprovação da PM de fls. 40 – PGE, verificamos a necessidade de esclarecer e proceder a retificação pontual de seu teor, notadamente na parte em que definida a extensão da promoção prevista no art. 31 – A, da Lei n.º 15.797/2015, com redação da Lei n.º 16.023/2016, “in verbis”:

Art. 31 – A. Aos atuais Subtenentes, na data da publicação desta Lei, fica assegurado, após 20 (vinte) anos de efetivo serviço prestado à respectiva Corporação Militar, com, no mínimo, 5 (cinco) anos na graduação, o ingresso, desde que atendidos os demais

requisitos legais, em Curso Habilitação de Oficiais – CHO, independente de seleção interna, com o consequente acesso ao posto de 2º Tenente, uma vez concluído o curso com aproveitamento. (Redação dada pela Lei nº 16.023, de 25.05.16)

No despacho, dissemos que “pelo artigo acima, foi garantido ao militar Subtenente ao tempo da Lei citada (2016) o direito de, ao completar 20 (vinte) anos de efetivo serviço na corporação e, no mínimo, 05 (cinco) na graduação respectiva, ingressar diretamente no CHO, observados os requisitos legais aplicáveis à espécie, dentre os previstos no art. 24, da Lei n.º 13.729/2006.”

Vale notar que, ao fazermos referências a quais subtenentes teriam direito à promoção do art. 31 – A, restou dito que essa promoção seria destinada àqueles subtenentes que estavam nesta graduação ao tempo da Lei, logo adiante tendo sido mencionado o ano de 2016, que é o da Lei que trouxe o referido artigo (Lei n.º 16.023/2016), e não o ano da Lei de Promoção (Lei n.º 15.797/2015).

Ocorre que, como o já citado art. 31 – A é um dispositivo trazido na Lei Geral de Promoção, que é de 2015, é a este último diploma que o mesmo artigo está se referindo que ao dizer que a promoção especial é direito previsto aos “aos atuais Subtenentes, na data da publicação desta lei”, ou seja, na data da publicação da Lei n.º 15.797/2015. Isto posto, retificamos anterior despacho para deixar clara extensão do benefício do art. 31-A, da Lei n.º 15.797/2015, exclusivamente a praças subtenentes que já estavam nesta graduação ao tempo de sua publicação (Lei de Promoção – 2015, 28/05/2015).

Fortaleza, 12 de setembro de 2017.

## DISPENSA DO PERCENTUAL DE 60% PARA PROMOÇÃO

Art.32. Os atuais Soldados que, após seu ingresso na Corporação, tenham passado por um período de, no mínimo, 4 (quatro) anos sem ingresso em turma para efeito de promoção, ao serem incluídos em Quadro de Acesso Geral, não terão aplicada a obrigatoriedade prevista no art. 9º desta Lei, para efeito exclusivo de sua promoção a Cabo.

**Nota:** Art.9º Elaborado o Quadro de Acesso Geral, serão promovidos 60% (sessenta por cento) dos militares incluídos na relação de habilitados para graduação ou posto, dos quais metade ascenderá por antiguidade e a outra metade por merecimento.

## SITUAÇÃO DOS OFICIAIS QOS, QOCPL E QOC

Art.33. Os atuais Oficiais dos Quadros de Saúde e Capeção, na Polícia Militar, e Quadro Complementar, no Corpo de Bombeiros, concorrerão, quando for o caso, aos postos de Major e Tenente-Coronel com os interstícios previstos no Título IV da Lei nº13.729, de 13 de janeiro de 2006.

**Nota:** Lei nº13.729, de 13 de janeiro de 2006.

Art. 95...

§1º O interstício no posto de que trata o inciso I deste artigo, a ser preenchido até a data de encerramento das alterações, é o tempo mínimo de efetivo serviço no posto considerado, descontado o tempo não computável, assim estabelecido:

I - para promoção ao posto de Capitão - 5 (cinco) anos no posto de Primeiro-Tenente; (NR)

II - para a promoção ao posto de Major - 4 (quatro) anos no posto de Capitão;(NR)

III - para a promoção ao posto de Tenente-Coronel – 4 (quatro) anos no posto de Major;

IV - para a promoção ao posto de Coronel - 3 (três) anos no posto de Tenente- Coronel.

## VIGÊNCIA DOS INTERSTÍCIOS ANTERIORES AOS ATUAIS CAPITÃES E MAJORES

Art.34. Fica assegurado aos atuais Capitães e Majores, na data da publicação desta Lei, cumprir os interstícios previstos no Título IV da Lei nº13.729, de 13 de janeiro de 2006, até a promoção ao posto de Tenente-Coronel, desde que possuam no mínimo 12 (doze) anos de carreira.

**Nota:** Lei nº13.729, de 13 de janeiro de 2006.

Art. 95...

**§1º** O interstício no posto de que trata o inciso I deste artigo, a ser preenchido até a data de encerramento das alterações, é o tempo mínimo de efetivo serviço no posto considerado, descontado o tempo não computável, assim estabelecido:

I - para promoção ao posto de Capitão - 5 (cinco) anos no posto de Primeiro-Tenente; (NR)

II - para a promoção ao posto de Major - 4 (quatro) anos no posto de Capitão;(NR)

III - para a promoção ao posto de Tenente-Coronel - 4 (quatro) anos no posto de Major;

IV - para a promoção ao posto de Coronel - 3 (três) anos no posto de Tenente- Coronel.

## SITUAÇÃO DE MILITARES DA VIA JUDICIAL

Art.35. O militar estadual que for promovido, ou que deixar de ingressar em inatividade ex officio, ou que retornar ao serviço ativo, tudo por ordem judicial, não ocupará vaga no respectivo quadro, ficando como excedente até o trânsito em julgado da decisão.

### NOTA SOBRE O EXCEDENTE

**Art.175.** Excedente é a situação transitória na qual, automaticamente, ingressa o militar estadual que:

I - sendo o mais moderno na escala hierárquica do seu Quadro ou Qualificação, ultrapasse o efetivo fixado em Lei, quando:

a) tiver cessado o motivo que determinou a sua agregação ou a de outro militar estadual mais antigo do mesmo posto ou graduação;

b) em virtude de promoção sua ou de outro militar estadual em ressarcimento de preterição;

c) tendo cessado o motivo que determinou sua reforma por incapacidade definitiva, retorne à atividade.

II - é promovido por erro em ato administrativo, nas condições previstas nos §§1.º e 2.º do art.137 e nos §§1.º e 2.º do art.167.

**§1º** O militar estadual cuja situação é a de excedente ocupará a mesma posição relativa em antiguidade que lhe cabe na escala hierárquica, com a abreviatura "EXC" e receberá o número que lhe competir em consequência da primeira vaga que se verificar.

**§2º** O militar estadual, cuja situação é a de excedente, é considerado como em efetivo serviço para todos os efeitos e concorre, respeitados os requisitos legais, em igualdade de condições e sem nenhuma restrição, a qualquer cargo ou função militar estadual, bem como à promoção, observado o disposto no Título IV desta Lei. (Lei nº13.729, de 13 de janeiro de 2006)

### NOTA SOBRE PROMOÇÃO DE MILITAR PROMOVIDO ANTERIORMENTE PELA VIA JUDICIAL

Promoções pela via judicial - Parecer nº 1641/2010 – PGE (Processo nº 08626603-9/SPU)

Procuradoria Geral do Estado Parecer nº 1641/2010 Processo nº 08626603-9 Origem: Polícia Militar do Ceará – PMCE Interessado: Polícia Militar do Ceará – PMCE. Senhor Procurador Geral do Estado, Retorna a esta Consultoria, questionamento formulado pela ASJUR da POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ – PMCE, bipartido em dois tópicos: um relativo a férias não gozadas pelos milicianos; e o outro, atinente ao prosseguimento na respectiva carreira, pela via administrativa, no caso de o policial militar haver sido promovido por decisão judicial. O primeiro tópico, como se observa nestes autos, já foi aqui apreciado. Quanto ao segundo, passamos analisaremos a seguir: Conforme o teor da consulta de que se trata, mais precisamente às promoções judiciais e posteriores promoções administrativas, a ASJUR da PMCE subdividiu-a nas seguintes situações: I – promoção por decreto judicial transitado em



juulgado; II – promoção decorrente de provimento judicial liminar ou antecipatório dos efeitos da tutela. Passemos a analisar as duas situações que se nos apresentam. **PROMOÇÃO JUDICIAL POR DECISÃO PASSADA EM JULGADO** Diga-se de início, que em nosso entender, o miliciano que galga promoção em razão de provimento judicial transitado em julgado, não há de ficar estacionário em sua carreira, deve nela prosseguir, ascendendo às graduações e postos subseqüentes, desde que, preenchidos os requisitos legais para tal. Explicamos a seguir. Com efeito, se o policial militar obtém, judicialmente, uma ou mais promoções, por força de decisão trãnsita em julgado, sua ascensão na carreira pela via administrativa, dali por diante, somente poderá efetivar-se, se preencher, um a um, todos os requisitos legais, tais como: conclusão dos cursos respectivos, pontuação, interstícios, conceito comportamental, dentre outros exigidos em lei específica. Exemplificando: Suponhamos que um militar seja promovido, por decisão transitada em julgado, da graduação de Soldado a 1º Sargento. Neste caso, para que ascenda à graduação de Subtenente, imperioso que o mesmo preencha todos os requisitos legais que seriam necessários para suas promoções administrativas às graduações de Cabo e 1º Sargento, para somente após, ser promovido a Subtenente. E este posicionamento nos parece o mais lógico e jurídico, vez que, em consonância com os princípios da eficiência e da ordem administrativa. Assim, em razão das peculiaridades do mister funcional militar, deve o miliciano adquirir experiência e conhecimentos concernentes a cada graduação ou posto anterior à promoção que lhe fora concedida judicialmente. Por outro lado, evitar-se-ia o mal estar que, por certo, surgiria no seio da Corporação, ao constatar por exemplo, o caso de um 1º Sargento que a esta graduação chegou, pelas vias normais, ou seja, administrativamente, ao ver um colega de farda que promovido judicialmente, da graduação de Soldado a 1º Sargento, a ele iguale-se, hierarquicamente, ou seja, chegue também à graduação de Subtenente, sem, contudo, haver passado pelo mesmo processo promocional, nos termos da lei de regência. Por conseguinte, se não pode o promovido, judicialmente, por decisão transitada em julgado, ser barrado, ipso facto, em sua ascensão funcional, por outro lado não pode progredir, se não ultrapassou as mesmas etapas que os demais, pena de restar inobservado, também, o princípio isonômico. No mais, vale anotar que a promoção administrativa subseqüente à conferida por ordem judicial, somente se viabiliza após o trãnsito em julgado da última, a significar que, mesmo as decisões vergastadas por recurso judicial sem efeito suspensivo, tal ocorre com o especial e o extraordinário, a promoção administrativa somente poderá ocorrer, após, e de acordo, com o desfecho dos mesmos, e, dès que, repetimos, preenchidos todos requisitos legais das graduações e postos anteriores. Sem trãnsito em julgado, não há que se falar em promoção administrativa subseqüente. **PROMOÇÃO DECORRENTE DE PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR OU ANTECIPATÓRIO DE TUTELA** Neste caso, em se tratando de provimentos judiciais sem o matiz da definitividade, isto é, concedidos a título precário, não se pode cogitar de promoção subseqüente, pela via administrativa. É que tanto a decisão liminar como a antecipatória dos efeitos da tutela jurisdicional, podem ser cassados por outros meios processuais, como o Agravo de Instrumento, o Pedido de Suspensão, etc. Portanto, são decisões vulneráveis, pelas suas próprias naturezas jurídico-processuais. Aliás, este é entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, a teor da ementa abaixo, que encima acórdão prolatado nos autos do Recurso Ordinário nº 22278/MG, da 5ª Turma, Rel. Jane Silva (Desembargadora convocada), DJ de 12/07/2007, p. 229), nos seguintes termos: **ADMINISTRATIVO. MILITAR. PROMOÇÃO. LIMINAR. REFORMA POSTERIOR. ATO JURÍDICO PERFEITO. INEXISTÊNCIA. PERDA DE PATENTE. TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL. COMPETÊNCIA. USURPAÇÃO. GOVERNADOR DO ESTADO. NEXISTÊNCIA** 1 – Se promovido o militar por força de medida liminar, uma vez cassada esta, não se reveste de ilegalidade o ato que anula a promoção e determina o retorno à patente anterior. 2 – A cassação da liminar implica retorno ao status quo ante, o que, no caso, importa em tornar a promoção nela fundada juridicamente inexistente, pelo que é descabido invocar a proteção do ato jurídico perfeito. 3 – Não há falar em usurpação da competência do Tribunal Militar Estadual, prevista no art. 125, § 4º, da Constituição Federal e no art. 39, § 7º, da Constituição do Estado de Minas Gerais, por parte do Governador do Estado, uma vez que aquela diz respeito à perda do posto ou das patentes com sanção de atos ilícitos, penas ou extrapenais, bem como em razão de situações consideradas indignas do oficialato, situação diversa da presente nos autos. 4 – Recurso improvido. Em casos que tais, vale esclarecer, que as promoções subseqüentes, pela via administrativa, somente podem ocorrer de acordo com o teor do provimento liminar ou antecipatório dos efeitos da tutela, ficando os militares pelos mesmos beneficiados, sujeitos a retornarem à graduação ou posto anterior, no caso de cassação daqueles. Por todo o exposto, entendemos que: I – promoções administrativas subseqüentes àquelas concedida por decisão judicial de mérito transitada em julgado, somente podem ocorrer, se preenchidos os requisitos legais das graduações e postos antecedentes; II – nos casos do item retro, as promoções administrativas somente podem ser efetivadas, após o trãnsito em julgado da decisão de mérito, ou seja, sem a pendência de recurso contra a mesmo interposto, ainda que sem efeito suspensivo; III – no caso de decisão liminar ou antecipatória dos efeitos da tutela, pode haver a promoção administrativa subseqüente, desde que, assim determinado nos provimentos judiciais de que se cuida, sendo, porém, ex tunc (retroativos), os efeitos de suas cassações, retornando, neste caso, o miliciano por elas albergado, ao status quo ante (graduação ou posto anterior). É o Parecer, que submetemos à elevada consideração de V. Exa. Consultoria Geral, em 10 de maio de 2010. Maria do Socorro Demétrio Ximenes. Procuradora Chefe da Consultoria Geral. PUBLICADO NO BOLETIM DO CMDº GERAL nº 088, de 13.05.2010

## **FUNÇÕES DOS MILITARES ESTADUAIS**

Art.36. Os oficiais e as praças das corporações militares serão designados para as funções em consonância com os princípios da conveniência e da oportunidade, visando ao interesse institucional, observado o disposto nos artigos 43, 44 e 45 da Lei nº13.729, de 13 de janeiro de 2006.

**Nota:** Lei nº13.729, de 13 de janeiro de 2006.

Art.43. O Oficial é preparado, ao longo da carreira, para o exercício do comando, da chefia e da direção das Organizações Militares Estaduais.

Art.44. Os Subtenentes e Primeiros-Sargentos auxiliam e complementam as atividades dos oficiais na capacitação de pessoal e no emprego dos meios, na instrução, na administração e no comando de frações de tropa, mesmo agindo isoladamente nas diversas atividades inerentes a cada Corporação.

Parágrafo único. No exercício das atividades mencionadas neste artigo e no comando de elementos subordinados, os Subtenentes e os Primeiros-Sargentos deverão impor-se pela lealdade, pelo exemplo e pela capacidade profissional e técnica, incumbindo-lhes assegurar a observância minuciosa e ininterrupta das ordens, das regras do serviço e das normas operativas pelas praças que lhes estiverem diretamente subordinadas, e à manutenção da coesão e do moral das mesmas praças em todas as circunstâncias.

Art.45. Os Cabos e Soldados são, essencialmente, os responsáveis pela execução.

## **EXTINÇÃO DO CARGO COMANDANTE-GERAL**

Art.37. Fica extinto o cargo de provimento em comissão de Comandante-Geral da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado.

## **SOLDO DO CORONEL COMANDANTE-GERAL**

Art.38. O soldo do Coronel Comandante-Geral da PMCE e do CBMCE observará o disposto no anexo II, desta Lei.

## **GRATIFICAÇÃO E SOLDO INCORPORÁVEL AO CORONEL COMANDANTE-GERAL**

Art.39. Além do soldo a que se refere o art.38, o Coronel Comandante-Geral fará jus à Gratificação pelo Exercício de Comando, no valor previsto também no anexo II, desta Lei, incorporável à inatividade desde que sobre ela contribua o militar para o SUPSEC por, no mínimo, 2 (dois) anos.

## **PROPORCIONALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES**

Parágrafo único. Na hipótese de não possuir o Coronel Comandante-Geral o período mínimo para incorporação a que se refere o caput, levará para os proventos percentual da Gratificação pelo Exercício de Comando proporcional ao tempo que permaneceu na chefia da Corporação.

## **REQUISITO PARA INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO PARA COMANDANTE-GERAL**

Art.40. Os ocupantes do cargo de provimento em comissão de Comandante-Geral, na data da publicação desta Lei, poderão incorporar a gratificação a que se refere o art.39, desde que contem, no mínimo, com 12 (doze) meses de contribuição sobre ela para o SUPSEC.

## **COMPLEMENTO DO TEMPO DE INCORPORAÇÃO**

§1º Para completar o tempo de incorporação a que se refere o caput, poderá o militar aproveitar o período de exercício do cargo em comissão de Comandante-Geral, desde que recolha para a previdência estadual, retroativamente e considerando o intervalo que deseja aproveitar, contribuição previdenciária incidente sobre o valor atribuído por lei, no momento da reserva ex officio, à Gratificação pelo Exercício de Comando.

§2º No caso de o militar de que trata este artigo, mesmo se utilizando da regra do §1º, não possuir o tempo necessário à incorporação prevista no caput, poderá incorporar a Gratificação pelo Exercício de Comando na integralidade, recolhendo, após a inatividade, para o SUPSEC, e no intuito de completar o requisito temporal, valor a maior a título de contribuição previdenciária, tendo por base de cálculo o quanto atribuído em lei à referida gratificação, no momento da reserva.

## LIMITE MÁXIMO PARA EFETIVAÇÃO DAS PROMOÇÕES EM 2015

Art.41. As promoções de que trata esta Lei, previstas para o ano de 2015, serão efetivadas até a data de 24 de dezembro.

### **Decreto nº 31.804/2015**

Art.23. As promoções referentes ao ano de 2015 serão realizadas a contar do dia 24 de dezembro de 2015, conforme calendário previsto em portaria do respectivo Coronel Comandante-Geral, a ser expedida, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias antes do dia 24 de dezembro. Parágrafo único. No dia 1º de dezembro de 2015, dar-se-á a abertura das promoções e o fechamento das alterações.

Art.42. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Título IV, §§4º e 5º, do art.24, §2º do art.25, §3º do art.30, art.46, inciso II do art.49, §1º do art.50, alíneas "b", "c" e "d" do inciso II, do art.182, e anexos I, II e III da Lei nº13.729, de 13 de janeiro de 2006, e as Leis nos13.767, de 28 de abril de 2006, 13.765, de 20 de abril de 2006, 13.781, de 21 de junho de 2006, e 14.931, de 2 de junho de 2011.

Obs: não é 13 de janeiro é 11 de janeiro de 2006.

### **NOTA SOBRE OS DISPOSITIVOS REVOGADOS**

O Título IV da Lei nº13.729, de 13 de janeiro de 2006 trata das promoções de oficiais e praças.

#### **Art.24....**

§4º A seleção a que se refere o caput deste artigo será supervisionada pela Secretaria de Administração do Estado.

§5º As vagas para o ingresso no CHO serão distribuídas na proporção de 50% (cinquenta por cento) por antiguidade<sup>37</sup> e 50% (cinquenta por cento) por seleção interna composta por provas de conhecimento intelectual.

#### **Art. 25...**

§2º Compete ao Comandante-Geral estabelecer, em regulamento, publicado no Diário Oficial do Estado e Boletim Interno da Corporação, o número de vagas e as condições de funcionamento do curso<sup>38</sup>, obedecidas as disposições estabelecidas nesta Lei, e de conformidade com o número de vagas disponíveis no posto de Primeiro-Tenente do respectivo Quadro.

#### **Art. 30...**

§3º Os Aspirantes-a-Oficial, Cadetes do Curso de Formação de Oficiais e Alunos-Soldados do Curso de Formação de Soldados são denominados praças especiais, não ocupando cargo na Corporação.

.....

Art.46. Às Praças Especiais, cabe a rigorosa observância das prescrições dos regulamentos que lhes são pertinentes, exigindo-se-lhes inteira dedicação ao estudo e ao aprendizado técnico-profissional.

#### **Art. 49...**

II – quando for declarado Aspirante-a-Oficial: "Prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, dedicar-me inteiramente ao serviço militar estadual e à preservação da ordem pública, mesmo com o risco da própria vida".

.....

#### **Art. 50...**

§1º Ao Aspirante-a-Oficial, aplicam-se as disposições contidas no Código Disciplinar.

.....

#### **Art. 182...**

II -...:

a) ...

b) para o Quadro de Oficiais Policiais Militares e Bombeiros Militares 6 (seis) anos de permanência no último posto de seu Quadro, desde que conte com pelo menos 53 (cinquenta e três) anos de idade e no mínimo 30 (trinta) anos de contribuição, dentre os quais pelos menos 25 (vinte e cinco) anos ou mais de contribuição militar estadual ao Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Cíveis e Militares, dos Agentes Públicos e Membros de Poder do Estado do Ceará – SUSPEC, e haja excedente no posto considerado.

c) para o Quadro de Oficiais de Administração e Especialistas Policiais Militares e Bombeiros Militares 6 (seis) anos de permanência no último posto de seu Quadro, desde que conte com pelo menos 53 (cinquenta e três) anos de idade e no mínimo 30 (trinta) anos ou mais de serviço, dentre os quais pelo menos 25 (vinte e cinco) anos ou mais de contribuição militar estadual ao Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Cíveis e Militares, dos Agentes Públicos e Membros de Poder do Estado do Ceará – SUSPEC se Oficial intermediário.

d) para o Quadro de Oficiais de Saúde e Complementar Policiais Militares e Bombeiros Militares 6 (seis) anos de permanência no posto, quando for o último da hierarquia de seu Quadro, desde que conte com pelo menos 53 (cinquenta e três) anos de idade e no mínimo 30 (trinta) anos ou mais de contribuição, dentre os quais pelo menos 25 (vinte e cinco) anos ou mais de contribuição militar estadual ao Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Cíveis e Militares, dos Agentes Públicos e Membros de Poder do Estado do Ceará – SUSPEC.

Os anexos I, II e III se referem às Fichas de Promoções de Oficiais e Praças.

#### **Leis revogadas:**

**Lei nº 13.765, de 20 de abril de 2006** (Publicada no DOE em 26/04/2006) - cria, com base no art.217 da Lei nº13.729, de 11 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará, a indenização por reforço do serviço militar operacional para os militares estaduais, nas condições que estabelece.

**Lei nº 13.781, de 21 de junho de 2006** (Publicada no DOE em 22/06/2006) - Fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará e dá outras providências.

**Lei N.º 13.767, DE 28.04.06 (D.O. DE 28.04.06)** - Modifica o efetivo da Polícia Militar do Ceará e dá outras providências.

**LEI Nº 14.931, DE 02.06.11 (D.O. DE 07.06.11)** - Altera dispositivos da Lei nº 13.767, de 28 de abril de 2006 e da Lei nº 13.729, de 11 de janeiro de 2006, e dá outras providências.

## **VIGÊNCIA DA LEI**

Art.43. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 25 de maio de 2015.

**Camilo Sobreira de Santana**  
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

## ANEXO I

### A QUE SE REFERE O ART. 25 DA LEI Nº 15.797, 25 DE MAIO DE 2015

### QUANTIFICAÇÃO DO EFETIVO DE MILITARES DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ

#### I – Polícia Militar

##### a) Quadro de Oficiais Policiais Militares – QOPM

Coronel e Coronel Comandante-Geral	24
Oficial	829
Soma	853

##### b) Quadro de Oficiais da Saúde - QOSPM

Coronel Médico	01
Coronel Dentista	01
Coronel Farmacêutico	01
Oficial	47
Soma	50

##### c) Quadro de Oficiais Capelães - QOCPL

Oficial	09
Soma	09

##### d) Quadro de Oficiais da Administração – QOA

Major	09
Oficial	227
Soma	236

### **e) Quadro de Praças Policial Militar**

Praça QPPM	6.561
Soldado QPPM	9.842
Soma	16.403

### **EFETIVOS**

Oficiais PM	1.148
Praças PM	16.403
Soma	17.551

## **H – Corpo de Bombeiros Militar**

### **a) Quadro de Oficiais Bombeiros Militares – QOBM**

Coronel e Coronel Comandante-Geral	09
Oficial	300
Soma	309

### **b) Quadro de Oficiais Complementares – QOC**

Coronel QOC	01
Oficial QOC	38
Soma	39

### **c) Quadro de Oficiais da Administração – QOA**

Major QOA	04
Oficial QOA	82
Soma	86

#### **d) Quadro de Praças Bombeiro Militar - QPBM**

Praça QPBM	2.525
Soldado QPBM	744
Soma	3.269

#### **EFETIVOS**

Oficiais BM	434
Praças BM	3.269
Soma	3.703



## **ANEXO I - QUANTIFICAÇÃO DO EFETIVO**

**~~A QUE SE REFERE O ART. 25 DA LEI Nº 15.797, 25-  
DE MAIO DE 2015 COM MODIFICAÇÕES TRAZIDAS  
PELA O ART.4º DA LEI Nº16.010, DE 05 DE MAIO DE  
2016 E PELA LEI Nº 16.023, DE 25.05.2016~~**

**QUANTIFICAÇÃO DO EFETIVO DE MILITARES DA POLÍCIA MILITAR  
E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ**

### **I – Polícia Militar**

#### **a) Quadro de Oficiais Policiais Militares – QOPM**

Coronel e Coronel Comandante-Geral	24
Oficial	829
Soma	853

#### **b) Quadro de Oficiais da Saúde - QOSPM**

Coronel Médico	01
Coronel Dentista	01
Coronel Farmacêutico	01
Oficial	47
Soma	50

#### **c) Quadro de Oficiais Capelães - QOCPL**

Oficial	09
Soma	09

#### **d) Quadro de Oficiais da Administração – QOA**

Major	09
Oficial	227

Soma	236
------	-----

#### **d) Quadro de Oficiais da Administração – QOA**

Major	20
Oficial	503
Soma	523

(com alterações trazidas pela Lei nº 16.023, de 25.05.2016)

**Nota:** Lei 16.023/2016 - Art. 2º Ficam criadas, no Quadro de Oficiais QOA da PMCE, a que se refere o anexo I, da Lei nº 15.797, de 25 de maio de 2015, 11 (onze) vagas para o posto de Major QOA e 276 (duzentos e setenta e seis) vagas para Oficial QOA ...

#### **e) Quadro de Praças Policial Militar**

Praça QPPM	8.292
Soldado QPPM	11.750
Soma	20.042

#### **EFETIVOS**

Oficiais PM	1.148
Praças PM	20.042
Soma	21.190

#### **EFETIVOS**

Oficiais PM	1.435
Praças PM	20.042
Soma	21.477

(com alterações trazidas pela Lei nº 16.023, de 25.05.2016)

#### **H – Corpo de Bombeiros Militar**

##### **a) Quadro de Oficiais Bombeiros Militares - QOBM**

Coronel e Coronel Comandante-Geral	09
Oficial	300
Soma	309

**b) Quadro de Oficiais Complementares - QOC**

Coronel QOC	01
Oficial QOC	38
Soma	39

**c) Quadro de Oficiais da Administração - QOA**

Major QOA	04
Oficial QOA	82
Soma	86

**c) Quadro de Oficiais da Administração - QOA**

Major QOA	08
Oficial QOA	195
Soma	203

(com alterações trazidas pela Lei nº 16.023, de 25.05.2016)

**NOTA:** Lei nº 16.023/2016 - Art. 2º Ficam criadas, [...] no Quadro de Oficiais QOA, do CBMCE, a que se refere o mesmo anexo, 4 (vagas) para o posto de Major QOA e 113 (cento e treze) vagas para Oficial QOA.

**d) Quadro de Praças Bombeiro Militar - QPBM**

Praça QPBM	2.525
Soldado QPBM	744
Soma	3.269

**EFETIVOS**

Oficiais BM	434
Praças BM	3.269

Soma	3.703
------	-------

## **EFETIVOS**

Oficiais BM	551
Praças BM	3.269
Soma	3.820

(com alterações trazidas pela Lei nº 16.023, de 25.05.2016)

### **ANEXO I - QUANTIFICAÇÃO DO EFETIVO**

**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ART. 3º DA LEI Nº17.478, DE 17 DE MAIO DE 2021 "ANEXO I, A QUE SE REFERE O ART. 25 DA LEI Nº15.797, DE 25 DE MAIO DE 2015**

### **QUANTIFICAÇÃO DO EFETIVO DE MILITARES DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ**

#### I – Polícia Militar

##### a) Quadro de Oficiais Policiais Militares – QOPM

Coronel Comandante-Geral	1
Coronel	23
Oficial	829
Soma	853

##### b) Quadro de Oficiais Complementares - QOCPM

Coronel	3
Oficial	56
Soma	59

d) Quadro de Oficiais da Administração – QOA

Major	20
Oficial	503
Soma	523

e) Quadro de Praças Policial Militar

Praça QPPM	8.292
Soldado QPPM	11.750
Soma	20.042

EFETIVOS

Oficiais PM	1.435
Praças PM	20.042
Soma	21.477

II – Corpo de Bombeiros Militar

a) Quadro de Oficiais Bombeiros Militares - QOBM

Coronel Comandante-Geral	1
Coronel	8
Oficial	300
Soma	309

b) Quadro de Oficiais Complementares - QOC

Coronel QOC	01
Oficial QOC	38
Soma	39

c) Quadro de Oficiais da Administração – QOA

Major QOA	08
Oficial QOA	195
Soma	203

(com alterações trazidas pela Lei nº 16.023, de 25.05.2016)

NOTA: Lei nº 16.023/2016 - Art. 2º Ficam criadas, [...]no Quadro de Oficiais QOA, do CBMCE, a que se refere o mesmo anexo, 4 (vagas) para o posto de Major QOA e 113 (cento e treze) vagas para Oficial QOA.

d) Quadro de Praças Bombeiro Militar - QPBM

Praça QPBM	2.525
Soldado QPBM	744
Soma	3.269

EFETIVOS

Oficiais BM	551
Praças BM	3.269
Soma	3.820

(com alterações trazidas pela Lei nº 16.023, de 25.05.2016)

## **ANEXO II – REMUNERAÇÃO DO CEL CMT-GERAL**

**A QUE SE REFEREM OS ART. 38 E 39 DA LEI N°  
15.797, 25 DE MAIO DE 2015**

### **REMUNERAÇÃO DO CORONEL COMANDANTE-GERAL**

Soldo	R\$ 10.873,72
Gratificação pelo Exercício de Comando	R\$ 16.759,58

# **APÊNDICE I – DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE PROMOÇÕES**

Este texto não substitui o publicado no DOENº198, de 22.10.2015

## **DECRETO Nº 31.804, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.**

Regulamenta as promoções dos militares estaduais, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o art.88, incisos IV, VI e IX da Constituição Estadual, e considerando a necessidade de regulamentar as ações relativas à procedimentalização da promoção dos militares estaduais do Ceará, buscando dar efetiva aplicação à Lei nº15.797, de 25 de maio de 2015, DECRETA:

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art.1º O presente Decreto tem por objetivo a regulamentação da Lei nº15.797/2015, que trata da promoção dos militares estaduais do Ceará.

Art.2º A promoção anual, a que se refere o art.12, da Lei nº15.797/ 2015, será na data de 24 de dezembro, com fechamento das alterações para o dia 30 de setembro, considerando, apenas para fins de interstício, o tempo no posto ou na graduação que o militar estadual possuirá na data da promoção anual.

Art.3º Após aprovação pelas Comissões de Promoção de Oficiais e Praças, em sessão conjunta, o Calendário de processamento das promoções anuais será publicado em



boletim interno pelo Coronel Comandante-Geral, até 1º de setembro de cada ano.

Parágrafo único. Deverão constar, obrigatoriamente, no Calendário mencionado no caput, as datas e prazos para organização e divulgação do Quadro de Acesso Geral, Inspeção de Saúde, Exame Toxicológico, e Apuração do Quantitativo de Promoções.

## **CAPÍTULO II DA PONTUAÇÃO DO MILITAR ESTADUAL**

Art.4º O militar estadual será pontuado conforme Ficha de Informação constante no Anexo I, deste Decreto, na forma do §1º, art.15, e art.16, da Lei nº15.797/2015.

Art.5º Os valores numéricos positivos devem ser atribuídos, nas respectivas carreiras, na forma a seguir:

I – o tempo de efetivo serviço:

a) em função militar ou considerada de natureza ou interesse militar, desde a data da nomeação ao primeiro posto ou graduação da Corporação, até o encerramento das alterações: 100 (cem) pontos por semestre;

b) no posto ou graduação atual, desde a data da promoção respectiva, até a data de encerramento das alterações: 200 (duzentos) pontos por semestre.

II – titulação de nível superior conferida por instituição de ensino superior, reconhecida por órgão competente: 100 (cem) pontos;

III - titulação de pós-graduação conferida por instituição de ensino, com produção acadêmica voltada para o interesse das corporações militares, assim reconhecida pela respectiva Comissão de Promoção, com decisão devidamente motivada:

- a) especialização *latu sensu*: 200 (duzentos) pontos;
- b) mestrado: 400 (quatrocentos) pontos;
- c) doutorado: 600 (seiscentos) pontos;
- d) pós-doutorado: 800 (oitocentos) pontos.

IV - aprovação em cursos relacionados e/ou aplicados às áreas de interesse da Corporação respectiva, designados e/ou autorizados pelo Comando Geral, devidamente comprovados por diploma ou certificado de conclusão:

- a) curso com carga horária de 40 a 79 horas/aula: 50 (cinquenta) pontos;
- b) curso com carga horária de 80 a 159 horas/aula: 100 (cem) pontos;
- c) curso com carga horária a partir de 160 a 249 horas/aula: 200 (duzentos) pontos;
- d) curso com carga horária a partir de 250 horas/aula: 300 (trezentos) pontos.

V - medalhas:

- a) Medalha Abolição - 300 (trezentos) pontos;
- b) Medalha por Bravura (Tiradentes) - 300 (trezentos) pontos;
- c) Medalha Herói João Nogueira Jucá: 300 (trezentos) pontos;
- d) Medalhas do Mérito Intelectual (MMI): 200 (duzentos) pontos por curso; e) Medalha de Tempo de Serviço (MTS) 30 (trinta), 20 (vinte) e 10 (dez) anos: 200 (duzentos), 150 (cento e cinquenta) e 100 (cem) pontos, respectivamente, não cumulativas;
- f) Medalha do Mérito Funcional – 200 (duzentos) pontos;

g) Barreta de Comando – 100 (cem) pontos.

VI – trabalho relevante, limitada pontuação a um por ano, desde que reconhecido por ato do respectivo Coronel Comandante-Geral, como de interesse da respectiva Corporação: 100 (cem) pontos;

VII – desempenho da função militar em Local de Difícil Provimento (LDP), conforme relação anual de classificações/lotações fornecidas pelo respectivo Coronel Comandante-Geral – 25 (vinte e cinco) pontos, por cada semestre;

VIII – média final acima de 8,00 (oito) em cursos necessários à ascensão funcional na carreira, na forma do §2º, art.6º, I, "b", "c" e "d", e II, "b" e "c", da Lei nº15.797/2015: 100 (cem) pontos por curso concluído;

IX – exercício de atividade judiciária militar, como Encarregado de Inquérito Policial Militar devidamente concluído, inclusive como Escrivão, limitado a 05 (cinco) procedimentos por ano, bem como participação em conselho permanente ou especial de justiça militar, limitada a uma participação anual: 20 (vinte) pontos em cada procedimento ou participação, respectivamente;

X – exercício em procedimentos e processos administrativos devidamente concluídos, no âmbito das Corporações Militares Estaduais ou da Controladoria Geral de Disciplina, limitado a 05 (cinco) procedimentos/processos por ano: 20 (vinte) pontos em cada procedimento;

XI – exercício funcional como Gestor ou Fiscal de contratos administrativos, de interesse das respectivas corporações, e ainda como pregoeiro ou membro da Central de Licitações/PGE: 40 (quarenta) pontos por semestre completo de desempenho das respectivas atividades;

XII – exercício funcional como Condutor de Viaturas e Embarcações, nas atividades fim e meio das Corporações, ou em atividade de interesse militar estadual, por semestre:

- a) viaturas administrativas que exijam habilitação categoria "A": 20 (vinte) pontos;
- b) viaturas operacionais que exijam habilitação categoria "A" ou embarcações: 40 (quarenta) pontos;
- c) viaturas administrativas que exijam habilitação categoria "B": 20 (vinte) pontos;
- d) viaturas operacionais que exijam habilitação categoria "B": 40 (quarenta) pontos;
- e) viaturas administrativas que exijam habilitação categorias "D" ou "E": 40 (quarenta) pontos;
- f) viaturas operacionais que exijam habilitação categorias "D" ou "E": 40 (quarenta) pontos.

XIII – avaliação funcional, exclusiva para Oficiais, em que deverá ser observado o conhecimento técnico e a respectiva capacidade de multiplicação, a dedicação e desenvoltura no efetivo desempenho nas atribuições destinadas, além do respeito aos princípios da hierarquia e disciplina militares, todos devidamente motivados: até 100 (cem) pontos anuais, em intervalos de 05 (cinco) pontos;

XIV – avaliação positiva em Teste de Aptidão Física, anualmente:

- a) E (Excelente) – 150 pontos;
- b) MB (Muito Bom) – 120 pontos;
- c) B (Bom) – 90 pontos;
- d) R (Regular) – 60 pontos.

XV – participação efetiva em atividades funcionais nos períodos referentes às Operações Carnaval, Semana Santa, Natal, Réveillon, e Eventos que demandem grande emprego de efetivo, assim designados pelo Comando Geral: 10 (dez) pontos por escala de serviço cumprida;

XVI – produtividade funcional, aferida anualmente:

a) apreensão de arma de fogo: 05 (cinco) pontos por arma, limitado a 50 (cinquenta) pontos anuais, caso não configurada a hipótese da alínea subsequente;

b) guarnição encarregada do Auto de Prisão em Flagrante Delito por Crimes Violentos Letais e Intencionais-CVLI, na forma da Lei nº15.558/2014: 05 (cinco) pontos por procedimento, limitado a 50 (cinquenta) pontos anuais;

c) vistoria técnica realizada por meio da Coordenadoria de Atividades Técnicas-CAT: 05 (cinco) pontos para cada 20 (vinte) vistorias, limitado a 50 (cinquenta) pontos anuais;

d) análise de Projeto de Prevenção, Contra Incêndio e Pânico, realizada por meio da Coordenadoria de Atividades Técnicas CAT: 01 (um) ponto para cada projeto, limitado a 50 (cinquenta) pontos anuais.

XVII – lesão decorrente do exercício funcional, devidamente atestada em laudo médico oficial e em procedimento interno próprio, de que resulte afastamento das atividades por mais de 30 (trinta) dias: 200 (duzentos) pontos.

XVIII - desempenho disciplinar sem qualquer sanção administrativa ou penal, a contar da data da eventual aplicação, nos seguintes períodos:

a) 05 (cinco) anos: 50 (cinquenta) pontos;

b) 10 (dez) anos: 100 (cem) pontos;

c) 15 (quinze) anos: 150 (cento e cinquenta) pontos;

d) 20 (vinte) anos: 200 (duzentos) pontos;

e) 25 (vinte e cinco) anos: 250 (duzentos e cinquenta) pontos;

f) 30 (trinta) anos: 300 (trezentos) pontos.

§1º Para cada promoção por merecimento, o militar somente poderá utilizar uma dentre as titulações previstas no inciso III, deste artigo, vedada a utilização do mesmo curso por mais de uma vez.

§2º Para cada promoção por merecimento, o militar somente poderá utilizar 03 (três) dos cursos mencionados no inciso IV, deste artigo, vedada a utilização do mesmo curso por mais de uma vez.

§3º O trabalho relevante a que faz alusão o inciso VI, deste artigo, será aquele com conteúdo voltado ao interesse institucional, assim reconhecido previamente por ato do Coronel Comandante-Geral.

§4º A relação de Locais de Difícil Provedimento será publicada em boletim interno, no mês de outubro, a ser considerada para a promoção referente ao ano subsequente, e levará em consideração a dificuldade do Coronel Comandante-Geral em realizar nomeações, designações ou lotações dentro da respectiva Corporação.

§5º A Ficha de Avaliação Funcional de Oficiais Militares Estaduais, constante no Anexo II deste Decreto, e mencionada no inciso XIII deste artigo, será preenchida pela autoridade militar a que esteve subordinado o respectivo avaliado por maior período do referido semestre, devendo ser dada ciência da pontuação concedida ao interessado, com a devida certificação.

§6º Caso o Oficial avaliado encontre-se à disposição da Secretária da Segurança Pública e Defesa Social ou da

Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos da Segurança Pública de Segurança Penitenciária e sistema Penitenciário, cabe ao respectivo Titular da Pasta a efetivação da pontuação a que se refere o §5º; caso integre as Companhias de Policiamento de Guarda, a pontuação será conferida pelo Chefe da Casa Militar.

§7º Nos demais casos não contemplados no §6º, a pontuação será realizada pelo Comandante-Geral Adjunto da Corporação.

§8º Discordando da pontuação obtida, poderá o avaliado ingressar com recurso, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da ciência da referida nota, dirigido à Comissão de Promoção de Oficiais, a qual, uma vez provido o recurso, efetivará a pontuação, podendo, para tanto, diligenciar junto ao local, ou locais, de exercício funcional do interessado.

§9º O Coronel Comandante-Geral designará anualmente Comissões formadas por Oficiais e Praças, presididas por militar estadual com precedência hierárquica em relação aos avaliados, desde que habilitados na área de Educação Física e que não estejam concorrendo às promoções, para fins de aferição da pontuação prevista no inciso XIV, do caput deste artigo, que sempre ocorrerá após a avaliação de saúde prevista no art.7º, XII, da Lei nº15.797/2015, sem a qual não poderá o militar se submeter ao Teste de Aptidão Física.

§10. Serão definidos em portaria do Coronel Comandante Geral os critérios para a aferição a que se refere o §9º.

§11. As pontuações a que se referem os incisos I, alínea "a", V, exceto a prevista na alínea "a", e VIII poderão ser aproveitadas em mais de uma promoção durante a carreira do militar estadual. As demais pontuações valerão somente para a promoção obtida.

§12. Será de responsabilidade do interessado a devida comprovação das pontuações previstas nos incisos III, IV, IX, X, XI, XV e XVI, junto à autoridade a que estiver imediatamente subordinado, para elaboração da folha de alteração, no caso de praças, e junto à respectiva Comissão de Promoção, no caso de oficiais, até a data do encerramento das alterações, sob pena de não serem computadas no período correspondente.

Art.6º Os valores numéricos negativos na promoção devem ser atribuídos da seguinte maneira:

I - punições disciplinares, irrecorríveis administrativamente, por sanção:

- a) repreensão: 100 (cem) pontos negativos;
- b) permanência disciplinar: 200 (duzentos) pontos negativos;
- c) custódia disciplinar: 400 (quatrocentos) pontos negativos.

II - desistência imotivada ou desligamento nos cursos necessários à habilitação aos postos e graduações subsequentes: 100 (cem) pontos negativos;

III – penas decorrentes de condenação por crime ou contravenção, por força de sentença transitada em julgado, após o cumprimento total da pena:

- a) pena alternativa, caso não decorra de transação penal ou suspensão condicional do processo, contravenção penal ou crimes de menor potencial ofensivo: 500 (quinhentos) pontos negativos;
- b) pena privativa de liberdade superior a 02 (dois) anos: 1.000 (mil) pontos negativos;



c) condenação por crime considerado hediondo, ou equiparado: 5.000 (cinco mil) pontos negativos.

§1º Para fins de aplicação da pontuação prevista no inciso I, deste artigo, respeitadas as normas estabelecidas no Código Disciplinar das Corporações, deverão ser consideradas, cumulativamente, para promoção ao posto imediato, todas as punições disciplinares aplicadas ao militar estadual ao longo da carreira, desde que não tenham sido canceladas ou anuladas, até a data de encerramento das alterações.

§2º A pontuação negativa a que se refere o inciso II, deste artigo, será considerada apenas para a promoção que tem por requisito o respectivo curso.

§3º Para os fins do disposto no inciso III, deste artigo, não será atribuída pontuação negativa se provar o militar que foi favorecido com decisão judicial de reabilitação criminal ou se provar que a condenação penal foi revista, culminando com sua absolvição.

Art.7º A pontuação a constar do Relatório Individual de Promoção (RIP) será obtida pela soma dos pontos positivos (PP) e negativos (PN), registrados na Ficha de Informação, e, no caso de Oficiais, será a referida soma adicionada à pontuação atribuída em julgamento da Comissão de Promoção de Oficiais – CPO (JCPO), dividindo-se, neste último caso, o total pela metade, conforme a fórmula abaixo:

I - Oficial PM/BM:

$$\text{RIP} = (\text{PP} + \text{PN}) + \text{JCPO}$$

2

II - Praça PM/BM:

$$\text{RIP} = (\text{PP} + \text{PN})$$

Parágrafo único. O resultado da operação a que se refere o caput deste artigo, em caso de fracionamento, será arredondado para primeiro número inteiro subsequente.

### **CAPÍTULO III DO PROCESSAMENTO DAS PROMOÇÕES**

Art.8º O processamento das promoções obedecerá à seguinte sequência:

I – remessa às Comissões de Promoção da Folha de Alterações, constante do Anexo III, deste Decreto, contendo todas as informações necessárias à formação do Quadro de Acesso Geral, por parte da autoridade a que o interessado esteja subordinado diretamente, tudo coordenado pelo setor de pessoal;

II - organização e publicação do Quadro de Acesso Geral;

III – verificação dos militares que serão promovidos com base no art.10, da Lei nº15.797/2015;

IV - fixação e publicação em Boletim Interno dos quantitativos de militares estaduais que serão promovidos, nos respectivos critérios de antiguidade e merecimento;

V - remessa ao Coronel Comandante-Geral da respectiva Corporação da lista com os nomes dos militares que serão promovidos;

VI - elaboração e remessa, no caso de Oficial, dos atos de promoção ao Governador do Estado, por intermédio do Secretário da Segurança Pública e Defesa Social;

VII - publicação dos atos de promoção no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Para fins do disposto no art.7º, XII, da Lei nº15.797/ 2015, a Coordenadoria da Perícia Médica/SE-

PLAG definirá os exames necessários à aferição da aptidão física do militar, o qual deverá se encarregar de comparecer àquele setor, anualmente, para fins de inspeção, observada a data de fechamento das alterações como limite.

Art.9º O número estabelecido de promoções, por antiguidade e merecimento, dentro do Quadro de Acesso Geral, será distribuído na proporção da metade para cada critério, nos respectivos postos e graduações.

Parágrafo único. As nomeações ao posto de Segundo-Tenente QOPM, QOBM, QOSPM, QOCBM, QOCplPM, ocorrerão por antiguidade, observando-se o mérito intelectual aferido no concurso. No caso de nomeação ao cargo de Oficiais do QOAPM e QOABM, o mérito intelectual afere-se no Curso de Habilitação de Oficiais.

Art.10. No caso de algum militar estadual ser excluído do Quadro de Acesso Geral, por alguma das situações previstas no art.7º, da Lei nº15.797/2015, será reavaliado o cálculo e a distribuição prevista no art.9º, desta Lei.

Art.11. É facultada aos Oficiais que concorrem na promoção a presença no ato de Julgamento da Comissão de Promoção de Oficiais, prevista no art.7º deste Decreto, permitida manifestação, por questão de ordem, autorizada pelo Presidente da Comissão.

Parágrafo único. No ato a que se refere o caput, serão avaliadas somente as disposições mencionadas no §2º, art.15, da Lei nº15.797/2015, além de outras previstas neste Decreto, não se prestando o momento a discussões sobre Pontos Positivos e Negativos atribuídos ao respectivo militar estadual.

Art.12. Quando do Julgamento da Comissão de Promoção de Oficiais, os membros, na avaliação meritória do concor-

rente, atribuirão valores múltiplos de 100 (cem), limitados a 6.000 (seis mil) pontos.

#### **CAPÍTULO IV DAS PROMOÇÕES EXTRAORDINÁRIAS**

Art.13. As promoções extraordinárias serão concedidas na forma dos §§3º a 5º, art.3º, e art.23, da Lei nº15.797/2015.

Art.14. A promoção post mortem, prevista no inciso I, §3º, art.3º, da Lei nº15.797/2015, não observará a data a que se refere o art.12, da referida Lei.

§1º Para fins da promoção prevista neste artigo, deverá o respectivo Coronel Comandante-Geral instaurar o procedimento administrativo, designando Comissão composta por 03 (três) Oficiais, presidida por militar estadual superior ao falecido, com o intuito de constatar a relação causa/efeito da morte com o exercício funcional.

§2º A Comissão referida no parágrafo antecedente terá o prazo de 40 (quarenta) dias para apresentar relatório, com o seu parecer.

§3º Finalizado o procedimento de que trata o §1º, deverá ser ele submetido à apreciação da Comissão de Promoção, à qual incumbe manifestar-se sobre o caso, com decisão final do Coronel Comandante-Geral.

Art.15. A promoção por bravura, na forma do §4º, art.3º, da Lei nº15.797/ 2015, não observará a data a que se refere o art.12, da referida Lei.

§1º. Para fins da promoção prevista neste artigo, deverá o respectivo Coronel Comandante-Geral instaurar o procedimento administrativo, designando Comissão composta por 03 (três) Oficiais, presidida por militar estadual superior ao interessado, com o intuito de constatar o devido mérito.

§2º A Comissão referida no parágrafo antecedente terá o prazo de 40 (quarenta) dias para apresentar relatório, com o seu parecer.

§3º Finalizado o procedimento de que trata o §1º, deverá ser ele submetido à apreciação da Comissão de Promoção, à qual incumbe manifestar-se sobre o caso, com decisão final do Coronel Comandante-Geral.

Art.16. A promoção requerida se dará via requerimento dirigido ao respectivo Coronel Comandante-Geral, devendo o militar interessado contar com, pelo menos, 30 (trinta) anos de contribuição, dos quais 25 (vinte e cinco) anos ao SUPSEC, observado também disposto nos arts.7º e 23, da Lei nº15.797/2015.

§1º A promoção requerida independe de prazo para sua solicitação e será decidida pela respectiva Comissão de Promoção, no máximo, 60 (sessenta) dias após protocolizada no setor competente, devendo o ato de promoção retroagir à data da decisão.

§2º A Comissão de Promoção, no prazo do §1º, se manifestará sobre a promoção requerida e, sendo favorável ao pedido, tramitará o ato de ascensão.

§3º Publicada a promoção requerida, o setor de pessoal da Corporação, automaticamente, iniciará o processo de reserva remunerada ex officio do militar, ficando este afastado, de imediato, do exercício funcional.

§4º Quando se tratar de promoção requerida aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM, o Tenente-Coronel e os Capitães QOAPM e QOABM, o requerimento da promoção deverá ser apresentado, na forma deste artigo, no período de até 30 (trinta) dias após a divulgação da lista a que se refere o §3º, art.18, e §3º, art.14, todos da Lei nº15.797/2015, e §3º, art.17, deste Decreto.

§5º Finalizado o prazo previsto no §4º, o militar que não ingressou com o requerimento para a promoção requerida deverá aguardar nova divulgação da lista de Tenentes-Coronéis e Capitães QOAPM e QOABM para as promoções aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM.

§6º No caso de não haver sido preenchido o quantitativo previsto no inciso II, §2º, art.23, da Lei nº15.797/2015, os demais Tenentes-Coronéis e Capitães QOAPM e QOABM interessados, desde que possuidores, respectivamente, dos Cursos Superiores de Polícia ou Bombeiro (CSP ou CSB) ou de Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Administrativo CAO/QOA, ou cursos regulares equivalentes, poderão ingressar com requerimento para completar o referido limite, obedecida, em qualquer caso, a ordem de precedência hierárquica, no prazo de 15 (quinze) dias após a finalização do período mencionado no §4º deste artigo.

§7º Ultrapassados os prazos previstos neste artigo, quanto às promoções requeridas aos postos de Coronel e Major QOAPM e QOABM, os interessados não terão mais direito àquele benefício, o qual se renovará no semestre subsequente.

## **CAPÍTULO V** **DA PROMOÇÃO AOS POSTOS DE CORONEL, MAJOR QOAPM E MAJOR QOABM**

Art.17. A promoção aos postos de Coronel, Major QOAPM e Major QOABM ocorrerão com observância aos §§1º a 3º do art.14 e art.18, e demais critérios estabelecidos no Capítulo II, todos da Lei nº15.797/2015, bem como com observância às disposições previstas no Capítulo III, deste Decreto.

§1º Independentemente da data prevista no art.3º, deste Decreto, a efetivação da promoção a que se refere o caput

deste artigo observará a data da vacância dos respectivos postos.

§2º A Comissão de Promoção de Oficiais, nos meses de janeiro e julho, efetuará a pontuação dos Tenentes Coronéis e Capitães QOAPM e QOABM para fins de organização das Listas por Merecimento (LM), referentes ao primeiro e ao segundo semestres do respectivo ano.

§3º As Listas por Merecimento servirão para as promoções que, porventura, venha a ocorrer no respectivo semestre.

§4º A pontuação de que trata o §2º deste artigo terá por base o exercício funcional do militar no semestre imediatamente anterior.

§5º A promoção para Major QOAPM e Major QOABM se dará exclusivamente em obediência à classificação disposta na LM, na forma dos §§3º e 4º deste artigo.

Art.18. Considerada aberta vaga ao posto de Coronel, o respectivo Coronel Comandante-Geral encaminhará a Lista por Merecimento ao Secretário de Segurança Pública e Defesa Social, para os fins dispostos nos §§2º a 4º, do art.18, da Lei nº15.797/2015. Parágrafo único. Realizada a escolha, dela será comunicada a Corporação Militar Estadual de origem para fins de confecção do ato de promoção e posterior tramitação.

## **CAPÍTULO VI DO INGRESSO NO CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS – CHO**

Art.19. Para a seleção e ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais, deverão ser observados, necessária e cumulativamente, até a data de encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I - ser Subtenente do serviço ativo da respectiva Corporação, e:

- a) possuir o Curso de Formação de Sargentos – CFS, ou o Curso de Habilitação a Sargento - CHS;
- b) possuir o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos – CAS, ou Curso de Habilitação a Subtenente - CHST;
- c) ter, no mínimo, 15 (quinze) anos de efetivo serviço na Corporação Militar do Estado do Ceará, computados até a data de encerramento das inscrições da seleção;
- d) ser considerado apto, para efeito de curso, pela Coordenadoria de Perícia Médica, bem como em exame físico, por Comissão designada pelo Comandante-Geral, após classificado nos termos do art.25, deste Decreto;
- e) estar classificado, no mínimo, no "bom" comportamento;
- f) possuir diploma de curso de nível superior, devidamente reconhecido, observado o disposto no parágrafo único, art.5º, da Lei nº15.797/2015.

II – não estar enquadrado em nenhuma das situações abaixo:

- a) submetido a Conselho de Disciplina ou indiciado em inquérito policial militar, ressalvados nos casos previstos no art.7º, II, da Lei nº15.797/ 2015;
- b) condenado à pena de suspensão do exercício de cargo ou função, durante o prazo que persistir a suspensão;
- c) cumprindo sentença, inclusive o tempo de sursis;
- d) gozando Licença para Tratar de Interesse Particular - LTIP;
- e) no exercício de cargo ou função temporária, estranha à atividade da Segurança Pública, com exceção daqueles



previstos no art.2º, da Lei nº14.113/2008 e art.1º, do Decreto nº28.711/2007;

f) estiver respondendo a processo-crime, ressalvados nos casos previstos no art.7º, II, da Lei nº15.797/2015;

g) ter sido punido com transgressão disciplinar de natureza grave nos últimos 24 (vinte e quatro) meses. Parágrafo único. Os cursos de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo são aqueles efetivados pela Corporação respectiva, pela Academia Estadual de Segurança Pública, ou ainda com autorização do Comando-Geral, em outra Organização Militar, não sendo admitidas equiparações destes com quaisquer outros cursos diversos dos previstos neste Capítulo, como dispensa de requisito para ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais ou para qualquer outro efeito.

Art.20. Para ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais - CHO, atendidos os requisitos do art.19, deste Decreto, será observada a média aritmética entre a nota obtida em prova única escrita, com peso 2 (dois), e o resultado da Ficha de Informação constante no Anexo I deste Decreto, com peso 1 (um).

$$NF = [ (2 \times NPE) + (1 \times NFI) ] \div 2$$

Em que: NF: Nota Final;

NPE: Nota da Prova Escrita;

NFI: Nota da Ficha de Informação

§1º A prova escrita mencionada no caput deste artigo constará de questões objetivas, com avaliação nas áreas de conhecimento em Português, Atualidades, Administração Pública, Legislação Institucional, Noções em Direitos Constitucional, Administrativo, Penal Militar e Processual Penal Militar.

§2º O perfil mínimo considerado para a aprovação na prova escrita será 50% do total geral de questões aplicadas, com nota máxima limitada a 10,00 (dez).

§3º Para fins do disposto na avaliação da Ficha de Informação, será atribuída nota 10,00 (dez) ao Subtenente que perfaça a maior aferição naquela Ficha, sendo atribuída nota aos demais de forma proporcional ao primeiro.

§4º O edital do processo seletivo para ingresso no CHO trará as disposições necessárias para a seleção.

§5º Não será exigido perfil mínimo para a Ficha de Informação, conforme o disposto neste artigo.

§6º Os valores numéricos da prova escrita e da Ficha de Informação serão considerados até a casa centesimal.

§7º A antiguidade será o critério de desempate para a classificação final.

§8º Para efeito de matrícula no CHO, será observada a classificação final dos candidatos dentro do número de vagas previstas no edital do certame.

## **CAPÍTULO VII DA QUOTA COMPULSÓRIA**

Art.21. Na forma do art.20 da Lei nº15.797/2015, anualmente, nas Corporações Militares, haverá um número mínimo de cargos vagos a serem preenchidos, aos postos de Coronéis QOPM e QOBM, e Majores QOAPM e QOABM.

Art.22. Não constatado até o dia 31 do mês de dezembro de cada ano o quantitativo de vagas mínimas necessárias, previstas no §1º, art.20, da Lei nº15.797/2015, o Presidente da Comissão de Promoção de Oficiais marcará reunião, em até 30 (trinta) dias, para fins de aplicação da Quota Compulsória.

§1º A depender do número de promoções a serem efetivadas, necessárias ao preenchimento do quantitativo previsto no §1º, art.20, da Lei nº15.797/2015, o setor de recursos humanos da Corporação remeterá à CPO, na data da reunião mencionada no caput, a lista com os nomes dos oficiais que deverão ser transferidos ex officio à reserva remunerada.

§2º Para efeitos de aferição da Quota, a contagem de tempo de serviço e/ou contribuição do militar, na forma do §4º, art.20, da Lei nº15.797/ 2015, terá como termo final a data da reunião a que se refere o caput.

§3º Após a reunião, o setor de recursos humanos da Corporação iniciará, de imediato, os atos de transferência para a reserva remunerada ex officio daqueles alcançados pela Quota Compulsória, sendo desde logo consideradas abertas as respectivas vagas, conforme §2º, art.20, da Lei nº15.797/2015.

§4º A vaga aberta pela Quota Compulsória, por se referir ao ano anterior ao seu processamento, não será considerada para aplicação da Quota Compulsória no ano subsequente.

§5º A Lista por Merecimento, para fins de promoção aos postos de que se trata este artigo, será a elaborada para o primeiro semestre do ano corrente, observado o disposto no §4º.

## **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art.23. As promoções referentes ao ano de 2015 serão realizadas a contar do dia 24 de dezembro de 2015, conforme calendário previsto em portaria do respectivo Coronel Co-

mandante-Geral, a ser expedida, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias antes do dia 24 de dezembro.

Parágrafo único. No dia 1º de dezembro de 2015, dar-se-á a abertura das promoções e o fechamento das alterações.

Art.24. Para as promoções previstas nos arts.30 e 31, da Lei nº15.797/ 2015, não serão observadas as disposições do Capítulo II deste Decreto, dando-se a ascensão em conformidade com os critérios dispostos nos referidos artigos.

Art.25. Após elaborado o Quadro de Acesso Geral, identificando-se os militares beneficiados pelo disposto no art.10, da Lei nº15.797/2015, será calculado o percentual previsto no art.9º, da mesma Lei, com os demais integrantes do referido quadro. Parágrafo único. Os militares que ascenderem na forma do art.10, da Lei nº15.797/2015, serão promovidos pelo critério de antiguidade.

Art.26. Considera-se no exercício da atividade fim, para fins do disposto no Inciso XVII, art.7º, da Lei nº15.797/2015, o militar estadual readaptado, na forma dos artigos 38 e 39, do Decreto nº30.550/2011.

Art.27. Entende-se por doenças crônicas em processo de agudização, conforme alínea "c", Inciso XVII, art.7º, da Lei nº15.797/2015, as especificadas em laudo da Coordenadoria de Perícia Médica do Estado.

Art.28. As pontuações previstas no art.5º, incisos VII, IX, X, XI, XII, XIV, XV e XVI, deste Decreto, serão observadas a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art.29. Excepcionalmente, as promoções de Coronel e Major QOAPM e QOABM do ano de 2015 serão realizadas na data estabelecida no art.2º deste Decreto.

Parágrafo único. A Lista por Merecimento dos postos de Tenente Coronel e Capitão QOAPM e QOABM, para as

promoções referentes ao ano de 2015, será formada, no máximo, até 30 (trinta) dias após a publicação deste Decreto.

Art.30. O disposto no art.61, da Lei nº11.167/1986, não se aplicará aos promovidos na forma do art.23, da Lei nº15.797/2015.

Art.31. O militar estadual que se julgar prejudicado em ato referente ao Quadro de Acesso Geral ou Lista por Merecimento, poderá ingressar com recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da divulgação do respectivo ato.

Parágrafo único. O recurso a que se refere este artigo será dirigido ao Presidente da respectiva Comissão de Promoção, o qual deverá solucioná-lo no prazo de 60 (sessenta) dias, encerrando-se a instância administrativa.

Art.32. Este Decreto entrará em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 20 de outubro de 2015.

**Camilo Sobreira de Santana**  
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

**ANEXO I A QUE SE REFERE O ART. 4º DO DECRETO  
Nº 31.804**

**FICHA DE INFORMAÇÃO**

PROMOÇÃO DE:	ENCERRAMENTO DAS ALTERAÇÕES:	PERMANÊNCIA NA OPM (MESES):
NOME:	POSTO:	MATRÍCULA:
OPM:	PROMOÇÃO AO POSTO ATUAL:	DATA DE INCLUSÃO:

REF.	FATORES E DADOS	PONTOS REFERÊNCIA	PONTOS OBTIDOS
------	-----------------	-------------------	----------------

**I - PONTOS POSITIVOS**

1	TEMPO DE EFETIVO SERVIÇO	Desde o primeiro posto ou graduação	100	
2		No posto ou graduação atual	200	
3	TITULAÇÃO	Titulação de nível superior	100	
4		Especialização <i>latu sensu</i>	200	
5		Mestrado	400	
6		Doutorado	600	
7		Pós-Doutorado	800	
8	CURSOS	Curso de Habilitação (Média > 8,00)	100	
9		Curso c/ carga horária de 40 a 79 horas/aulas	50	
10		Curso c/ carga horária de 80 a 159 horas/aulas	100	
11		Curso c/ carga horária de 160 a 249 horas/aulas	200	
12		Curso c/ carga horária acima de 250 horas/aulas	300	
13	MEDALHAS E CONDECO-RAÇÕES	Medalha da Abolição	300	
14		Medalha por Bravura (Tiradentes)	300	
15		Medalha de Bravura Herói João Nogueira Jucá	300	
16		Medalha Mérito Intelectual (MMI) – 1º Lugar	200	
17		Medalha de Tempo de Serviço (MTS) – 30/20/10 anos	200/ 150/ 100	
18		Medalha do Mérito Funcional	200	
19		Barreta de Comando	100	
20	CONTRIBUIÇÃO PRO-FISSIONAL	Trabalho relevante de interesse Militar Estadual	100	

21	DESEMPENHO FUNCIONAL	Condutores Vtr/embarc.	A		B		C		D		10 / 20 / 40 / 50		
			Op	Adm	Op	Adm	Op	Adm	Op	Adm			
22		Oficiais										0 a 100	
23		Exercício/Proced. e Processos Adminis. e Judiciário Militar										20	
24		Gestor/Fiscal de Contratos e Central de Licitações										40	
25		Escala eventual										10	
26	Produtividade	Arma	CVLI		Vitorias		APPCP				1/50		
27	APTIDÃO FÍSICA	Teste de Aptidão Física (TAF) – E/MB/B/R									150 / 120 / 90 / 50		
28	LOCAL DE DIFÍCIL PROVIMENTO (LDP)										25		
29	FERIMENTO EM SERVIÇO										200		
30	DESEMPENHO DISCIPLINAR	05 ANOS	10 ANOS	15 ANOS	20 ANOS	25 ANOS	30 ANOS				60 / 100 / 150 / 200 / 250 / 300		
31	<b>SOMA DOS PONTOS POSITIVOS</b>										<b>-x-</b>		

## II – PONTOS NEGATIVOS

32	PUNIÇÕES DISCIPLINARES	Repreensão									-100	
33		Permanência Disciplinar									-200	
34		Custódia Disciplinar									-400	
35	FALTA DE APROVEITAMENTO EM CURSO										-100	
36	CONDENAÇÕES CRIMINAIS	Pena alternativa ou condenação por crime ou prevenção penal ou crimes de menor potencial ofensivo.									-500	
37		Crime com pena superior a 2(dois) anos de privação de liberdade									-1.000	
38		Crime hediondo ou equiparado									-5.000	
39	<b>SOMA DOS PONTOS NEGATIVOS</b>										<b>-x-</b>	<b>-x-</b>
40	TOTAL DOS PONTOS = (31) + (39)										-x-	
41	JULGAMENTO DA C.P.O.										-x-	

42	TOTAL DE PONTOS NO QAM	Oficiais: [(40) + (41)]/2	-x-	
		Praças: (40)	-x-	

Data e resultado da Inspeção de Saúde: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_: \_\_\_

---

Outras observações: \_\_\_\_\_

---

Fortaleza/CE, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

SECRETÁRIO DA CPO/ CPP



**ANEXO II - A QUE SE REFERE O ART. 5º, §5º DO  
DECRETO Nº 31.804**

**FICHA DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL DE OFICIAIS  
MILITARES ESTADUAIS**

NOME:		
SEMESTRE DE REFERÊNCIA:	LOTAÇÃO:	
PERMANÊNCIA DA OPM/OBM:	POSTO:	MAT.:

Razões da Avaliação, conforme Inciso XIII, art. 5º, do Decreto n.º 15.797/2015:

Conhecimento técnico:

---

---

---

---

Avaliação parcial: \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) pontos;

Dedicação e atividade militar estadual:

---

---

---

---

Avaliação parcial: \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) pontos;

Desenvoltura no exercício das funções:

---

---

---

Avaliação parcial: \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)  
pontos;

Capacidade de multiplicação do conhecimento funcional:

---

---

---

Avaliação parcial: \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)  
pontos;

Observância dos valores militares (princípios da hierarquia e disciplina):

---

---

---

Avaliação parcial: \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)  
pontos;

Avaliação numérica conferida: \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)  
pontos;

---

Assinatura do Avaliador

---

**Certificação do avaliado**

**ANEXO III - A QUE SE REFERE O ART. 8º, I DO  
DECRETO Nº 31.804**

**FOLHA DE ALTERAÇÃO**

NOME:		MATRÍCULA:	GRADUAÇÃO:
NÚMERO:	OPM:	PROM. À ATUAL GRADUAÇÃO: / /	INCLUSÃO: / /

REF.	TEMPO DE EFETIVO SERVIÇO	QUANTITATIVO
1	Em função militar ou de natureza ou interesse militar	
2	No cargo militar atual	

REF.	TITULAÇÃO	LOCAL DA REALIZAÇÃO	DATA DA CONCLUSÃO	BCG DA PUBLICAÇÃO
3	Bacharelado ou Licenciatura Plena ou Tecnólogo			
4	Especialização <i>latu sensu</i>			
5	Mestrado			
6	Doutorado			
7	Pós-Doutorado			

REF.	CURSOS DE INTERESSE DA CORPORAÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	DATA DE CONCLUSÃO	BCG DA PUBLICAÇÃO	MÉDIA FINAL
8	Habilitação (Média > 8,0)				
9	Carga horária de 40 a 79 horas/aulas				
10	Carga horária de 80 a 159 horas/aulas				
11	Carga horária de 160 a 249 horas/aulas				
12	Carga horária acima de 250 horas/aulas				

REF.	MEDALHAS E CONDECORAÇÕES	BCG DA CONCESSÃO
13	Medalha da Abolição	Sim ( ) Não ( )
14	Medalha por Bravura (Tiradentes)	Sim ( ) Não ( )
15	Medalha de Bravura Herói João Nogueira Jucá	Sim ( ) Não ( )
16	Medalha Mérito Intelectual (MMI) – 1º Lugar	Sim ( ) Não ( )
17	Medalha de Tempo de Serviço (MTS) – 30/20/10 anos	Sim ( ) Não ( )
18	Medalha do Mérito Funcional	Sim ( ) Não ( )

19	Barreta de Comando	Sim ( ) Não ( )	
----	--------------------	-----------------	--

REF.	TRABALHO RELEVANTE	BCG DA CONCESSÃO	
20	Trabalho relevante de interesse Militar Estadual	Sim ( ) ( )	Não ( )

REF.	DESEMPENHO FUNCIONAL	BCG E/ OU OUTROS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS	
21	Função de Condutor (adm./oper.)	Sim ( )	Não ( )
22	Exercício de Atividade Judiciária Militar	Sim ( )	Não ( )
23	Exercício em Procedimentos ou Processos Administrativos	Sim ( )	Não ( )
24	Fiscal/Gestor de Contratos e Central de Licitação	Sim ( )	Não ( )
25	Escala Eventual (art. 5º, inc. XV, do Decreto n.º 31.804/2015)	Sim ( )	Não ( )
26	Produtividade Funcional (Arma, CVLI, CAT e APPCIP)	Sim ( )	Não ( )

27	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA – E/MB/B/R	Sim ( ) Não ( )	BCG DO RESULTADO
	( ) Excelente ( ) Muito Bom ( ) Bom ( ) Regular		

28	LOCAL DE DIFÍCIL PROVIMENTO (LDP)	Sim ( ) ( )	Não ( )	BCG DA PUBLICAÇÃO

29	FERIMENTO EM EXERCÍCIO FUNCIONAL	Sim ( ) ( )	Não ( )	BCG DA PUBLICAÇÃO

30	DESEMPENHO DISCIPLINAR	Sim ( ) ( )	Não ( )	BCG DA PUBLICAÇÃO
	( ) 5 anos ( ) 10 anos ( ) 15 anos ( ) 20 anos ( ) 25 anos ( ) 30 anos			

REF.	PUNIÇÕES DISCIPLINARES	BCG DA PUBLICAÇÃO	BCG DA PUBLICAÇÃO	BCG DA PUBLICAÇÃO	BCG DA PUBLICAÇÃO
31	Repreensão				
32	Permanência Disciplinar				
33	Custódia Disciplinar				

34	FALTA DE APROVEITAMENTO NOS CURSOS	BCG DA PUBLICAÇÃO

REF.	CONDENAÇÕES CRIMINAIS	BCG DA PUBLICAÇÃO
35	Pena alternativa ou condenação por crime ou contravenção penal ou crimes de menor potencial ofensivo	
36	Crime com pena superior a 2(dois) anos de privação de liberdade	
37	Crime hediondo ou equiparado	

38	Certifico, para fins de processamento das promoções de ____/____/____, que o _____, encontra-se na seguinte situação: (Graduação, Número e Nome Completo)	SIM	NÃO
	I – preso provisoriamente, enquanto a prisão na for revogada ou relaxada;		
	II – denunciado em processo-crime, enquanto a sentença final não transitar em julgado, salvo quando o fato ocorrer no exercício de missão de natureza ou interesse militar estadual, ainda que durante a folga do militar, e não envolver suposta prática de improbidade administrativa ou crime hediondo.		
	III – submetido a Conselho de Justificação, a Conselho de Disciplina ou a Processo Administrativo Disciplinar, mesmo que esteja sobrestado, até decisão final do Tribunal ou autoridade competente;		
	IV – condenado em processo-crime, enquanto durar o cumprimento da pena, inclusive no caso de suspensão condicional da pena e de livramento condicional, não se computando o tempo acrescido à pena original para fins de sua suspensão condicional;		
	V – submetido à suspensão condicional do processo, até decisão judicial definitiva de extinção do benefício;		
	VI – Licenciado para Tratar de Interesse Particular – LTIP;		
	VII – condenado à pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função, prevista no Código Penal Militar, durante o prazo de sua suspensão ou de outras disposições legais;		
	VIII – considerado desaparecido, extraviado ou desertor;		

IX – punido disciplinarmente, nos últimos 12(doze) meses que antecedem a data de fechamento das alterações para a promoção, com, pelo menos, uma custódia, ou 2(duas) permanências disciplinares, ou 4(quatro) repreensões; ou ainda 2(duas) repreensões e 1(uma) permanência disciplinar;		
X – estar no mínimo no comportamento “BOM”;		
XI – houver ultrapassado, por motivo de gozo de licença para tratamento de saúde de dependente, legalmente reconhecido, prazo superior a 6(seis) meses ininterruptos;		
XII – encontrar-se, nos 12(doze) meses anteriores ao fechamento das alterações para a promoção, afastado ou com restrições ao desempenho da atividade-fim da Corporação Militar por período superior a 3(três) meses contínuos ou não. (salvo se encontrar amparado pelo art. 7º, inciso XVII, alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’ da Lei n.º 15.797/2015)		
XIII – obtiver resultado positivo para o consumo de drogas ilícitas em laudo de exame toxicológico;		
XIV – encontra-se no exercício de cargo público civil temporário, não efetivo, inclusive da Administração Indireta, ou que estiver à disposição de órgão ou entidade federal, estadual ou municipal, para exercer cargo ou função de natureza estritamente civil.		
XV – encontra-se em processo de transferência para a reserva remunerada ou reforma.		
<b>39</b>	<b>OBSERVAÇÕES (*)</b>	

(\*) Outras alterações podem ser transcritas neste campo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.  
Local

\_\_\_\_\_  
Comandante da OPM

**Declaro que conferi e estou de acordo com as informações apresentadas.**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.  
Local

\_\_\_\_\_  
Nome completo e Graduação

**APÊNDICE II**  
**DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 085 FORTALEZA,**  
**09 DE MAIO DE 2016**

**LEI N.º 16.010, DE 05 DE MAIO DE 2016**

ALTERA A LEI Nº13.729, DE 11 DE  
JANEIRO DE 2006, E A LEI Nº15.797, DE  
25 DE MAIO DE 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º O art.10 da Lei nº. 13.729, de 11 de janeiro de 2006, fica alterado nos seguintes termos:

“Art.10.... II – ter, na data de inscrição no curso de formação para o qual convocado, idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos e, na data de inscrição no concurso:

a) idade inferior a 30 (trinta) anos, para as carreiras de praça e oficial do Quadro de Oficiais Policiais Militares - QOPM, ou Quadro de Oficiais Bombeiros Militares - QOBM;

b) idade inferior a 35 (trinta e cinco) anos, para a carreira de oficial do Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar - QOSPM, Quadro Complementar Bombeiro Militar - QOCPM/BM e Quadro de Oficiais Capelães - QOCplPM/BM. ...

VII - ter concluído, na data da posse, o ensino médio para ingresso na Carreira de Praças e curso de nível superior para ingresso na Carreira de Oficiais, conforme dispuser o edital, ambos reconhecidos pelo Ministério da Educação;

...

XII – ter conhecimento da legislação militar, conforme dispuser o edital do concurso; ...

XV – ser portador da carteira nacional de habilitação classificada, no mínimo, na categoria "B", na data da matrícula no Curso de Formação Profissional. ...

§4º Para aprovação no Curso de Formação Profissional, a que se refere a alínea "c" do inciso XIII, deste artigo, o candidato deverá obter pontuação mínima na Avaliação de Verificação de Aprendizagem e na Nota de Avaliação de Conduta, conforme estabelecido no Plano de Ação Educacional – PAE, do respectivo curso, a cargo da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE." (NR)

Art.2º A regra do inciso VII do art.10 da Lei nº13.792, de 11 de janeiro de 2006, alterada por esta Lei, aplica-se aos concursos para oficiais em andamento na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, condicionada à desistência da ação judicial com base na qual conseguiu o candidato o ingresso no curso.

Art.3º Acresce o §7º ao art.31 da Lei nº15.797/2015, nos seguintes termos:

"Art.31....

§7º Os atuais cabos que, antes da publicação desta Lei, tenham sido promovidos por bravura a essa graduação serão promovidos, excepcionalmente, à graduação 1º Sargento." (NR)

Art.4º O anexo I de que trata o art.25 da Lei nº15.797, de 25 de maio de 2015, passa a vigorar na forma do anexo único desta Lei.



Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto à alteração promovida no art.3º, revogando-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de maio de 2016.

**Camilo Sobreira de Santana**  
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

**ANEXO ÚNICO, A QUE SE REFERE O ART. 4º DA LEI  
Nº 16.010, DE 05 DE MAIO DE 2016**

**“ANEXO I, A QUE SE REFERE O ART. 25 DA LEI  
Nº 15.797, DE 25 DE MAIO DE 2015.**

**QUANTIFICAÇÃO DO EFETIVO DE MILITARES DA  
POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS  
MILITAR DO CEARÁ I – POLÍCIA MILITAR:**

**A) QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES – QOPM.**

**I – POLÍCIA MILITAR:**

**a) QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES –  
QOPM.**

CORONEL e CORONEL COMANDANTE-GERAL.....	24
OFICIAL .....	829
SOMA .....	853

**b) QUADRO DE OFICIAIS DA SAÚDE – QOSPM.**

CORONEL MÉDICO .....	01
CORONEL DENTISTA .....	01
CORONEL FARMACÊUTICO .....	01
OFICIAL .....	47
SOMA .....	50

**c) QUADRO DE OFICIAIS CAPELÃES – QOCPL.**

OFICIAL .....	09
SOMA .....	09

<b>d) QUADRO DE OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO – QOA.</b>	
MAJOR .....	09
OFICIAL .....	227
SOMA .....	236

**e) QUADRO DE PRAÇAS POLICIAL MILITAR.**

PRAÇA QPPM .....	8.292
SOLDADO QPPM .....	11.750
SOMA .....	20.042

**EFETIVOS**

OFICIAIS PM .....	1.148
PRAÇAS PM .....	20.042
TOTAL GERAL .....	21.190

**II – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR:**

**a) QUADRO DE OFICIAIS BOMBEIROS MILITARES – QOBM**

CORONEL e CORONEL COMANDANTE-GERAL.....	09
OFICIAL.....	300
SOMA .....	309

**b) QUADRO DE OFICIAIS COMPLEMENTARES – QOC.**

CORONEL QOC.....	01
OFICIAL QOC .....	38
SOMA .....	39

**c) QUADRO DE OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO – QOA.**

MAJOR QOA .....	04
OFICIAL QOA .....	82
SOMA .....	86

**d) QUADRO DE PRAÇAS BOMBEIRO MILITAR – QPBM.**

PRAÇA QPBM .....	2.525
SOLDADO QPBM .....	744
SOMA .....	3.269

**EFETIVOS**

OFICIAIS BM .....	434
PRAÇAS BM .....	3.269
TOTAL GERAL .....	3.703

“ (NR).

**APÊNDICE III**  
**LEI N.º 16.023, DE 25 DE MAIO DE 2016**  
**(D.O. 27.05.2016)**

ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 15.797, DE  
25 DE MAIO DE 2015.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ**

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o art. 31 – A à Lei n.º 15.797, de 25 de maio de 2015, com a seguinte redação.

**“Art. 31-A.** Aos atuais Subtenentes, na data da publicação desta Lei, fica assegurado, após 20 (vinte) anos de efetivo serviço prestado à respectiva Corporação Militar, com, no mínimo, 5 (cinco) anos na graduação, o ingresso, desde que atendidos os demais requisitos legais, em Curso de Habilitação de Oficiais - CHO, independente de seleção interna, com o consequente acesso ao posto de 2º Tenente, uma vez concluído o curso com aproveitamento.” (NR)

Art. 2º Ficam criadas, no Quadro de Oficiais QOA da PMCE, a que se refere o anexo I, da Lei nº 15.797, de 25 de maio de 2015, 11 (onze) vagas para o posto de Major QOA e 276 (duzentos e setenta e seis) vagas para Oficial QOA, bem como ficam criadas, no Quadro de Oficiais QOA, do CBMCE, a que se refere o mesmo anexo, 4 (vagas) para o posto de Major QOA e 113 (cento e treze) vagas para Oficial QOA.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO  
DO CEARÁ, em Fortaleza, 25 de maio de 2016.

**Camilo Sobreira de Santana**  
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

**APÊNDICE IV**  
**EXTRATO DE LEI**

**LEI Nº 17.183, 23 DE MARÇO DE 2020**

PROMOVE A REESTRUTURAÇÃO  
REMUNERATÓRIA PARA PRAÇAS E  
OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR E DO  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO  
ESTADO DO CEARÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ . Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

[...]

Art. 5.º Acrescenta parágrafo único ao art. 16 da Lei n.º 15.797, de 25 de maio de 2015, com a seguinte redação:

"Art. 16. ....

Parágrafo único. Ao militar que possuir em sua carreira profissional a promoção que trata o § 4.º do art. 3.º, quando concorrer diretamente com o efetivo promovido nas demais modalidades, excepcionalmente, não se aplicará como parâmetro para sua classificação qualquer pontuação ou vantagem relativa ao tempo de serviço na carreira militar destes em relação àquele, exceto o tempo no posto ou na graduação". (NR)

[...]

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.11. Fica revogada a Lei n.º 15.558, de 11 de março de 2014, sendo observado, quanto aos efeitos financeiros, o disposto no seu Anexo Único.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO  
DO CEARÁ, em Fortaleza, 23 de março de 2020.

**Camilo Sobreira de Santana**  
GOVERNADOR DO ESTADO



## **SOBRE O ORGANIZADOR**

### **MARCO AURÉLIO DE MELO**

Nasceu em 15 de setembro, na cidade de Tianguá-CE. Filho de Francisco Ferreira de Melo e de Rita Macedo de Melo. Ingressou na Polícia Militar do Ceará em 3 de fevereiro de 1986, no cargo de 3º Sargento Combatente. Em 1988, ingressa no Curso de Formação de Oficiais, sendo declarado Aspirante-a-Oficial em 13 de dezembro de 1990. Pertencente ao Quadro de Oficiais Combatentes foi promovido ao posto de 2º Tenente em 19 de junho de 1991; ao posto de 1º Tenente em 24 de maio de 1996; a Capitão em 25 de dezembro de 1997; e ao posto de Major, pelo critério de Merecimento, em 25 de dezembro de 2003; ao posto de Tenente-Coronel em 25 dez 2011, por merecimento. Ao posto de Coronel combatente em 24.12.2015 por merecimento.

#### **CURSOS SUPERIORES:**

1. Bacharel em Segurança Pública – Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó (APMGEF).
2. Bacharel em Segurança Pública – Academia de Polícia Militar Senhor do Bonfim no Estado da Bahia (APMBA).
3. Licenciado para o ensino da Matemática, Legislação e Direito Administrativo – Universidade Estadual do Ceará (UECE).
4. Curso de Altas Habilidades
5. Pós-Graduado em Administração Escolar – Universidade Estadual Vale do Acaraú
6. Especialista em Políticas Públicas – Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza (FAMETRO).
7. Bacharel em Direito pela UNICID.

## **CURSOS EM NÍVEL INTERNACIONAL**

1. Direitos Humanos e Direito Humanitário Internacional – Cruz Vermelha e Ministério da Justiça.
2. Negociador – Swat da Carolina do Sul (EUA) patrocinado pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social.

## **ÁREA DE ENSINO**

Instrutor dos seguintes cursos na Academia Estadual de Segurança Pública

Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

Curso de Formação Profissional para o cargo de Oficial da PM

Curso de Formação Profissional para o cargo de Oficial BM

Curso de Formação Profissional para o cargo de Delegado de Polícia Civil

Curso de Formação de Soldado de Fileira

Curso de Habilitação à Cabos

Curso de Habilitação à Sargentos

Curso de Habilitação à Subtenentes

## **PUBLICAÇÕES**

### **ARTIGOS:**

1. A Violência Policial Militar – publicado na Revista Policial Técnico Científica, recebendo Menção Honrosa do Secretário da Segurança Pública e Defesa da Cidadania Gen Cândido Vargas Freire.
2. Francisco Austregésilo Rodrigues Lima: o casamento entre o PM e o ensino, 50 anos de docência – Publicado na Revista Alvorada, editada pela Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó.

### 3. Disciplina Consciente – Publicado na Revista Tiradentes

#### **LIVROS:**

1. Hinos e Canções Policiais Militares, editado pelo Cel PM Manoel Damasceno de Sousa em 1994 em comemoração aos 140 anos da Banda de Música da PMCE.
2. Legislação e Doutrina da Polícia Militar do Ceará, editado eletronicamente.
3. Vademecum da Legislação Disciplinar, editora: INESP.
4. Estatuto dos Militares do Estado do Ceará – comentado. Editora: INESP
5. Código Disciplinar PM/BM (org.). editora: INESP.
6. Legislação Previdenciária Militar Estadual – 1950 a 2019 (org). Editora: INESP
7. Lei de Promoções dos Militares Estaduais do Ceará (org). Editora: INESP
8. Malleus: Direito Disciplinar Militar. Editora Viadourada, 2019.
9. Quartel General da Polícia Militar do Ceará: a história que não te contaram. Editora Viadourada, 2019.

#### **MEDALHAS E CONDECORAÇÕES**

Medalha do Mérito Policial Militar;

Medalha Senador Alencar;

Medalha José Martiniano de Alencar;

Medalha por Tempo de Serviço;

Medalha José Moreira da Rocha (Corpo de Bombeiros)

Medalha Des Moreira da Rocha (Casa Militar)

Medalha do Mérito Bombeiro Militar

Medalha do Centenário da Casa Militar do Estado do Maranhão

Medalha Tiradentes do Estado do Amazonas

Medalha de Honra ao Mérito das Guardas Civis Municipais do Brasil - ONU/ABIF

Medalha Elza Cansação – ONU/ABIF

Medalha Capacete Bombeiro Militar

Medalha de 85 Anos de Fundação da Grande Loja Maçônica do Estado do Ceará

Machadinha Simbólica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará;

Barreta de Ensino e Instrução;

Barreta do Mérito Disciplinar – BM-II;

Certificado de Honra ao Mérito concedido pela Academia Estadual de Segurança Pública

Certificado de Reconhecimento Profissional expedido pela PMCE por ocasião das festividades do Dia do Soldado - 25 de agosto de 2006.

Placa alusiva aos relevantes serviços prestados, concedida pelo Comando da PMCE por ocasião dos 171 anos de criação da PMCE, em 24 de maio de 2006.

Placa de Honra ao Mérito da PMCE

Placa de Honra ao Mérito da Polícia Rodoviária Estadual

Botton de:

Amigo do 6º BPM

Amigo do RAI0

Amigo do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

# HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva  
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas  
De um povo heróico o brado retumbante,  
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,  
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade  
Conseguimos conquistar com braço forte,  
Em teu seio, ó Liberdade,  
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,  
Idolatrada,  
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido  
De amor e de esperança à terra desce,  
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,  
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,  
És belo, és forte, impávido colosso,  
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,  
Entre outras mil,  
És tu, Brasil,  
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,  
Pátria amada,  
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,  
Ao som do mar e à luz do céu profundo,  
Fulguras, ó Brasil, florão da América,  
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida  
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;  
“Nossos bosques têm mais vida”,  
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó Pátria amada,  
Idolatrada,  
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo  
O lábaro que ostentas estrelado,  
E diga o verde-louro desta flâmula  
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,  
Verás que um filho teu não foge à luta,  
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada  
Entre outras mil,  
És tu, Brasil,  
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,  
Pátria amada,  
Brasil!

# HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Letra: Thomaz Pompeu Lopes Ferreira

Música: Alberto Nepomuceno

Terra do sol, do amor, terra da luz!  
Soa o clarim que a tua glória conta!  
Terra, o teu nome, a fama aos céus remonta  
Em clarão que seduz!  
- Nome que brilha, esplêndido luzeiro  
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!  
Chuvas de prata rolem das estrelas...  
E, despertando, deslumbrada ao vê-las,  
Ressoe a voz dos ninhos...  
Há de aflorar, nas rosas e nos cravos  
Rubros, o sangue ardente dos escravos!

Seja o teu verbo a voz do coração,  
- Verbo de paz e amor, do Sul ao Norte!  
Ruja teu peito em luta contra a morte,  
Acordando a amplidão.  
Peito que deu alívio a quem sofria  
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!  
Vento feliz conduza a vela ousada;  
Que importa que teu barco seja um nada,  
Na vastidão do oceano,  
Se, à proa, vão heróis e marinheiros  
E vão, no peito, corações guerreiros?!

Sim, nós te amamos, em ventura e mágoas!  
Porque esse chão que embebe a água dos rios  
Há de florar em messes, nos estios  
Em bosques, pelas águas!  
Selvas e rios, serras e florestas  
Brotem do solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal,  
Sobre as revoltas águas dos teus mares!  
E, desfaldando, diga aos céus e aos ares  
A vitória imortal!  
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,  
E foi, na paz, da cor das hóstias brancas!



## **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**

### **Mesa Diretora**

Biênio 2021-2022

Deputado Evandro Leitão  
Presidente

Deputado Fernando Santana  
1º Vice-Presidente

Deputado Danniel Oliveira  
2º Vice-Presidente

Deputado Antônio Granja  
1º Secretário

Deputada Audic Mota  
2º Secretário

Deputada Érika Amorim  
3ª Secretária

Deputado Apóstolo Luiz Henrique  
4º Secretário

# INESP

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE  
O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ

**João Milton Cunha de Miranda**  
Diretor Executivo

## EDIÇÕES INESP

**Ernandes do Carmo**

Orientador da Célula de Edição e Produção Gráfica

**Cleomarcio Alves (Márcio), Francisco de Moura,  
Hadson França, Edson Frota e João Alfredo**  
Equipe de Acabamento e Montagem

**Aurenir Lopes e Tiago Casal**

Equipe de Produção em Braile

**Mário Giffoni**

Diagramação

**José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)**

Equipe de Design Gráfico

**Rachel Garcia Bastos de Araújo**

Redação

**Valquíria Moreira**

Secretaria Executiva / Assistente Editorial

**Manuela Cavalcante**

Secretaria Executiva

**Luzia Lêda Batista Rolim**

Assessoria de Imprensa

**Lúcia Maria Jacó Rocha e Vânia Monteiro Soares Rios**

Equipe de Revisão

**Marta Lêda Miranda Bezerra e Maria Marluce Studart Vieira**

Equipe Auxiliar de Revisão

**Site:** [http://al.ce.gov.br/index.php/institucional/  
instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara](http://al.ce.gov.br/index.php/institucional/instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara)

**E-mail:** [presidenciainesp@al.ce.gov.br](mailto:presidenciainesp@al.ce.gov.br)

**Fone:** (85) 3277-3701



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará  
Av. Desembargador Moreira 2807,  
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará, CEP 60.170-900  
Site: [www.al.ce.gov.br](http://www.al.ce.gov.br)  
Fone: (85) 3277-2500





## Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

### Mesa Diretora 2021-2022

**Deputado Evandro Leitão**  
Presidente

**Deputado Fernando Santana**  
1º Vice-Presidente

**Deputado Dannel Oliveira**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Antônio Granja**  
1º Secretário

**Deputado Audic Mota**  
2º Secretário

**Deputada Érika Amorim**  
3ª Secretária

**Deputado Apóstolo Luiz Henrique**  
4º Secretário



Escaneie o QR CODE  
e acesse nossas  
publicações



**Polícia Militar  
do Ceará**



**Corpo de Bombeiros  
Militar do Ceará**